



Eletrobras

Demonstrações Financeiras 2009

Relatório da Administração

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Balanco Patrimonial

Notas Explicativas

Anexos

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2009**

- 1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
- 2 – CENÁRIO ECONÔMICO
- 3 – PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DA ELETROBRAS - PTSE
- 4 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 5 – GESTÃO CORPORATIVA
- 6 – GOVERNANÇA CORPORATIVA
- 7 – NOSSOS NEGÓCIOS
 - 7.1 – Geração, transmissão e distribuição
 - 7.2 – Participações Acionárias
 - 7.3 – Estrutura Societária por Segmento de Negócios
 - 7.4 – Atividades Internacionais
- 8 – INVESTIMENTOS
 - 8.1 – Recursos Ordinários
- 9 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)
- 10 – O MERCADO DE ENERGIA DO SISTEMA ELETROBRAS
 - 10.1 – Expansão da Geração
 - 10.2 – Expansão da Transmissão
 - 10.3 – Leilão de Linhas de Transmissão
 - 10.4 – Interligações Fronteiriças
 - 10.5 – Comercialização de Energia Elétrica
- 11 – DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO
 - 11.1 – Lucro Líquido das Controladas
 - 11.2 – EBITDA
 - 11.3 – Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado
 - 11.4 – Resultado Primário
- 12 – AUDITORES INDEPENDENTES
- 13 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS
- 14 – VALOR ADICIONADO
- 15 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO
- 16 – MERCADO DE CAPITALIS
 - 16.1 – Base acionária
 - 16.2 – Análise das Ações da Eletrobras
 - 16.3 – Valor de Mercado
 - 16.4 – Rating
 - 16.5 – Relacionamento com Acionistas e Investidores
 - 16.6 – Remuneração aos Acionistas
 - 16.7 – Programa de ADRs - Bolsa de Nova Iorque
 - 16.8 – Latibex - Bolsa de Valores de Madrid
- 17 – CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
- 18 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL – PDTI
 - 18.1 – Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)
 - 18.2 – Logística de Suprimento
 - 18.3 – Normas e Qualidade
- 19 – GESTÃO DE FUNDOS SETORIAIS
 - 19.1 – Reserva Global de Reversão – RGR
 - 19.2 – Conta de Desenvolvimento Energético – CDE
 - 19.3 – Conta de Consumo de Combustível – CCC
- 20 – PROGRAMAS SETORIAIS DE GOVERNO
 - 20.1 – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz
 - 20.2 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

20.3 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA

20.4 – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos

21 – DIMENSÃO SOCIAL

21.1 – Recursos Humanos

21.2 – Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

21.3 – Treinamento e Desenvolvimento

21.4 – Relações Trabalhistas e Sindicais

21.5 – Ações Administrativas

21.6 – Responsabilidade Social

21.7 – Cultura e Sociedade

21.8 – Ouvidoria

21.9 – Prêmios e Reconhecimento

22 – MEIO AMBIENTE

23 – EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO

23.1 – Revisão Tarifária

23.2 – Comercialização de Energia Elétrica

23.3 – Fornecimento por Classe de Consumo

23.4 – Controle de Perdas

23.5 – DEC /FEC

23.6 – Inadimplência

23.7 – Atendimento aos Clientes

24 – BALANÇO SOCIAL

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A concretização de uma nova Eletrobras

O ano de 2009 trouxe a consolidação de grandes conquistas para o Sistema Eletrobras, frutos da transformação que vem sendo promovida desde 2008. Questões que há muitos anos prejudicavam o nosso conjunto de empresas foram definitivamente solucionadas. Além disso, a melhoria na governança corporativa mostrou resultados significativos, reconhecidos por importantes agentes do mercado que recomendaram a compra de ações da Eletrobras. Esse prestígio refletiu-se também no desempenho dos papéis da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que, em 31 de dezembro de 2009, as ordinárias atingiram uma valorização de 40,36% e as preferenciais, de 31,18%. Nos últimos dois anos, as ações da Eletrobras obtiveram uma valorização de 45% (ordinárias) e 31,8% (preferenciais).

Mas não só os investidores reconheceram a Eletrobras em 2009: fomos listados no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, pelo terceiro ano consecutivo; recebemos os prêmios da revista “Época Negócios” e do jornal “DCI” como empresa de maior prestígio no setor de energia; e passamos a integrar o E8 - grupo das 13 maiores empresas do setor elétrico em países do G8. Esse desempenho foi fruto de muito trabalho, especialmente na ampliação dos investimentos em projetos de geração e transmissão de energia. Nos leilões de linhas de transmissão realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as empresas do Sistema marcaram forte presença. No primeiro deles, em maio, o Sistema Eletrobras arrematou 92% do total de linhas em disputa. No segundo, em novembro, levou seis dos oito lotes de 11 linhas de transmissão ofertados.

No campo da geração de energia, além do franco progresso nas obras de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, os avanços nas negociações para a concessão da licença prévia do projeto da hidrelétrica de Belo Monte e a realização de audiências públicas com grande participação da população local marcaram um ano de realizações concretas e mudanças de paradigma. Na distribuição, continuamos no caminho da gestão centralizada, profissional e cada vez mais eficiente das empresas. Esse esforço vem assegurando a viabilização de financiamento pelo Banco Mundial para investimento na reestruturação e modernização dessas empresas, além da melhoria na qualidade do fornecimento de energia para milhões de pessoas.

Ainda no final do ano, outra grande vitória também foi conquistada pela Eletrobras, com a sanção da Lei 12.111, que define as condições do serviço de energia nos Sistemas Isolados e traz excelentes perspectivas para a recuperação da saúde financeira das empresas do Sistema Eletrobras envolvidas nessas operações. Com tantos resultados positivos, a perspectiva é das melhores: a construção de uma nova Eletrobras, destinada a se tornar líder global no mercado de energia limpa.

Em 2010, a Companhia se prepara para importantes projetos, como: a finalização dos estudos sobre o Complexo de Tapajós, que será construído seguindo o conceito de usina-plataforma; avanços na construção de Angra 3; e progresso na internacionalização de seus negócios. Tudo isso, claro, fruto de uma transformação promovida não só por seus líderes, mas por todos aqueles que formam e constroem o Sistema Eletrobras.

2 – CENÁRIO ECONÔMICO

O Panorama Internacional

A crise de liquidez, em praticamente todo o mundo, que restringiu o crescimento da maior parte das economias em 2008, prosseguiu em 2009, embora ensaiando pequenas retomadas em algumas economias desenvolvidas. As maiores recuperações, no entanto, ocorreram nos países emergentes como a China e a Índia, por exemplo, que apresentaram elevadas taxas de crescimento no ano passado.

O PIB chinês cresceu 8,9% no terceiro trimestre de 2009 em comparação com o mesmo trimestre de 2008. Nos nove primeiros meses do ano, a economia do país expandiu-se a uma taxa de 7,7%, somando 21,78 trilhões de Yuan ou US\$ 3,18 trilhões, segundo o Departamento Nacional de Estatísticas da China.

As políticas adotadas pelo governo chinês para combater a crise financeira global produziram resultados significativos, fato essencial para gerar os empregos necessários para absorver o excedente de mão-de-obra daquele país. A China prevê que milhões de trabalhadores continuem se deslocando em busca de melhores condições de trabalho.

Nos EUA, a política de apoio aos bancos levada a cabo pelo Presidente Obama parece ter freado ou adiado uma crise de confiança mais generalizada. Ainda assim, o PIB dos EUA em 2009 deve apresentar decréscimo de 2,4%, com a taxa de desemprego passando de 7,7% em janeiro para 10,0% em novembro.

A evolução do PIB da Alemanha, em 2009, deverá ficar em -5,0% e na França em -2,3%, aproximadamente. Enquanto o PIB do Japão ensaiou pequena recuperação no terceiro trimestre do ano passado, com alta entre 2,2% e 2,6% em relação ao ano anterior, o da Itália caiu 4,6% no mesmo período.

Segundo a agência de estatísticas da União Européia, a Eurostat, os preços ao consumidor nos 16 países que utilizam o Euro, subiram 1% em janeiro de 2010 em comparação a janeiro de 2009. Já a taxa de desemprego apresentou resultado mais negativo, em torno de 10% em dezembro, contra 9,9% em novembro, a maior desde agosto de 1998.

Economia Brasileira

A economia brasileira encerrou o ano de 2009 com o IPCA em 4,31%, abaixo da meta de inflação e com um nível de crescimento econômico próximo de zero, basicamente influenciado pelo desempenho desfavorável do setor industrial. Por sua vez, a taxa Selic permanece estável desde julho de 2009, no patamar de 8,75%a.a. A TJLP ficou em 6,25%a.a. no primeiro semestre de 2009 e em 6,0%a.a. no segundo semestre.

A política de isenção de IPI para automóveis e para a linha branca de eletrodomésticos, combinada com uma política fiscal mais ativa em termos de manutenção de gastos públicos, além do aumento real do salário mínimo e do reforço nos programas sociais como o Bolsa Família e o Luz para Todos serviram como anteparo contra os efeitos recessivos da crise financeira internacional.

A balança comercial brasileira apresentou superávit comercial (saldo das exportações menos as importações) de cerca de US\$ 24,615 bilhões ao final do ano de 2009, resultado 1,4% inferior ao registrado no ano anterior, que foi US\$ 24,956 bilhões. As exportações somaram US\$ 152,252 bilhões, enquanto que as importações totalizaram US\$ 127,637 bilhões.

A taxa de câmbio apresentou certa volatilidade, refletindo a intensa movimentação de capitais ao longo do ano. O dólar iniciou o ano cotado a R\$ 2,33 ; em 1º de julho sua cotação passou a ser R\$ 1,93 e encerrou o ano em R\$ 1,74, apresentando ao final do ano uma apreciação aproximada de 25,3%.

América Latina

A crise internacional foi sentida, embora de forma diferenciada, por todas as economias latino-americanas. As estimativas recentemente elaboradas pela Cepal para o PIB conjunto da América Latina indicam queda de 1,8% em 2009 frente ao PIB de 2008. Destaques negativos para o México -6,7%; Paraguai - 3,5%; Honduras -3,0%; El Salvador -2,5% e Venezuela -2,3%. Pelo lado positivo, as seguintes estimativas: Bolívia +3,5%; Panamá e República Dominicana +2,5% cada um. A Argentina deve crescer 0,7% em 2009 enquanto o Chile deve ficar semelhante ao resultado Latino-americano: -1,8%.

Mercado de Energia Elétrica

O consumo nacional de energia elétrica na rede totalizou 388.204 GWh em 2009, um decréscimo de 1,1% em relação a 2008. Os efeitos da crise ficaram restritos ao setor industrial com -8%. Já o setor residencial e o comercial cresceram 6,2% e 6,1%, respectivamente. O setor industrial apresentou um consumo reduzido, semelhante à média dos anos de 2006 e 2007, mas recuperou-se ao longo do ano, tendo em vista as grandes quedas no início de 2009.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, em 2009, o país alcançou a capacidade instalada de 106.301 MW em 2180 usinas em operação, sendo a participação das hidroelétricas igual a 71% da capacidade de geração total, seguida pelas termelétricas, ao final do ano, responsáveis por 23,59% do parque gerador.

O mesmo relatório mostra ainda os empreendimentos que entraram em operação comercial ao longo do ano passado e geraram uma potência de 3.565,11 MW. Deste montante, 610,86 MW são hidrelétricas, 463,32 MW pequenas centrais hidrelétricas, 266,93 MW eólicas e 2.224 MW de térmicas.

O consumo de energia elétrica foi substancialmente influenciado pelo comportamento distinto da economia brasileira ao longo de 2009. Enquanto os primeiros meses do ano caracterizavam-se por um ambiente de aversão ao risco, queda no ritmo de produção física da indústria e incertezas resultantes da grave crise financeira internacional, os meses de novembro e dezembro já demonstraram os efeitos da recuperação econômica que se processou durante este intervalo.

Esta acelerada reversão de expectativas está intimamente associada à adoção de políticas anticíclicas pelo Governo Federal, tais como: a concessão de incentivos fiscais específicos (setor automotivo, linha branca, construção civil), atuação dos bancos públicos para expansão do crédito (Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES), redução de juros, além dos volumosos investimentos na infra-estrutura.

No que concerne ao desempenho das classes de consumo, a classe industrial foi a mais afetada pela crise (sobretudo os setores exportadores). Vale ressaltar a gradativa recuperação do ritmo de produção física e respectivo consumo de energia elétrica a cada trimestre do ano.

As classes residenciais e comerciais tiveram uma significativa expansão em relação ao acumulado de 2008, o que pode ser atribuído a diversos fatores, tais como: maior posse e uso de eletrodomésticos; aumento do número de novas ligações; abertura de novos postos comerciais (redes varejistas, atacadistas, *shopping centers*, setor hoteleiro), estimulados pela demanda doméstica; e os efeitos do aumento da temperatura em diversas regiões do país (implicando um maior uso dos sistemas de refrigeração).

O recuo do montante consumido pela indústria em 2009 (ficando entre os níveis de 2006 e 2007) foi decisivo para a queda observada no mercado total de energia em relação ao fechamento de 2008.

O comparativo do consumo de energia elétrica por região geográfica e a evolução do mercado de fornecimento do Brasil, nos últimos anos, são apresentados nas tabelas abaixo.

Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh)

Região	Classe de Consumo				2009	2008	Variação (%)
	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total	Total	
Norte	5.258	12.339	3.146	3.193	23.936	23.748	0,79
Nordeste	17.219	27.459	9.449	11.078	65.205	64.752	0,70
Sudeste	54.343	91.570	36.796	25.216	207.925	213.651	-2,68
Sul	16.256	28.185	11.096	11.146	66.683	67.045	-0,54
Centro-Oeste	7.561	6.079	5.081	5.735	24.456	23.569	3,76

Mercado do Fornecimento de Energia Elétrica - Brasil 2005-2009 (GWh)

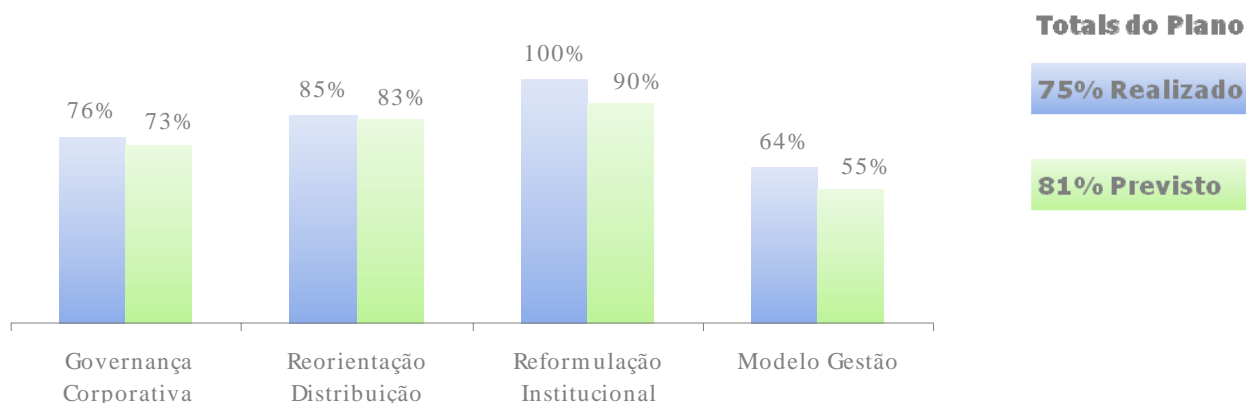
Classe	2005	2006	2007	2008	2009	Variação (%)
Residencial	82.650	85.784	89.885	94.660	100.637	6,3
Industrial	149.040	157.423	175.701	179.977	165.632	-8,0
Comercial	52.939	55.224	58.647	62.156	65.568	5,5
Outras	49.936	51.796	54.129	55.971	56.368	0,7

Total	334.565	350.227	378.362	392.764	388.205	-1,2
--------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	-------------

3 – PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELETOBRAS – PTSE

O Plano de Transformação do Sistema Eletrobras foi organizado em quatro vetores de atuação. Teve seu início em 2008 e, ao final de 2009, contava com 57 projetos e 142 produtos a serem entregues. O monitoramento dos projetos indica um índice de realização das atividades da ordem 75%, considerado satisfatório se comparado com a estimativa de progresso planejada.

Realização dos Projetos x Previsto por vetor de atuação



O projeto de Implementação das Melhores Práticas de Governança Corporativa, durante o ano de 2009, obteve significativo avanço. Foram estabelecidos os critérios normativos para a atuação dos Conselheiros e elaborados os Manuais de Orientação dos Conselheiros de Administração e Fiscal Representantes da Eletrobras, reconhecendo a necessidade de um bom desempenho dos conselheiros na missão de proteger e valorizar o retorno do investimento, supervisionando o relacionamento entre os executivos e as demais partes interessadas.

A Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Pessoas para todas as empresas do Sistema Eletrobras teve grandes avanços durante o ano. Ele é formado por planos unificados relacionados à Carreira e Remuneração, Avaliação de Desempenho, Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas, Administração de Pessoas e de Benefícios Assistenciais. No último trimestre, foi iniciado o projeto de gestão do clima organizacional que pretende medir e executar ações para atingir metas de satisfação dos colaboradores de todo o Sistema Eletrobras (SE).

O Plano Unificado de Carreira e Remuneração, o primeiro integrado para os colaboradores do SE, foi aprovado em todas as instâncias e recebeu o parecer favorável do Ministério de Minas e Energia, aguardando agora a aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Já o Sistema de Gestão de Desempenho está sendo implantado na Eletrobras, com a definição das metas das áreas e individuais, e deverá ser replicado para as demais empresas do Sistema em 2010. O Plano de Desenvolvimento e Capacitação do SE foi desenvolvido e a Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras foi totalmente reestruturada para apoiar as competências necessárias de acordo com as estratégias corporativas definidas no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras.

Também foram aprovadas três políticas integradas do Sistema Eletrobras, que vão orientar as ações das empresas: a Política Integrada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a Política de Logística de Suprimento e a Política de Comunicação Integrada.

A aprovação dessas políticas teve como consequência a execução de planos de ação para adequação de processos, tais como a primeira aquisição conjunta por todas as empresas geradoras do Sistema que gerou economia de escala, com o mesmo grau de sucesso que a aquisição realizada para as empresas distribuidoras da Eletrobras. Para o ano de 2010, novas aquisições serão efetuadas aumentando ainda mais o grau de economia e refinando o processo de planejamento integrado dessa atividade.

No que diz respeito ao fortalecimento da imagem corporativa, foi iniciado o projeto de Gestão de Marcas do Sistema, cuja estratégia integra-se ao posicionamento dos negócios da Eletrobras e à estratégia de comunicação corporativa. No 1º Semestre de 2010, deverá ser implementada uma nova marca que integre todo o SE, bem como novos processos para gerenciamento da marca como um importante ativo empresarial.

No que se refere à internacionalização, houve também considerável progresso. Foram definidas as estratégias de operação, a estrutura de operação da área responsável pelo assunto, e, ainda, foi indicado um portfólio de projetos a serem estudados / implementados no exterior.

No que diz respeito às legislações, ocorreu a aprovação do PLV-03 (projeto de conversão em Lei da Medida Provisória nº. 450/09), que flexibiliza as regras de licitação para a Eletrobras. O projeto prevê que a empresa não precisará mais seguir estritamente as regras da Lei 8.666, que regula as contratações do setor público no país. Assim, tão logo ocorra a

regulamentação do PLV, a aquisição de bens e a contratação de serviços poderá ser feita por licitação simplificada, com regras que serão definidas por decreto presidencial específico.

Outro avanço foi a sanção, pelo presidente da República, da lei 12.111/09, que desonera as empresas do Sistema, em especial a Eletronorte, com os custos excessivos do combustível usado na operação dos sistemas isolados. O objetivo da lei é melhorar o equilíbrio econômico-financeiro das empresas com a mudança no cálculo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que passa a permitir a cobertura de todos os custos do serviço de fornecimento de energia aos sistemas isolados, além de possibilitar que a quantidade correspondente de energia elétrica seja valorada pelo custo médio comercializado no Sistema Interligado.

Outra iniciativa de grande importância para os negócios do Sistema está sendo a Implementação da Política de Gestão Integrada de Riscos, que trata da implantação do Modelo de Gestão Integrada de Riscos e dos Controles Internos requeridos pela lei Sarbanes-Oxley (SOX). Nesse sentido a Eletrobras criou, em 2009, o Departamento de Gestão de Riscos e Conformidades de Controles, e todas as empresas de geração e transmissão do Sistema, com exceção de Itaipu, cujas avaliações estão em andamento, criaram estruturas semelhantes. O trabalho nas distribuidoras se iniciará no segundo semestre de 2010. Paralelamente, estão sendo contratados serviços de consultoria para mapeamento dos riscos corporativos para todas as empresas do Sistema e workshops de nivelamento da metodologia. Além disso, já estão em fase final os testes de verificação da adequação dos Controles Internos requeridos pela lei SOX e que foram implementados nos principais processos das empresas do Sistema Eletrobras. Essas iniciativas são bem consideradas pelo mercado, fortalecendo ainda mais a imagem da Eletrobras frente aos investidores e contribuem para a consolidação da presença da companhia nos pregões da bolsa de Nova Iorque, onde, desde outubro de 2008, são negociados ADRs de nível II.

No segmento dos negócios de distribuição de energia elétrica, a execução do Plano de Melhoria de Desempenho, elaborado em 2008, vem implementando ações que visam o equilíbrio econômico-financeiro das empresas da Eletrobras que atuam nesse mercado. Além disso, estão sendo realizados estudos para readequação dos processos de gestão para adoção na *holding* e nas próprias empresas.

A adequação do modelo de gestão empresarial, incluindo avaliação do atual modelo societário do Sistema Eletrobras, está em desenvolvimento para os negócios de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica. Os estudos pretendem indicar quais as alternativas de modelos de gestão mais favoráveis à operação dos negócios da Companhia, com maiores níveis de rentabilidade e competitividade.

4 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em fevereiro de 2009, a diretoria da Eletrobras apresentou ao seu Conselho de Administração (CAE) e aos presidentes das empresas do Sistema Eletrobras, o Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobras (PAE) para o período de 2009-2012.

Aprovado pelo CAE em março de 2009, o PAE 2009-2012 tem por objetivo agilizar a aprovação e a execução de ações vitais para a Transformação do Sistema Eletrobras e prevê investimentos e inversões financeiras da ordem de R\$ 8,7 bilhões em 2009, sendo R\$ 7,0 bilhões destinados à geração e à transmissão e cerca de R\$ 1 bilhão para as empresas de distribuição do Norte e Nordeste.

O PAE 2009-2012 trabalha com uma estrutura composta por Objetivos Estratégicos, Fatores Críticos de Sucesso e Metas e está em perfeita sintonia com o Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras, ora em desenvolvimento. Além dos investimentos citados, ele também contempla ações no âmbito da Governança Corporativa, da Gestão Corporativa, da Internacionalização, da Gestão de Pessoas e da Imagem da Empresa.

A Assessoria de Planejamento Estratégico e Desempenho Empresarial da Eletrobras é a responsável pelo desdobramento das metas a serem alcançadas pelo PAE 2009-2012 nas empresas do Sistema Eletrobras. Este trabalho é realizado através de um conjunto de indicadores de desempenho concebidos para aferir o alcance destas metas segundo a realidade de cada empresa do Sistema.

Os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras foram iniciados através de análises e discussões internas, reconhecendo-se a expertise sobre o tema já existente no conjunto das empresas do Sistema, capturando e aprofundando as orientações estratégicas existentes e as oportunidades que se configuravam naquele momento (início de 2009).

Foi constituído um Grupo de Trabalho com representantes de todas as empresas do Sistema nas áreas de Planejamento e Gestão. Neste contexto, partiu-se para a capacitação e alinhamento dos participantes em Prospectiva e Estratégia.

Durante o mês de dezembro de 2009, finalizou-se o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras (SE), onde se destacam os cenários do ambiente de atuação do Sistema, o Cenário de Referência escolhido, o Posicionamento Estratégico definido para o SE, destacando-se: a Missão, a Visão, os Valores, os Benefícios para o Público-Alvo, os Objetivos Estratégicos Finalísticos, os Objetivos Estratégicos de Gestão e Competências e, por último, a Árvore Estratégica do Sistema Eletrobras.

A próxima etapa, prevista para janeiro de 2010, é a submissão deste Plano à apreciação do Conselho de Administração da Eletrobras, visando a sua aprovação e a continuidade dos trabalhos, isto é, a elaboração dos Planos de Negócios, do Orçamento Consolidado, do Plano de Investimento de Longo Prazo, além do desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento (Metas e Indicadores de Desempenho).

5 – GESTÃO CORPORATIVA

A partir de abril de 2009, o gerenciamento do portfólio de projetos do PTSE passou a ser feito com o auxílio do relatório "Painel de Situação dos Projetos do Plano de Transformação". Atualizado e emitido de forma bimensal, com o trabalho de gerentes de projeto e facilitadores, esse relatório permite aos gestores a visualização gráfica da evolução do conjunto de projetos do plano,

possibilitando assim, as análises necessárias que suportam o processo decisório de gestão da transformação, em seus diferentes níveis.

A partir de julho de 2009, a Diretoria Executiva da Eletrobras passou a contar com a disponibilização mensal do Relatório de Informações Gerenciais (RIG), um novo instrumento de gestão corporativa da *holding*. Esse relatório agrega temas e informações mais abrangentes no âmbito do mercado, dos negócios, dos serviços ao Governo e da gestão corporativa.

Foi lançado, a partir de julho de 2009, o Resumo Executivo para uso do Conselho de Administração da Eletrobras (CAE). Esse documento, entregue todos os meses aos Conselheiros de Administração durante suas reuniões, apresenta de forma sintetizada um conjunto de informações sobre temas de relevância e interesse dos membros do CAE.

Em setembro de 2009, durante a reunião do Conselho Superior do Sistema Eletrobras (Consise), na hidrelétrica de Tucuruí, o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras apresentou a proposta de um pacto de gestão envolvendo compromissos de implementação e melhorias de uma série de boas práticas de gestão voltadas para a Sustentabilidade Empresarial, até março de 2010. Desta forma, foi estabelecido pelo Consise o Pacto de Tucuruí.

Na busca de atender uma das metas do Pacto de Tucuruí, foi iniciado o processo para a elaboração do Código de Ética e Conduta Empresarial Único do Sistema Eletrobras. O novo código irá substituir os atuais códigos de ética e códigos de conduta das empresas e tornar-se-á a principal referência para o Sistema, contendo uma declaração de valores éticos e compromissos de conduta para todas as empresas do Sistema. O processo de elaboração desse documento está sob a coordenação da Comissão de Ética da *holding*.

A consolidação do Código Único, além de conferir unidade ética às decisões corporativas, tem por finalidade eliminar as lacunas levantadas para o atendimento aos requisitos dos índices de sustentabilidade contidos no ISE Bovespa e do DJSI da Bolsa de Nova York.

No final de 2009, foi estabelecido o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE) entre a Eletrobras e suas empresas controladas. Esse instrumento de gestão surgiu no âmbito das novas regras de Governança Corporativa do Sistema Eletrobras, como requisito da implantação de um conjunto de ações de melhoria da estrutura de capital das empresas. O CMDE visa estabelecer resultados e metas de gestão entre a Eletrobras e cada uma de suas empresas. O processo de gestão do CMDE conta com um conjunto de atividades e procedimentos envolvendo a *holding* e suas companhias, de modo a permitir a adequada coordenação e avaliação de suas atividades. Assim, com a ajuda de um grupo de indicadores econômico-financeiros, técnico-operacionais e socioambientais, busca-se a melhoria da eficiência financeira, operacional e estratégica das empresas.

Buscando o aperfeiçoamento da gestão corporativa, a Eletrobras conta com diversos comitês para tratar de assuntos específicos, entre eles, podem-se destacar:

Comitê de Investimentos do Sistema Eletrobras (Cise) - tem como objetivo a elaboração de pareceres sobre as oportunidades e prioridades de investimentos das empresas do Sistema Eletrobras, relacionadas a concessões ou autorizações de serviço público de energia elétrica.

Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (Cicop) - coordena e incentiva a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica (P&D+I) no Sistema Eletrobras, otimizando a aplicação dos recursos. O Cicop busca o aperfeiçoamento dos processos e a sinergia de ações na gestão de P&D+I do Sistema Eletrobras. Entre as suas principais atribuições estão a definição de estratégias de atuação na área, o estímulo ao desenvolvimento da cultura de inovação, o incentivo à obtenção de patentes e a proteção da propriedade intelectual.

Comitê de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação do Sistema Eletrobras (Cotise) - tem como principais atribuições a formulação da Política Integrada de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação do Sistema Eletrobras, a coordenação do estabelecimento dos processos, controles, modelos, padrões e ferramentas requeridos para a implementação dessa política, além da supervisão para que ela seja cumprida.

Comitê Estratégico de Logística de Suprimento (Celse) - é responsável pela gestão da Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras. Promove o aumento da eficiência e da competitividade das empresas do Sistema, fortalece o poder de compra e reduz os custos de aquisição e administração de bens e serviços. Suas atribuições visam ao planejamento global do suprimento, com adequação às melhores práticas; à promoção de negociação entre empresas para equilíbrio de oferta e demanda de bens e serviços; ao intercâmbio de dados e experiências gerenciais; ao fomento à capacitação e desenvolvimento tecnológico das empresas e qualificação dos profissionais em logística de suprimento; e ao estímulo ao engajamento dos fornecedores para ações de cidadania corporativa e responsabilidade socioambiental.

6 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade empresarial são os princípios que norteiam o modelo de governança corporativa adotado pela Eletrobras. Esses princípios refletem não só a preocupação com o atendimento aos requisitos de sustentabilidade necessários para a atuação da empresa, como também a busca constante das melhores práticas no relacionamento com os públicos de interesse.

A implementação das melhores práticas de governança corporativa na Eletrobras representa o desafio contínuo de reforçar a credibilidade junto aos acionistas e investidores, mostrando a confiabilidade dos controles internos, a transparência da gestão e a atenção com os interesses das partes interessadas.

A governança corporativa é constituída por uma estrutura de gestão formalmente constituída e com atuação regular: a Assembleia Geral de Acionistas (AG), o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da Eletrobras (CAE) é integrado por dez membros, sendo: sete indicados pelo Ministério de Estado de Minas e Energia - MME, um pelo Ministério de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, um pelos acionistas minoritários e um membro eleito em votação, em separado, na Assembleia Geral, excluído o acionista controlador. Suas reuniões são mensais, deliberadas por maioria de votos, podendo o estatuto fixar matérias que devem ser aprovadas por quorum qualificado. Em 2009, foram realizadas 18 reuniões do Conselho de Administração.

Sistema Eletrobras:

Situação em 31/12/2009	Hidráulica*		Térmica		Nuclear		Total*	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
CGTEE	---	---	490	3	---	---	490	3
Chesf	10.268	14	347	1	---	---	10.615	15
Eletronorte	8.689	4	563	7	---	---	9.252	11
Eletronuclear	---	---	---	---	2.007	2	2.007	2
Furnas	8.673	10	980	2	---	---	9.653	12
TOTAL	27.630	28	2.380	13	2.007	2	32.017	43

*Não considera 50% de Itaipu (7.000 MW)

Capacidade Instalada - Situação em 31/12/2009 (MW)						
Empresas	UHE	UTE	UTN	(EOL+SOL)	Total	%
Sistema Eletrobras	27.630	2.380	2.007	---	32.017	30
Itaipu (50%)	7.000	---	---	---	7.000	7
Outras*	43.730	21.723	---	602	66.055	63
Brasil	78.360	24.103	2.007	602	105.072	100

* Capacidade instalada até 31/12/2009, subtraída a participação do Sistema Eletrobras.

Transmissão:



Sistema Eletrobras - Linhas de Transmissão com tensão acima de 230 Kv

Empresas	Situação em 31/12/2009	
	Extensão (Km)*	
Chesf	18.130	
Eletronorte	9.216	
Furnas	16.979	
Eletrosul	8.459	
Amazonas Energia	365	
TOTAL	53.148	

* Extensão das linhas considerando as parcerias.

Distribuição:

Fornecimento de Energia Elétrica das Distribuidoras - GWh				
	2008	2009	Crescimento (%)	Participação (%)
Brasil	392.764	388.204	1,2	100
Ceal	2.246	2.285	1,7	0,6
Cepisa	1.831	1.897	3,6	0,5
Ceron	1.743	1.907	9,4	0,5
Eletroacre	581	623	7,2	0,2
Amazonas Energia/Interior	4.353	4.274	-1,8	1,1
Boa Vista Energia	403	440	9,2	0,1
Total	11.157	11.426	2,4	2,9

7.2 – Participações Acionárias

As participações acionárias da Eletrobras estão presentes nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da seguinte forma: 11 empresas controladas e 31 empresas coligadas com participação minoritária, incluindo Sociedades de Propósito Específico (SPE). Além disso, a Eletrobras participa com 50% do capital de Itaipu Binacional e 81,61% da Eletropar, além de ser mantenedora do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - Cepel.

Além das participações acionárias, a Eletrobras possui títulos da dívida pública decorrentes do processo de privatização do Setor Elétrico Brasileiro na década de 90, sendo o mais representativo o CFT-E1 (Certificados Financeiros do Tesouro) que registra valor de mercado de R\$ 204,9 milhões.

O valor de mercado da participação acionária da Eletrobras nas companhias cujas ações são negociadas em Bolsa de Valores foi superior a R\$ 6,8 bilhões, e sua variação apresentou aderência principalmente com o Índice de Energia Elétrica (IEE).

Em relação a dezembro de 2008, houve uma valorização da carteira de 24,51%, enquanto o Ibovespa, no mesmo período, teve uma valorização de 82,66%. Esta maior valorização do Ibovespa deve-se ao fato dele ter caído muito mais do que a carteira da Eletrobras no início da crise de meados de 2008. Conseqüentemente, a recuperação percentual foi maior.

A carteira Eletrobras, por ter seus papéis concentrados em empresas com receita fixa ou regulada, apresenta menor volatilidade em relação ao mercado, caracterizando-se assim, como uma carteira conservadora.

Participações em 2009



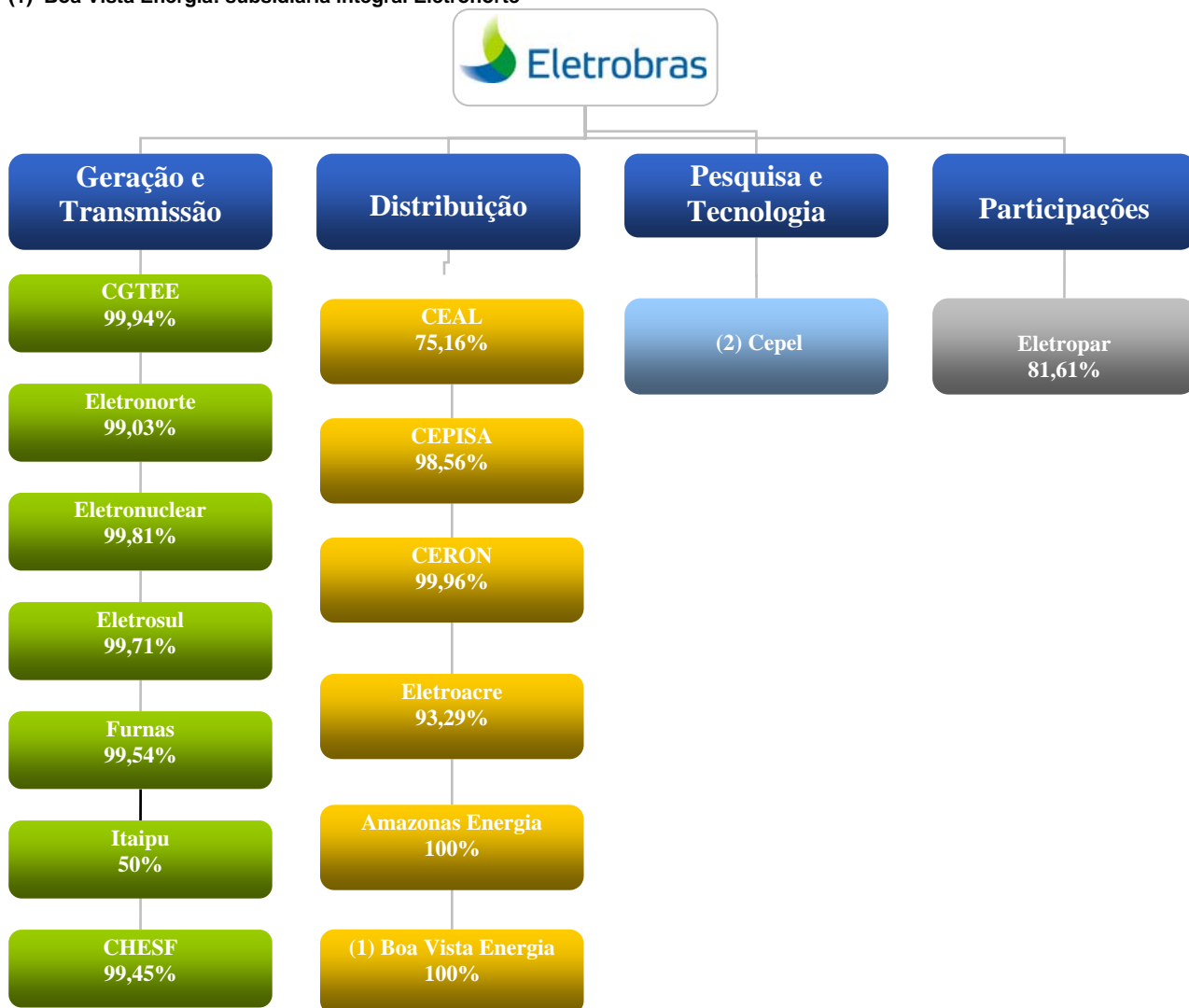
Em 2009, a remuneração dessas participações, na forma de dividendos, alcançou mais de R\$ 1,5 bilhão, significando uma das maiores fontes de recursos ordinários da Companhia, sendo que a maior parte da contribuição foi das empresas controladas.

Dividendos/JCP Recebidos - R\$ milhões					
Empresas	2005	2006	2007	2008	2009
Controladas	463	686	378	502	999
Coligadas*	95	189	464	426	410
Coligadas	0,1	45	46	63	75
Parcerias	31	38	169	227	131

*Coligadas com ações comercializadas na BOVESPA

7.3 – Estrutura Societária por Segmento de Negócios

(1) Boa Vista Energia: subsidiária integral Eletronorte



(2) Cepel: Centro de Pesquisa de Energia Elétrica

7.4 – Atividades Internacionais

Estratégia de Atuação

Com a promulgação da Lei 11.651, de 8/4/2008, que autorizou a atuação no exterior da Eletrobras, foram elaborados estudos e pesquisas e, como resultado, foi consolidada a estratégia a ser adotada pelo Sistema Eletrobras em seu processo de internacionalização com as seguintes diretrizes principais:

A Eletrobras terá como alvo da sua expansão internacional – prioritariamente – os negócios onde já desenvolveu mais destacada competência: geração hidrelétrica e transmissão;

Os investimentos serão desenvolvidos através de uma combinação de novos projetos e aquisições/participações como forma de reduzir os riscos;

O mercado prioritário será o das Américas - do Sul, Central e do Norte -, mas sem deixar de examinar, caso a caso, outras possibilidades atrativas que venham a ser identificadas nos demais mercados.

Processo Operacional:

Tendo a estratégia definida, segmentou-se a avaliação dos projetos prospectados em três etapas sequenciais:

Análise Preliminar: Avaliação inicial do projeto, levando em conta a estratégia definida e análise institucional (estabilidade política, modelo regulatório, situação econômica, possibilidade de financiamento, etc.) do país onde o projeto está situado;

Pré-viabilidade: Avaliação geral do projeto nos aspectos técnicos, jurídicos, regulatórios, de mercado e financeiro. Em média, a concepção dos estudos de pré-viabilidade representa um pequeno investimento e prazos envolvidos;

Viabilidade: Estudos detalhados de Engenharia (hidrologia, topografia, geologia, estudos energéticos, infra-estrutura elétrica e mecânica, logística, etc.) e de Impacto Ambiental e Financeiro, culminando com a realização da Estruturação do Negócio por meio do seu *Business Plan*, que contém mitigação de riscos, fontes de financiamento, rentabilidade do projeto, etc.

Situação dos empreendimentos internacionais em curso:

Empreendimentos que foram identificados no ano de 2009 e se encontram em avaliação.



8 – INVESTIMENTOS

As empresas do SE realizaram investimentos de R\$ 5,2 bilhões, em 2009. A realização de 75% em relação ao previsto anual de R\$ 6,9 bilhões representou um acréscimo de 33,8% em relação a 2008.

O percentual de realização em 2009 contempla os segmentos de geração 80%, transmissão 79,5% e distribuição 56,4%. Quando comparado a 2008, notam-se as seguintes variações: 29,8% para geração, 47,5% para transmissão e 34,9% para distribuição.

Destaque, em 2009, para os projetos de: **Geração:** Eletronuclear - Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I; Furnas - Implantação da UHE Simplício e UHE Batalha; CGTEE - Implantação da usina de Candiota III-RS fase C; **Transmissão:** Eletrosul - Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul; Chesf - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Eletronorte - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte e **Distribuição:** Ceal e Eletroacre - Programa Luz para Todos.

Natureza dos Investimentos - R\$ milhões	2009	2008	%
Geração	2.621	2.019	29,8
Transmissão	1.755	1.190	47,5
Distribuição	518	384	34,9
Qualidade Ambiental	42	30	40,0
Pesquisa	18	28	-35,7
Infra-estrutura	237	227	4,4

Total	5.191	3.878	33,8
--------------	--------------	--------------	-------------

8.1 – Recursos Ordinários

Os recursos ordinários, na forma de empréstimos e financiamentos aplicados em 2009 nas empresas controladas e distribuidoras, totalizaram R\$ 7,7 bilhões, conforme a seguir:

Aplicações	Liberações		Total
	Econômica	Financeira	
Empréstimos/Financiamentos:	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Distribuidoras:			
Ceal	283	---	283
Cepisa	198	82	280
Ceron	397	---	397
Amazonas Energia	1.478	532	2.010
Eletroacre	18	15	33
Controladas	2.374	629	3.003
CGTEE	55	84	139
Chesf	2.724	8	2.732
Eletronorte	4.023	27	4.050
Eletronuclear	---	---	---
Eletrosul	140	195	335
Furnas	274	153	427
Itaipu	---	20	20
TOTAL	7.216	487	7.703

9 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Os investimentos do Sistema Eletrobras incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de iniciativa do Governo Federal, realizaram, em 2009, R\$ 3.007 milhões equivalentes a 82,9% da dotação orçamentária para o ano. Quando comparado ao realizado em 2008, observa-se um crescimento de 21,8%.

Do montante aprovado (R\$ 3.629 milhões) para o PAC, 24% foi destinado à região Sul, 39% à região Sudeste, 20% à região Nordeste e 17% à região Norte. Já o percentual de realização orçamentária relativo à previsão anual, por região, foi de: 95,1% na região Sul, 94,6% na região Norte, 83,2% na região Sudeste e 57,6% na região Nordeste.

Do total realizado no ano, 72% deve-se aos projetos de Geração, 20% de Transmissão e 8% de Distribuição.

As empresas que se destacaram, apresentando uma realização acima da média (82,9%) do Sistema, foram: Eletronorte (106%), Eletrosul (99,4%), CGTEE (90,9%) e Furnas (88,4%). Por outro lado, as empresas Eletronuclear (45,9%), Cepisa (46,7%), Ceron (34,5%) e Boa Vista (17,4%) tiveram realização aquém da previsão anual.

Investimentos do PAC - R\$ milhões				
	2009		2008	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
TOTAL	3.629	3.007	3.534	2.469

Investimentos em Geração:

1 - Em implantação:

Empreendedor	UHE	UF	MW	Operação Prevista	
				1ª Unid.	Ult. Unid.
Furnas e Outros	Santo Antônio	RO	3.150	mai/12	nov/15
Eletrosul e Outros	Jirau	RO	3.300	jan/13	out/16
Furnas e Outros	Foz do Chapecó	RS/SC	855	ago/10	fev/11
Eletrosul e Copel	Mauá	PR	370	abr/11	ago/11
Eletrosul	Passo São João	RS	77	ago/10	nov/10

Furnas e Outros	Baguarí	MG	140	set/09	mar/10
Furnas e Outros	Retiro Baixo	MG	82	jan/10	fev/10
Furnas	Simplicio	RJ	334	dez/10	abr/11
Eletronorte, Chesf e Outros	Dardanelos	MT	261	fev/10	ago/10
Eletrosul	São Domingos	MS	48	nov/11	jan/12
Furnas	Batalha	GO	52	mai/11	jun/11
Furnas e Outros	Serra do Facão	GO	213	out/10	dez/10
Empreendedor	PCH	UF	MW	Operação Prevista	
				1ª Unid.	Ult. Unid.
Eletrosul	Barra do Rio Chapéu	SC	15	ago/10	set/10
Empreendedor	UTN	UF	MW	Operação Prevista	
				mai/15	
Eletronuclear	Angra 3	RJ	1.350	mai/15	
Empreendedor	UTE	UF	MW	Operação Prevista	
				jun/10	
CGTEE	Candiota 3	RS	350	jun/10	

2 - Em estudos de inventário:

Empreendedor	UHE	UF	MW
Eletronorte, Engevix, OAS	Bacia do Rio Itacaiúnas	PA	200

3 - Em estudos de viabilidade:

Empreendedor	AHE	UF	MW
Eletrobras	Belo Monte	PA	11.233
Eletronorte e CCCC	Marabá	PA	2.160
Eletronorte, Queiroz Galvão e Furnas	Tabajara	RO	350
Eletronorte e CCCC	Serra Quebrada	MA/TO	1.328
Eletronorte, EDF, Eletrobras e CCCC	São L. do Tapajós	PA	6.133
Chesf, Queiroz Galvão, CNEC e Energimp	Castelhano	PI/MA	64
Chesf, Queiroz Galvão, CNEC e Energimp	Estreito	PI/MA	56
Empreendedor	AHE	UF	MW
Chesf, Queiroz Galvão, CNEC e Energimp	Uruçuí	PI/MA	134
Chesf, Queiroz Galvão, CNEC e Energimp	Ribeiro Gonçalves	PI/MA	113
Chesf, Desenvix/Engevix e Odebrecht	Pedra Branca	PE/BA	320
Chesf, Desenvix/Engevix e Odebrecht	Riacho Seco	PE/BA	276
Eletronorte, Furnas, Alupar e Dreen Brasil	Toricoejo	MT	76
Furnas, PCE, Energética-Tech e Rialma	Mirador	GO	80
Furnas, ELN, Enercamp, PCE, Ener-Tech, Alston e A.Gutierrez	Água Limpa	MT	380

Investimentos em Linhas de Transmissão e Subestações:

1 - Linhas de Transmissão Concluídas:

LINHAS DE TRANSMISSÃO			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa/Parceria	Extensão (KM)
Joinville - Curitiba C2 - Secc.	230	Eletrosul	1
Blumenau - Joinville Norte	230	Eletrosul	12
Milagres - Coremas II - C2	230	Chesf	120
Campos Novos - Nova Santa Rita	525	Eletrosul	273

Juba - Jauru e SE associada (CD)	230	Brasnorte S.A.*	129
Brasnorte - Nova Mutum e SE Associada (CD)	230	Brasnorte S.A.*	273

*Eletronorte 45%

2 – Linhas de Transmissão em Execução:

Empreendimento	Tensão (kV)	Empreendedor	Extensão (km)	Op.Prevista
São Luis II - São Luis III	230	Eletronorte	36	mai/10
Presidente Médice - Santa Cruz I	230	Eletrosul	238	jan/10
Macaé - Campos	345	Furnas	92	fev/10
Ribeiro Gonçalves - Balsas	230	Eletronorte	95	jul/10
Picos – Tauá	230	Chesf	183	set/10
Paraíso – Açú	230	Chesf	135	mar/10
Jardim – Penedo	230	Chesf	110	dez/10
Ibicoara – Brumado	230	Chesf	95	mai/10
Funil – Itapebi	230	Chesf	198	dez/10
Furnas - Pimenta	230	Centroeste*	63	jan/10

* Furnas – participação de 49%

10 – O MERCADO DE ENERGIA DO SISTEMA ELETROBRAS

10.1 – Expansão da Geração

A potência instalada nacional atingiu, em 31/12/2009, a marca de 106.301 MW, enquanto o Sistema Eletrobras (SE) alcançou o montante de 40.245 MW instalados, representando 37,9% de participação percentual no Brasil.

O SE deterá até 2015 a concessão/autorização para a construção de novos empreendimentos, obtida via autorizações/licitações/leilões, de 2.264 MW, com participação direta, e de 8.362 MW, em parceria com agentes privados através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Nas tabelas abaixo, são apresentadas, respectivamente, as usinas planejadas, com concessão/autorização, que possuem investimentos diretos (100%) do SE e em parceria com empresas privadas, através de SPEs.

USINAS PREVISTAS PARA ENTRAR EM OPERAÇÃO				
EMPRESA	UHE	MW	Op. Comercial	Classificação
Eletrosul	Passo São João	77	sem previsão	Leilão 2005
	Barra do Rio Chapéu	15	ago/10	Autorização
	Itararé	9	sem previsão	Autorização
	João Borges	19	sem previsão	Autorização
	Pinheiro	10	sem previsão	Autorização
	São Domingos	48	nov/11	Concessão
Furnas	Simplício	334	dez/10	Leilão 2005
	Batalha	53	mai/11	Leilão 2005
	UTE	MW	Op. Comercial	Classificação
CGTEE	Presidente Médici (Candiota III)	350	nov/10	Concessão
	UTN	MW	Op. Comercial	Classificação
Eletronuclear	Angra III	1.350	mai/15	Concessão

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM SPEs					
EMPRESA	UHE	Participação (%)	MW	Op. Comercial	Classificação
Chesf/Eletronorte	Dardanelos	24,5	261	fev/10	Leilão 2006
Chesf/Eletrosul	Jirau	20	3.300	jan/13	Leilão 2008
Eletrosul	Mauá	49	361	abr/11	Leilão 2006
Furnas	Peixe Angical	40	452	Em operação	---

	Baguari	15	140	set/09*	Leilão 2005
	Retiro Baixo	49	82	mar/10	Leilão 2005
	Foz do Chapecó	40	855	ago/10	Concessão
	Serra do Facão	49	213	out/10	Concessão
	Santo Antônio	39	3.150	mai/12	Leilão 2007

*Em 2009 entraram em operação comercial 2 unidades de um total de 4.

10.2 – Expansão da Transmissão

As empresas do Sistema Eletrobras participaram das atividades de planejamento da expansão da transmissão do PDE 2009/2018, através dos Grupos de Estudos de Transmissão Regionais (GET) de apoio à EPE, responsáveis pelo planejamento da transmissão em caráter regional. Além disso, houve a participação do Sistema em estudos de interligações regionais e de integração de usinas.

Neste ciclo do PDE, destaca-se o estudo de integração do complexo hidrelétrico de Belo Monte, que conta com a efetiva participação das empresas do Sistema Eletrobras na concepção de alternativas de transmissão que permitam escoar a energia de Belo Monte nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

No ano de 2009, também foi iniciada a elaboração do Projeto Básico do sistema de transmissão que interliga as usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau ao Sistema Interligado Nacional, com aproximadamente 2.500Km de extensão.

SUBESTAÇÕES (>230 kV)			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa	Potência (MVA)
SE Joinville Norte (*)	230	Eletrosul	300
SE Nova Mutum	230/69/13,8	Eletronorte	30
SE Coxipó - 4º Banco Trafo	230/138/13,8	Eletronorte	100
SE Sinop	230/138	Eletronorte	100
SE Ariquemes - Substituição Trafo	230/69	Eletronorte	60
SE Nobres	230/138/13,8	Eletronorte	200
SE Porto Velho I	230	Eletronorte	100
SE Campinas	345/138	Furnas	150
SE Brasília Geral	230/34,5	Furnas	60
SE Pici	230/69	Chesf	100
SE Icó	230/69	Chesf	100
SE Angelim	230/69	Chesf	100
SE Jardim	230/69	Chesf	100
SE Piripiri	230/69	Chesf	50
SE Tacaimbó	230/69	Chesf	100
SE Pau Ferro	230/69	Chesf	100

LINHAS DE TRANSMISSÃO			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa	Extensão (KM)
LT L. C. Barreto - M. Moraes Secc.	345	Furnas	5
LT C. Grande II - Natal II – Secc.	230	Chesf	3
LT Caxias - Caxias V	230	Eletrosul	25
LT Camaçari - Jacaracanga - Recap. (CD)	230	Chesf	23,5

10.3 – Leilão de Linhas de Transmissão

Durante o ano de 2009, as empresas do Sistema Eletrobras (SE) participaram de dois leilões de transmissão, promovidos pela Aneel, atraindo investidores nacionais e internacionais. O sucesso obtido pelo SE nos leilões demonstra a força e a competência das empresas, arrematando 13 dos 20 lotes leiloados, compreendendo um total de 2.939km de Linhas de Transmissão, representando cerca de 83,11% do total ofertado (3.536km). A operacionalização desses empreendimentos propiciará ao SE uma receita anual de cerca de R\$ 224 milhões.

Apresentam-se, a seguir, as informações detalhadas dos leilões:

Leilão 001-2009

Realizado em 8/5/2009, tendo as empresas do Sistema Eletrobras arrematado sete dos doze lotes leiloados.

O Consórcio Porto Velho - Jauru, composto pela Eletronorte em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote C - LT 230 kV Samuel - Porto Velho – C3 com 42 km , LT 230 kV Ariquemes – Samuel – C3 com 154 km , LT 230 kV Ji Paraná - Ariquemes – C3 com 165 km , LT 230 kV Pimenta Bueno – Ji Paraná – C3 com 119 km, LT 230 kV Vilhena – Pimenta Bueno – C3 com 161 km, LT 230 kV Jauru – Vilhena – C3 com 346 km, com uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 42,7 milhões. A participação da Eletronorte no Consórcio vencedor foi de 49%;

O Consórcio Porto Velho – Rio Branco, composto pela Eletronorte em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote D – LT 230 kV Porto Velho – Abunã – C2 com 188 km e LT 230 kV Abunã – Rio Branco com 299 km, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 24,4 milhões. A participação da Eletronorte no Consórcio vencedor foi de 49%;

O Consórcio Jauru - Cuiabá, composto pela Eletronorte em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote E – LT 500 kV Jauru – Cuiabá com 348 km, SE Jauru em 500/230 kV – 750 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 27,5 milhões;

A Chesf, individualmente, arrematou o Lote F – LT 230 kV Pau Ferro – Santa Rita II com 97 km, LT 230 kV Paulo Afonso III – Zebu com 6 km, SE Santa Rita II em 230/69 kV com 300 MVA, SE Zebu em 230/69 kV com 200 MVA, SE Natal III em 230/69 kV com 300 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 15,9 milhões;

O Consórcio Transenergia, composto por Furnas, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote G – SE Itatiba em 500/138 kV com 800 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 8,2 milhões. A participação de Furnas no Consórcio vencedor foi de 49%;

O Consórcio Transenergia, composto por Furnas, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote K – LT 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia com 100 km, LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto com 88 km, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 7,6 milhões. A participação de Furnas no Consórcio vencedor foi de 49%;

A Chesf, individualmente, arrematou o Lote L – LT 230 kV Eunapólis – Teixeira de Freitas II – C2 com 152 km, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 4,9 milhões.

Leilão 005-2009

Realizado em 27/11/2009 tendo as empresas do Sistema Eletrobras arrematado seis dos oito lotes leiloados.

O Consórcio Goiás Transmissão, composto por Furnas, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote A – LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade com 193 km, LT 230 kV Trindade – Xavantes com 37 km, LT Trindade – Carajás com 29 km, SE Trindade em 500/230 kV com 400 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 33,7 milhões. A participação de Furnas no Consórcio vencedor foi de 49%;

O Consórcio Nordeste, composto pela Chesf, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote C – LT 230 kV São Luis II – São Luis III com 36 km, SE Aquiraz II com 230/69 kV com 450 MVA, SE Pecém II em 500/230 kV com 3600 MVA. com uma Receita Anual Permitida – RAP de 20,5 milhões. A participação da Chesf no Consórcio vencedor foi de 49%;

Furnas, individualmente, arrematou o Lote E – LT 230 kV Mascarenhas – Linhares com 99 km, SE Linhares em 230/138 kV com 150 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 5,3 milhões.

A Chesf, individualmente, arrematou o Lote F – SE Camaçari IV em 500/230 kV com 2400 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 6,9 milhões.

O Consórcio MGE Transmissão, composto por Furnas, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote G – LT 500 kV Mesquita – Viana II com 240 km, LT 345 kV Viana II – Viana com 10 km, SE Viana II em 500/345 kV com 900 MVA, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 23 milhões. A participação de Furnas no Consórcio vencedor foi de 49%;

A Eletronorte, individualmente, arrematou o lote H – LT 230 kV Jorge Teixeira – Lechuga com 30 km, com uma Receita Anual Permitida – RAP de 3,4 milhões.

10.4 – Interligações Fronteiriças

O Sistema Eletrobras opera quatro interligações com países vizinhos:

Interligação com o Paraguai – composta de quatro linhas de transmissão que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação margem Direita no Paraguai e à subestação Foz do Iguazu no Brasil.

Interligação com o Uruguai – formada pela estação conversora de frequência de Rivera (Uruguai), com capacidade de 70 MW, e uma linha de transmissão em 230 KV que interliga a conversora à subestação de Livramento, no Brasil.

Interligação com Argentina – é feita através da estação conversora de frequência de Uruguiana, situada no Brasil, com capacidade de 50 MW, e a linha de Paso de los Libres, na Argentina.

Interligação com a Venezuela – é feita por meio de uma linha de transmissão em 230 KV, com capacidade de 200 MW, que interliga a cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, à cidade de Santa Elena, na Venezuela.

10.5 – Comercialização de Energia Elétrica

Empresas	2008		2009	
	MWh	R\$ milhões	MWh	R\$ milhões
CGTEE	2.127.335	195	2.136.371	212
Eletronorte	53.130.5667	4.623	53.620.173	3.416
Chesf	50.692.555	4.423	55.150.430	3.710
Furnas	42.212.472	2.645	43.316.368	2.858
*Eletronuclear	12.851.578	1.570	11.876.917	1.677
Total	161.014.507	13.456	166.100.259	11.873

* Toda energia produzida pela Eletronuclear é adquirida por Furnas.

UHE ITAIPU

A Lei 10.438, de 26/4/02, determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercial de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2009, repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 67.438.224 MWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3,5 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobras foi de 12.688.593 MWh, correspondente a um faturamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 326 milhões até o mês de novembro.

11 - DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O lucro foi de R\$ 170 milhões, o que equivale a R\$ 0,15 por ação. No mesmo período do exercício de 2008 a empresa registrou R\$ 6.136 milhões, equivalente a R\$ 5,42 por ação.

O reconhecimento dos resultados das empresas investidas pela Eletrobras impactou positivamente o resultado em R\$ 2.728 milhões pela equivalência patrimonial, influenciado pela reversão de provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no montante de R\$ 673 milhões decorrente da renovação da concessão da UHE Samuel e UTE Candiota e pelos efeitos da Lei 12.111/2009, que permitiu o reconhecimento de R\$ 311 milhões de direitos de ressarcimento da CCC-Isol.

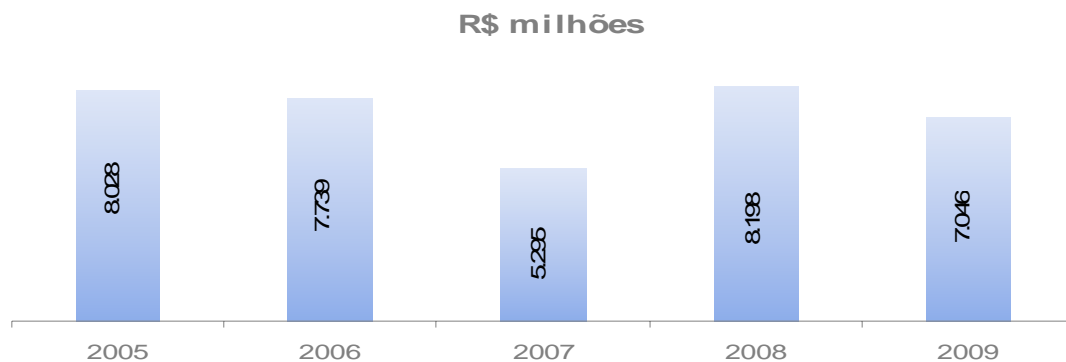
A receita financeira líquida, fundamentalmente decorrentes dos financiamentos e empréstimos concedidos, gerou um ganho de R\$ 3.075 milhões, representando, um aumento de 23% no nível das receitas dessa natureza. Esse aumento decorre do fato da Eletrobras ter aumentado o volume de liberações de empréstimos e financiamentos.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar Norte-Americano e o fato de a Eletrobras deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) – R\$ 23.615 milhões (US\$ 13,563 milhões), indexados principalmente à moeda norte-americana criaram um cenário de perda para a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2009. Nos 12 meses de 2009 a Eletrobras registrou perda cambial de R\$ 4.618 milhões, contra um ganho de R\$ 4.297 milhões no exercício de 2008. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2009 a Companhia verificou um ganho de R\$ 175 milhões, enquanto que em 2008, foi apurado um ganho de R\$ 998 milhões.

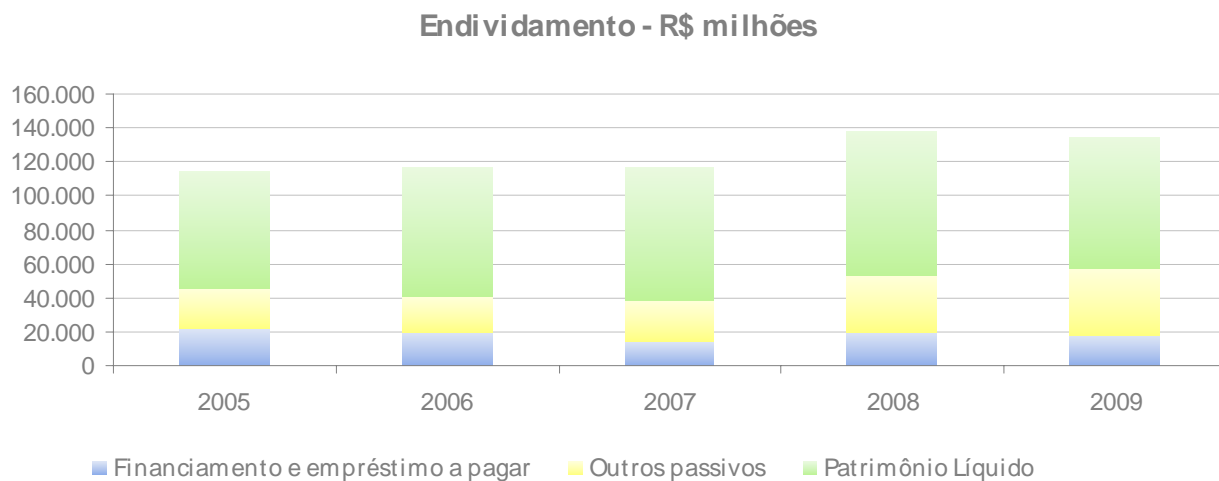
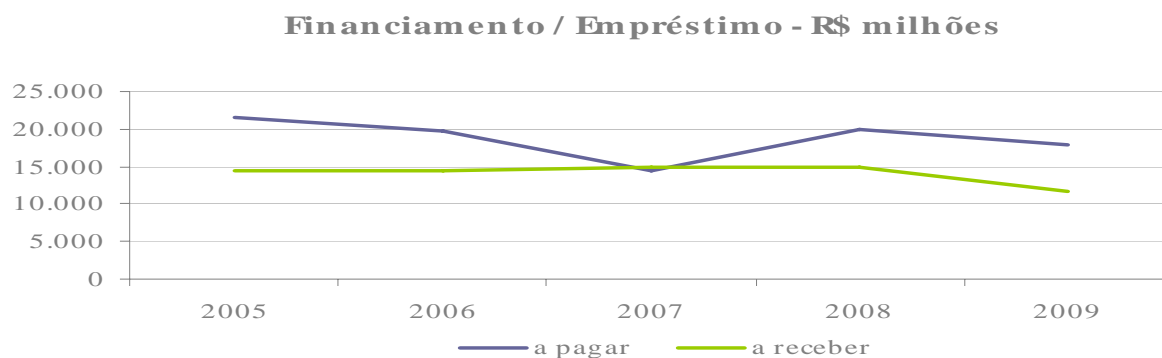
11.1 - Lucro Líquido das Controladas

Empresas	2009/R\$ milhões	2008/R\$ milhões
CGTEE	-21	-292
Chesf	764	1.437
Eletronorte	304	-2.425
Eletronuclear	55	-282
Eletrosul	205	268
Furnas	-129	455
Itaipu	670	836
Eletropar	11	11

11.2 – EBITDA CONSOLIDADO



11.3 - Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado



Fluxo do Financiamento – R\$ milhões						
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Endividamento	1.351	1.271	1.179	1.068	987	19.322

Financiamentos e Empréstimos Concedidos:

Controladas e Itaipu:	Saldo em 31/12/2009 (R\$ milhões)	Saldo em 31/12/2008 (R\$ milhões)
CGTEE	782	574
Chesf	254	2.988
Eletronorte	3.439	7.343
Eletronuclear	3.313	2.836
Eletrosul	670	514
Furnas	1.336	1.092
Itaipu	12.970	18.356

11.4 – Resultado Primário

A Eletrobras, ao calcular a meta do Resultado Primário para 2009, considerou as receitas advindas do recebimento do serviço da dívida de Itaipu Binacional. A partir deste exercício, a receita de Itaipu, no montante de R\$ 1.695 milhão, passou a ser expurgada da composição da meta.

O Resultado Primário referente a 2009 é explicado, em parte, pelos pagamentos dos dividendos da Eletrobras no mês de maio, R\$ 1.744 milhão, e, em parte, pelo expurgo acima citado.

Período	Resultado	R\$ milhões
2009	Déficit	-1.007
2008	Superávit	2.572
2007	Superávit	2.783
2006	Superávit	2.137
2005	Superávit	2.865

12 – AUDITORES INDEPENDENTES

Companhias	Auditor Independente
CGTEE	PricewaterhouseCoopers
Chesf	PricewaterhouseCoopers
Eletronorte	PricewaterhouseCoopers
Eletronuclear	PricewaterhouseCoopers
Eletropar	PricewaterhouseCoopers
Eletrosul	PricewaterhouseCoopers
Furnas	PricewaterhouseCoopers
Itaipu	BDO Trevisan

13 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O ano de 2009 registrou uma grande procura por papéis de emissores *investment grade*, como é o caso da Eletrobras. Neste sentido, várias empresas brasileiras aproveitaram as janelas para companhias brasileiras e realizaram emissões de notas no mercado internacional.

Neste sentido, a Eletrobras concluiu em 30/7/2009 a operação de lançamento de bônus no mercado internacional, no valor de US\$ 1 bilhão. Como aspecto positivo da operação, destacamos o retorno da Eletrobras ao mercado de dívida internacional, do qual a Companhia esteve ausente desde 2005, quando emitiu bônus de US\$ 300 milhões.

Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento em 30/7/2019, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 6,875% a.a., possibilitando um “yield” de 7% a.a para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento. O preço de emissão foi de 99,112% do valor de face.

A operação de lançamento destes títulos, estruturada pelo banco Credit Suisse Securities (USA) LLC, foi bem recebida no mercado internacional, tendo sido apresentadas ordens de compra num montante superior a US\$ 2 bilhões.

Após a realização de um *road-show* na Europa e nos EUA, a participação geográfica teve a seguinte distribuição: 58% das ofertas foram originadas dos Estados Unidos, 26% da Europa, 8% da Ásia, 7% da América Latina e 1% do Oriente Médio.

Os recursos obtidos nesta operação tiveram o objetivo de compor o fundo de financiamento às controladas, visando assegurar o cumprimento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

Adicionalmente, de modo a efetivar outras contratações, foram realizadas negociações com organismos multi-laterais, destacando-se as seguintes:

Banco Mundial – negociação para a contratação de um empréstimo de US\$ 500 milhões, com o aval da União, para ser repassado às Empresas de Distribuição: Ceal, Cepisa, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Energia;

KfW – estão sendo conduzidas negociações com o banco alemão KfW para a obtenção de um financiamento, no valor de € 37,2 milhões à Eletrobras, constituídos por dois tranches: (i) de € 13,3 milhões e (ii) € 23,9 milhões. O objetivo do referido financiamento é o de viabilizar o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/ Eletrobras, cuja execução está sob a responsabilidade da Eletrosul;

AFD – negociação para obtenção de empréstimo junto à *Agence Française de Développement* (AFD) no valor de € 100 milhões, ou o equivalente em dólares, com prazo de 15 anos, sendo 5 anos de carência. O empréstimo se destina a financiar projetos das subsidiárias do Sistema Eletrobras na área de energias renováveis, tais como: pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), usinas eólicas e de biomassa.

As empresas do Sistema Eletrobras obtiveram sucesso em vários leilões da Aneel, realizados em 2009 e, por conseguinte, serão responsáveis pela execução de projetos nas áreas de geração e transmissão, individualmente ou em parcerias nas sociedades de propósito específico – SPE's das quais fazem parte.

Assim sendo, de modo a compor a estrutura de financiamento para referidos projetos, foram negociadas pelas empresas subsidiárias operações de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos quais a Eletrobras concedeu garantia corporativa. Foram aprovadas as concessões de garantias da Eletrobras nos contratos celebrados entre o BNDES e as empresas subsidiárias, a saber: - UHE Jirau, com a participação de Chesf e Eletrosul; UHE Mauá e UHE Passo de São João (Eletrosul) e UHE Santo Antônio (Furnas).

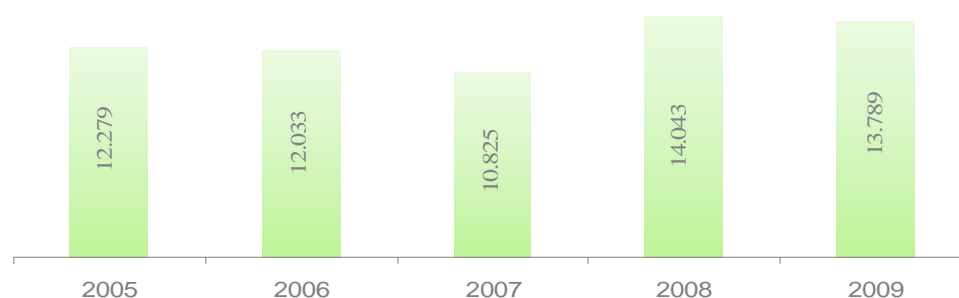
A Eletrobras concedeu garantia nas duas operações realizadas pela Eletrosul, para aquisição das transmissoras SC Energia e RS Energia, nos contratos de financiamento com o BNDES.

Adicionalmente, foi ainda registrada a substituição da Eletronorte pela Eletrobras nos direitos e obrigações assumidas pela Manaus Energia S.A. (atualmente denominada Amazonas Energia), em todos os instrumentos contratuais tendo a Eletronorte como garantidora.

14 – VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO

Distribuição do Valor Adicionado %		
	2008 - Reclassificação	2009
Terceiros	-2,14	61,65
Acionistas	43,79	1,93
Pessoal	27,40	34,19
Governo	30,96	2,24

Valor Adicionado - R\$ milhões



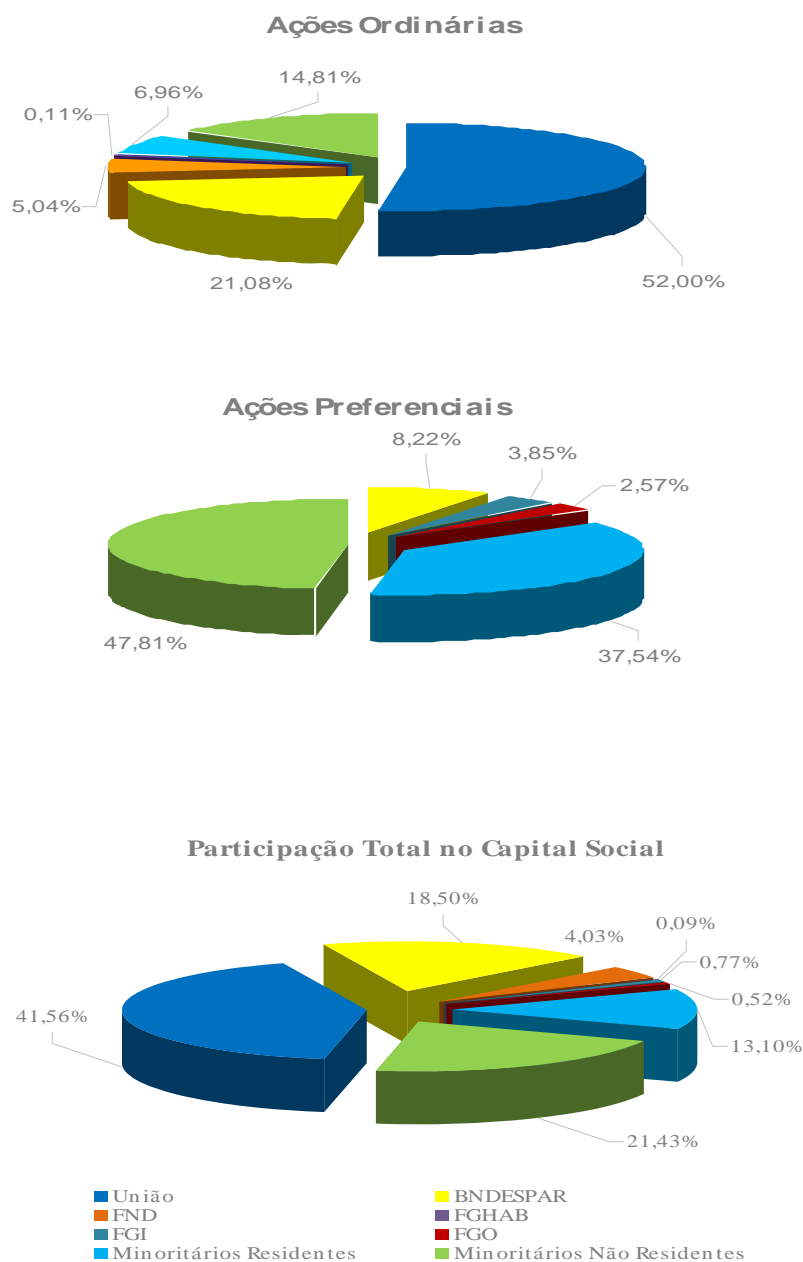
15 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório, instituído com a finalidade de expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2.000 kWh, através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O montante anual dessas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório (CICE).

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, no exercício de 2009, a Eletrobras implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A., o montante de 5.949.004 ações preferenciais da classe "B" e enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R\$ 8,1 milhões, referente aos juros da correção dos créditos do empréstimo compulsório.

16 – MERCADO DE CAPITAIS

16.1 – Base acionária



16.2 – Análise das Ações da Eletrobras

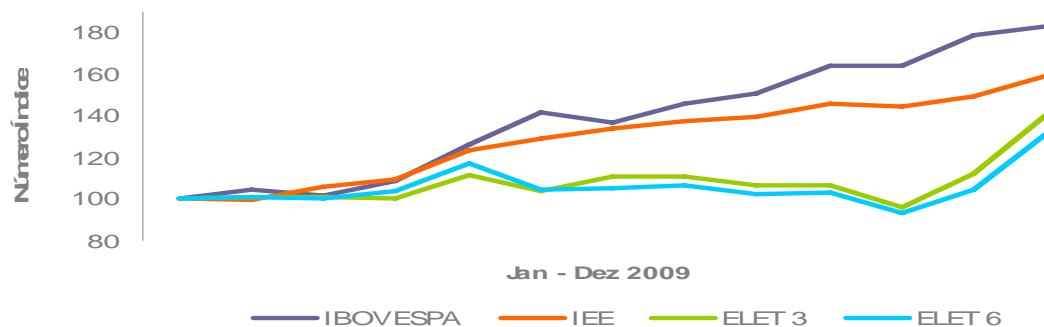
Ao longo do ano de 2009, as ações ordinárias apresentaram uma valorização de 40,36%. A cotação mais alta foi verificada no dia 11 de dezembro, no valor de R\$ 40,64, enquanto que a mais baixa, R\$ 23,25, foi registrada em 25 de fevereiro.

As ações preferenciais, por sua vez, valorizaram-se 31,18%. No dia 11 de dezembro, tiveram o maior valor de negociação no ano, R\$ 35,40. Já em 3 de novembro apresentaram seu valor mínimo, R\$ 22,01.

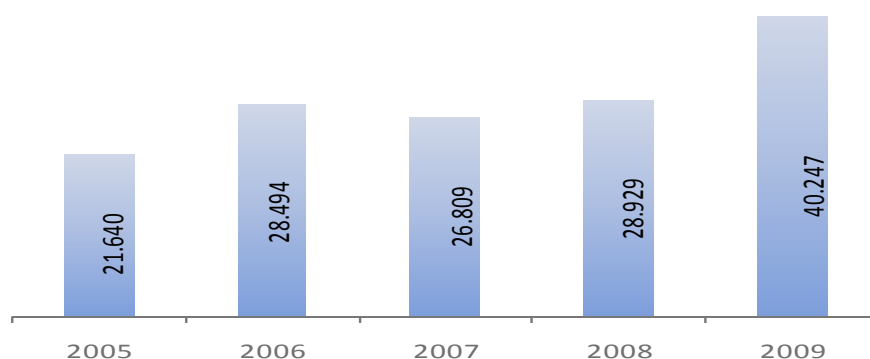
Essa valorização dos ativos elevou o valor de mercado da empresa em 39%, passando dos R\$ 28.929 milhões no final de 2008 para R\$ 40.247 milhões, em 2009.

O volume negociado ao longo do ano totalizou 245.001.100 ações preferenciais e 271.243.300 ações ordinárias, apresentando um índice de presença de 100%.

IBOVESPA, IEE, ELET 3 e ELET 6 em 2009



16.3 – Valor de Mercado (R\$ milhões)



16.4 – Rating

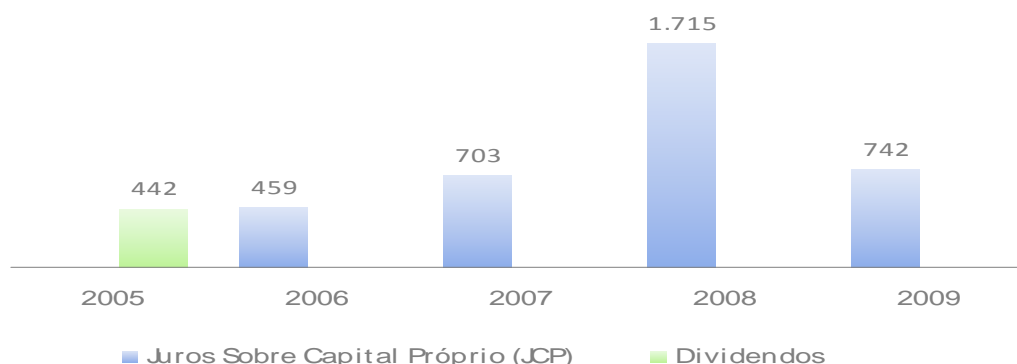
A classificação de risco dos papéis da dívida da Eletrobras está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país por ser a União o seu acionista majoritário. O *rating* soberano, na escala global, encerrou 2009 com nível BBB+ para negócios em moeda nacional e BBB- para moeda estrangeira. Os bônus da Eletrobras, com vencimento para 2015 e 2019, encerraram o ano com *rating* BBB- para negócios em moeda estrangeira, segundo a agência de classificação de risco *Standard & Poor's*. O maior valor do *Yield To Maturity* do Bônus, com vencimento para 2015, ocorreu em 02 de janeiro, 7,56%, enquanto o menor, 4,45%, foi verificado em 22 de dezembro. Já o maior valor de *Yield To Maturity* do Bônus, com vencimento para 2019, registrado no mercado secundário, ocorreu em 03 de agosto, 6,50%, enquanto o menor, 5,55%, foi verificado em 22 de dezembro.

16.5 – Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e das regras do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, a empresa realiza, semestralmente, reuniões nas APIMECs regionais do país: RJ, SP, MG, DF, Sul e Nordeste. Inclusive, recebeu certificados de assiduidade em todas as praças citadas. Ademais, a área de Relações com Investidores, anualmente, tem realizado reuniões na Europa e nos Estados Unidos (*Roadshows*), com o objetivo de apresentar a Companhia aos investidores estrangeiros, considerando que a Eletrobras possui ações listadas nas Bolsas de Nova Iorque (NYSE) e de Madrid (através do programa LATIBEX).

16.6 – Remuneração aos Acionistas

Remuneração aos Acionistas – R\$ Milhões



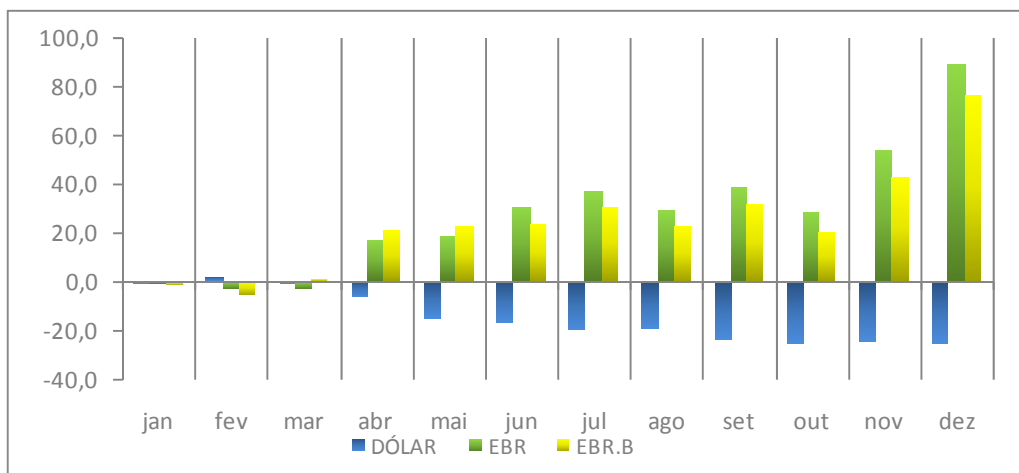
16.7 – Programa de ADRs - Bolsa de Nova Iorque – (NYSE)

No ano de 2009, os ADR's de ações ordinárias da Eletrobras (EBR) registraram uma cotação máxima de US\$ 22,48 no dia 10 de dezembro. O valor mínimo registrado foi de US\$ 9,21 no dia 24 de fevereiro. Essa ação encerrou o ano cotada a US\$ 21,09, obtendo uma valorização de 88,47% em relação a dezembro de 2008, quando fechou cotada a US\$ 11,19.

Os ADR's de ações preferenciais da Eletrobras (EBR.B) apresentaram o valor mais alto no dia 10 de dezembro, fechando a US\$ 19,72. O valor mínimo registrado dessas ações ocorreu no dia 3 de março, quando a cotação atingiu US\$ 8,75. Essa ação encerrou o ano cotada a US\$ 18,60, com uma valorização de 75,64% em relação ao fechamento de dezembro de 2008, quando fechou cotada a US\$ 10,59.

Comemorando um ano de negociação das ações da Companhia na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o presidente da Eletrobras e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores participaram da cerimônia de abertura do pregão da referida bolsa - *opening bell* - seguido de um encontro com analistas e investidores do mercado de capitais americano.

O gráfico abaixo apresenta as variações percentuais do dólar, EBR e EBR.B no ano de 2009:

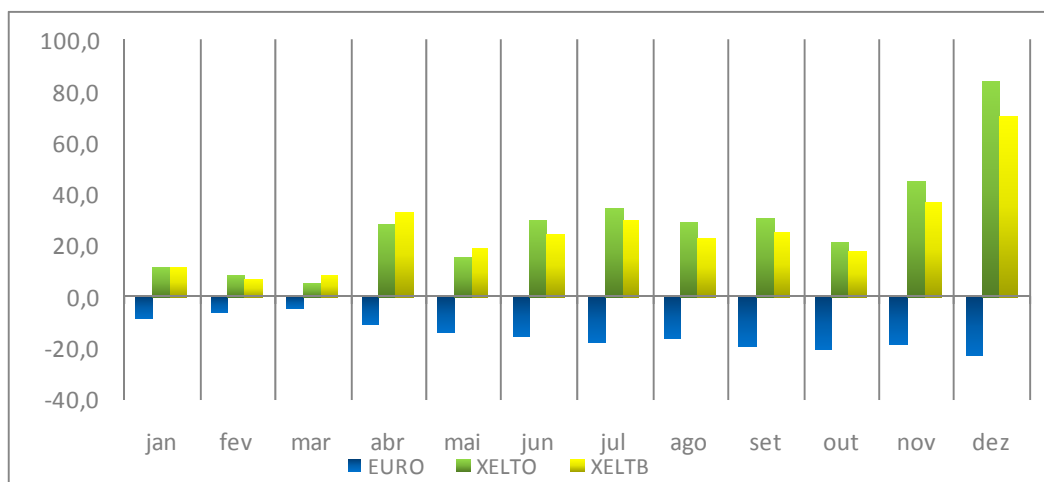


16.8 – Latibex – Bolsa de Valores de Madrid

As ações ordinárias do programa Latibex (XELTO) obtiveram, no ano de 2009, uma valorização de 84,23%, visto que em dezembro deste ano fechou a € 14,72 e em dezembro de 2008 fechou a € 7,99. A cotação mais alta foi registrada no dia 11 de dezembro, € 15,76, e a mais baixa no dia 6 de março, € 7,46. Com relação ao quarto trimestre de 2009, verificou-se uma valorização de 41% nas ações ordinárias.

As ações preferenciais do programa Latibex (XELT) encerraram o ano de 2009 cotadas em € 12,76. Em dezembro de 2008, esse ativo fechou em € 7,49, o que reflete uma valorização de 70,36%. Durante este período, a cotação mais alta foi registrada no dia 21 de dezembro, quando chegou a € 13,99. Já a mais baixa foi observada no dia 2 de janeiro, € 7,23. Com relação ao quarto trimestre de 2009, verificou-se uma valorização de 36,18% nas ações preferenciais.

O gráfico abaixo apresenta as variações percentuais do Euro, Xelto e Xeltb em 2009:



17 – CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPTEL

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel é o executor central de programas e projetos de P&D+I para o Sistema Eletrobras (SE). Foi criado em 1974, fruto de uma visão estratégica da Eletrobras, tendo como principal objetivo a formação de uma infra-estrutura de pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos no país.

Os beneficiários da atuação do Centro transcendem o Sistema. Entre eles estão: o MME e entidades setoriais como a EPE, o ONS, a CCEE e a Aneel, além de concessionárias e fabricantes.

O Cepel possui um acervo de metodologias e programas computacionais em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, que são aplicados no planejamento da expansão da geração e transmissão, considerando aspectos de meio ambiente e

inserção de fontes alternativas, na operação de sistemas hidrotérmicos interligados e na operação da rede básica, inclusive em tempo real, sendo largamente utilizados em todo o setor elétrico.

Desenvolve também estudos e pesquisas que geram: tecnologias para a transmissão, permitindo, por exemplo, aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para a instalação de linhas; monitoramento e diagnóstico de equipamentos, otimização de investimentos e segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; e metalurgia e materiais. Além disso, dá apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, como Luz para Todos, Proinfa, Procel e Reluz, colaborando também na elaboração dos Planos de Expansão de Energia.

O Cepel possui um complexo de 30 laboratórios, utilizados para apoio à condução de projetos de pesquisa e desenvolvimento, e onde também são realizados ensaios, análises periciais e de conformidade para certificação. Vários destes laboratórios são pioneiros no Brasil, e outros sem similares na América do Sul.

O Cepel, em 2009, desenvolveu 102 projetos corporativos de P&D para as empresas do SE, sendo: Planejamento da Expansão da Geração e da Transmissão (4); Meio Ambiente (5); Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (4); Planejamento da Operação Energética (5); Planejamento, Operação e Análise de Redes (8); Tecnologias Scada/Ems – Sage (6); Automação Local e Análise de Perturbações (2); Tecnologias de Transmissão (11); Metalurgia e Materiais (6); Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (15); Conservação e Uso Eficiente de Energia (16); Energias Renováveis e Geração Distribuída (5); Medidas Elétricas e Combate a Perdas (4); Técnicas e Metodologias Computacionais (3); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1); Confiabilidade (2); Qualidade de Energia (2); Transitórios Eletromagnéticos (1).

Na garantia do financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, a Eletrobras, a Chesf, a Eletronorte, a Eletrosul e Furnas disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos para o orçamento do exercício 2009 na ordem de R\$ 120 milhões, dos quais R\$ 18 milhões foram investimentos realizados em laboratórios.

18 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL – PDTI

18.1 – Pesquisa & Desenvolvimento (P&D):

Foi investido ao longo de 2009 o montante de R\$ 5,7 milhões em projetos de P&D, verba essa que contemplou a continuidade de projetos oriundos da Rede Brasil de Tecnologia iniciados em 2007. A verba mencionada foi alocada para os seguintes projetos: (i) aproveitamento eólico na Paraíba, (ii) produção de biodiesel e diesel vegetal para geração de eletricidade, (iii) continuidade aos projetos da Rede Brasil de Tecnologia para desenvolvimento de produtos demandados pelas empresas componentes do Sistema Eletrobras, (iv) implantação do Instituto de Energia Elétrica da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, o qual abriga em suas instalações os setores de Energias Renováveis, Eficiência Energética & Geração Distribuída, Qualidade de Energia Elétrica e Instrumentação, e (iv) QUALIEQUIP - Qualidade e Eficiência dos Transformadores de Distribuição.

Ainda em 2009, foi feito o lançamento oficial da etiqueta para garantir índice mínimo de eficiência para transformadores de distribuição no fórum da ABINEEtec, com presença de fabricantes e concessionárias de energia elétrica.

18.2 – Logística de Suprimento

No contexto da Logística de Suprimento, a Eletrobras tem atuado na definição de uma política de Logística de Suprimento para todo o Sistema Eletrobras. Alguns resultados já foram obtidos em 2009 com o desdobramento desta política, entre eles destacam-se: (i) a criação de um Comitê Estratégico de Logística de Suprimento responsável por traçar as premissas, objetivos e realizar o planejamento integrado de suprimento, (ii) o lançamento do manual de armazenagem que estabelece normas e orientações relacionadas à terminologia, embalagem, segurança, transporte e outros elementos que devem ser levados em consideração antes, durante e depois da aquisição de materiais pelas empresas, (iii) a implantação do Sistema de Editais objetivando a centralização de publicação dos editais de todas as empresas do Sistema Eletrobras, (iv) elaboração da Instrução Operacional para elaboração de Registros de Preços, (v) Regulamento para Procedimento Licitatório Simplificado da Eletrobras e (vi) uniformização das matrizes de classificação de material do Sistema Eletrobras.

18.3 – Normas e Qualidade

As principais atividades na área de normas e qualidade em 2009 foram as seguintes:

No âmbito do Comitê Estratégico de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras – CELSE, a criação de um grupo de trabalho constituído por 3 subgrupos visando, com base no projeto NBR 19000 o seguinte: (i) à adoção de critérios de qualidade baseados nas normas da família NBR ISO 9000 para fornecimento de produtos e avaliação de desempenho técnico de fornecedores, (ii) a padronização das metodologias de inspeção das empresas do Sistema Eletrobras e (iii) a implantação da norma ISO 9001 na cadeia de suprimentos das empresas do Sistema Eletrobras.

A manutenção da Certificação NBR ISO 9001 pela Divisão de Normas e Qualidade após auditoria feita pela certificadora BRTÚV.

19 – GESTÃO DE FUNDOS SETORIAIS

19.1 – Reserva Global de Reversão – RGR

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2009, o montante de R\$ 893 milhões. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2009, está apresentada no quadro a seguir:

Ingressos e aplicações em 2009:

Movimentação	Em R\$ milhões
Ingressos:	2.899
Arrecadação de quotas	1.610
Outros	1.289

Aplicações:		1.774
Financiamentos		893
Outras		881
Região	Financiamento Liberado - R\$ milhões	%
Norte	114	12,8
Nordeste	262	29,3
Centro-Oeste	87	9,7
Sul	170	19
Sudeste	260	29,2
TOTAL	893	100

Linhas de crédito

Programa	Liberações – R\$ milhões	%
Luz Para Todos	309	34,6
Reluz/Conservação	28	3,1
Geração	162	18,1
Transmissão	357	40
Distribuição	36	4
Revitalização de Parques Térmicos	0	0
Outros	1	0,1
TOTAL	893	100

19.2 – Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei 10.438, 26/4/2002, com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, movimentará recursos provenientes de: (i) pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público - UBP; (ii) - pagamentos de multas aplicadas pela Aneel; e (iii) - pagamentos de quotas anuais por parte de todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final.

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), e depois, em 2004, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2009 foi liberado, a título dessa fonte de recursos, R\$ 3.012 milhões, sendo R\$ 1.991 milhão para Baixa Renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R\$ 1.021 milhão para o Programa Luz para Todos, conforme movimentação apresentada a seguir:

Ingressos e Aplicações em 2009:

Movimentação	Em R\$ milhões
Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel:	3.892
Arrecadação de quotas	2.917
Outros	975
Aplicações:	3.766
Subvenção Luz Para Todos	1.021
Subvenção Baixa Renda	1.991
Outras	754

19.3 – Conta de Consumo de Combustível – CCC - Sistemas Isolados

Os Sistemas Isolados localizam-se dispersos, principalmente nos estados da Região Norte do país, bem como no estado do Mato Grosso e em Fernando de Noronha. Estão presentes tanto nas capitais Manaus, Macapá e Boa Vista como no interior dos referidos estados e são responsáveis pelo atendimento a uma área de 45% do território e a cerca de 3% do mercado de energia nacional. A Eletrobras, por meio de suas empresas de distribuição, bem como por meio de sua subsidiária Eletronorte, realiza o atendimento a diversos Sistemas Isolados localizados na Região Norte.

No início de 2009 operavam ao todo 250 Sistemas Isolados, dos quais 116 atendidos por empresas do Sistema Eletrobras. No decorrer do ano, 16 novos sistemas entraram em operação e 8 foram interligados, totalizando, ao final de 2009, 258 Sistemas Isolados no país.

Dois fatos importantes merecem destaque no âmbito dos Sistemas Isolados:

A interligação do sistema Porto Velho – Rio Branco ao Sistema Interligado Nacional – SIN;

A promulgação da Lei 12.111, de 9/12/2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.

A interligação dos estados de Rondônia e Acre ao SIN trará melhorias na qualidade do suprimento de energia elétrica, maior confiabilidade ao sistema, bem como a diminuição da emissão de poluentes na atmosfera, por substituição na geração térmica.

As mudanças determinadas pela Lei 12.111/2009 serão essenciais para a recuperação do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição que atuam nos Sistemas Isolados, dentre elas diversas empresas do Sistema Eletrobras.

Além disso, cabe destaque também a implantação da rede de distribuição de gás natural para atendimento às usinas termoelétricas em Manaus, onde, a Eletrobras, por meio de um convênio firmado com a Cigás (empresa distribuidora de gás), Eletronorte e Amazonas Energia, promove a mudança da matriz energética com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis derivados de petróleo.

Ainda no âmbito dos Sistemas Isolados, merece destaque a participação da Eletrobras na comitiva composta por técnicos do Ministério de Minas e Energia – MME, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel para visita ao Instituto de Planificación y Promoción de Soluciones Energéticas para las Zonas Non Interconectadas – IPSE, em Bogotá – Colômbia. O evento ocorreu em setembro de 2009 e teve como objetivo conhecer o modelo colombiano de Sistemas Isolados, com foco no aspecto de monitoramento de dados de energia elétrica e consumo de combustível destes Sistemas, com intuito de agregar melhorias para o Sistema Isolado Brasileiro.

Para 2009 o Plano Anual de Combustíveis previu despesas da ordem de R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões para cobertura com combustíveis, R\$ 95 milhões para os empreendimentos sub-rogados à Conta e, ainda, R\$ 395 milhões para recomposição de saldo do ano anterior.

A geração indicada pelo GTON para ser atendida em 2009 foi da ordem de 8.725.332 MWh, com o consumo de 761 mil toneladas de Óleo Combustível, 181 mil toneladas de Óleo PGE, 832 milhões de litros de Óleo Diesel e 531 milhões de Óleo OCTE.

20 – PROGRAMAS SETORIAIS DE GOVERNO

20.1 – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz):

O Procel Reluz consiste, basicamente, na implementação de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública através da substituição de lâmpadas incandescentes, mistas e a vapor de mercúrio, por lâmpadas a vapor, a sódio e a alta pressão, mais eficientes.

Há aproximadamente 14,7 milhões de pontos de iluminação pública instalados no país, segundo o último levantamento cadastral realizado pelo Procel Reluz, juntos às distribuidoras de energia elétrica.

O Procel Reluz já beneficiou 10 municípios em 2009, tornando eficientes mais de 65 mil pontos, o que resultou em uma economia de energia de 16,87 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 3,8 mil kW. Além disso, instalou outros 528 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram em 2009, R\$ 30,3 milhões, cabendo à Eletrobras o financiamento de R\$ 22,7 milhões.

No ano de 2009, foi implementado o primeiro projeto de eficiência energética em sistemas de sinalização semafórica, com a substituição das lâmpadas incandescentes por sistemas de iluminação externa de estado sólido (LED). Nesse caso, houve uma redução de 90% da potência total instalada.

Destaca-se, ainda, a celebração de convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE para implantação de um sistema piloto de iluminação externa de estado sólido (LED), contemplando, ainda, a análise de componentes, a reprodução em laboratório de determinados itens do sistema e a análise de desempenho elétrico e luminotécnico da instalação ao longo de um período de avaliação.

Desde o início do Programa, já foram implementados mais de 2,25 milhões de pontos, com investimento total da ordem de R\$ 470 milhões. A energia total já economizada é de 797 mil MWh/ano, com uma redução 183,5 mil kW no horário de ponta do sistema elétrico.

A seguir, demonstramos, por região, a utilização dos recursos investidos no Programa Reluz, no ano de 2009.

Região	C.Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Recursos – R\$ milhão	19,8	2,8	1,04	0,67	6	30,3

A tabela a seguir mostra, por região, os resultados efetivos alcançados com o Programa RELUZ, no ano de 2009.

Região	C.Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Número de pontos	39.486	4.788	1.909	2.519	17.341	66.043

*Quantidade de pontos referente à implementação de projeto de expansão da iluminação pública eficiente.

Região	C.Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Redução demanda/kW	2.987	76	41	198	524	3.827

20.2 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL:

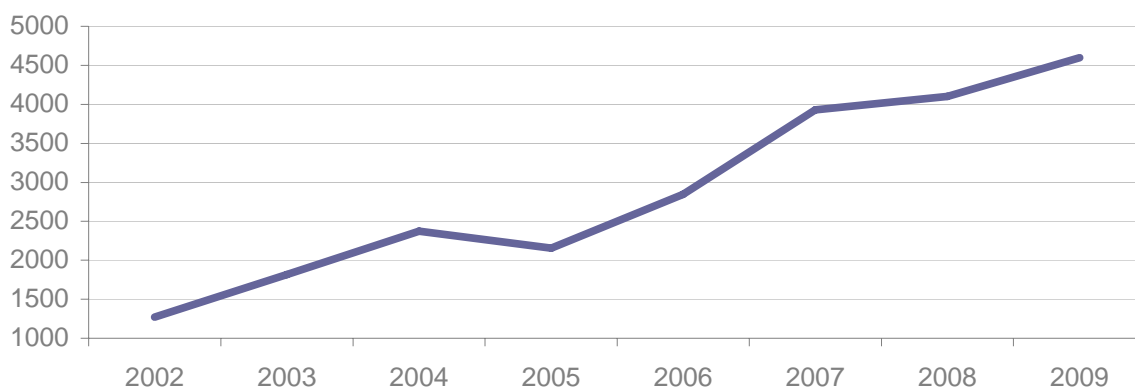
Em 2009, com investimentos de aproximadamente R\$ 6.546 mil, excluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) já mencionados no Programa Procel Reluz, o Procel desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em 4,6 mil GWh. Este resultado é equivalente ao consumo anual de energia elétrica de

aproximadamente 2,6 milhões de residências, representando um investimento postergado no setor elétrico de R\$ 3,29 bilhões. Estes recursos são passíveis de serem alocados em outros projetos como, por exemplo, a área social ou de infra-estrutura. Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia destina-se a destacar, anualmente, para o consumidor os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobras/Procel com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2009, destaca-se sua concessão à 3.054 modelos de 160 empresas diferentes, distribuídos em 28 categorias de equipamentos e eletrodomésticos. O ano de 2009 foi também o primeiro ano de concessão do Selo Procel para televisores de Plasma e LCD no modo espera, refrigeradores de uma porta *frost free*, condicionadores de ar *split* tipo piso-teto e máquinas de lavar roupa tipo lava e seca.

O Procel atua em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de prédios públicos, saneamento ambiental, gestão energética municipal, indústria e edificações. As principais realizações destes programas setoriais em 2009 foram: (i) 08 Planos de Gestão Municipal dentro do projeto Alto Uruguai, revelando um potencial de economia médio de 25,1% sobre o total do consumo das prefeituras. Isso representa quase 1.100 MWh/ano ou o consumo de mais de 600 famílias durante um ano; (ii) aumento da eficiência do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC que contribuíram para reduzir em 568,73 MWh o consumo de energia elétrica e a revitalização e ampliação do Laboratório de Eficiência Energética – LEENER da UFJF; (iii) lançamento das primeiras etiquetas brasileiras para Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos com a publicação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética e do Regulamento de Avaliação da Conformidade; (iv) economia de energia elétrica de 2.584.198 kWh no setor industrial, resultante dos trabalhos com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC e Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE e (v) publicação dos casos de sucesso, resultantes da Chamada Pública de Projetos que gerou uma redução da demanda de ponta em 314 kW e uma economia de energia de 4,5 GWh/ano, representando cerca de 0,04% do valor consumido por prestadores de serviços de água e esgotamento sanitário em todo o País no ano de 2009.

Procel - Energia Economizada - GWh/ano



20.3 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA

O Proinfa atendeu seu objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A realização do programa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de ter contribuído para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

Com a conclusão de todos os empreendimentos, o programa trará ainda benefícios na redução da emissão de gases de efeito estufa em torno de 2,8 milhões de toneladas de CO₂ equivalente/ano.

Na condição de agente comercial de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, em 2009, destacou-se a entrada em operação comercial de 23 empreendimentos, sendo: 15 Eólicas (263,18 MW), 8 PCHs (188,60 MW), acrescentando 451,78 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.

Esses novos empreendimentos, acrescidos aos empreendimentos já em operação, representaram, até 31/12/09, o montante de 92 usinas implantadas no âmbito do Proinfa e acrescentaram ao país 2.032,46 MW de capacidade instalada.

Fontes	Empreendimentos que entraram em operação em 2009	
	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	8	189
Eólica	15	263
Biomassa	---	---
TOTAL	23	452

Fontes	Total de Empreendimentos em operação até 31/12/2009	
	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	47	955
Eólica	26	573
Biomassa	19	504
TOTAL	92	2.032

O sucesso do Leilão Aneel 003/2009 que teve como objetivo a contratação de Energia de Reserva, específico para a contratação de energia elétrica proveniente de fonte eólica, é uma demonstração clara que teve o Proinfra na consolidação da aplicação dessa tecnologia eólica na diversificação da matriz energética nacional.

20.4 – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos

No ano de 2009, foram realizadas 357.970 novas ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 2.235.332 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 11 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para 2009, foram realizadas 70,2% da meta global de 510.197 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os Governos Estaduais.

Considerando apenas os compromissos com a Eletrobras, foram cadastrados 70.451 projetos no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos, totalizando 319.259 projetos desde 2004. Este total abrange o atendimento de 1.711.830 ligações, o que corresponde a 77,6% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras, assim como: (i) a realização de ligações de domicílios no meio rural em 5.294 municípios brasileiros; (ii) a construção de 413.656 km de redes elétricas de alta e baixa tensão; (iii) a implantação de 4,3 milhões de postes; (iv) a instalação de 628.822 transformadores; e (v) a implantação de 2.046 sistemas fotovoltaicos.

Em 2009, foi liberado R\$ 1,31 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão originado de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e R\$ 0,31 bilhão da Reserva Global de Reversão (RGR). Desde 2004, já foi liberado um montante de R\$ 7,83 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R\$ 10,89 bilhões, ou seja, 71,9% do total de recursos contratados.

A seguir, são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados até 31/12/2009, distribuídos por região.

Região	Montantes acumulados até 31/12/09					
	Recursos contratados - R\$ milhões			Recursos liberados - R\$ milhões		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	2.053	223	2.277	1.413	172	1.586
Nordeste	4.451	765	5.216	3.230	598	3.828
Centro-Oeste	506	415	920	412	347	758
Sudeste	702	1.028	1.730	487	688	1.174
Sul	321	425	746	238	248	487
Brasil	8.033	2.856	10.889	5.780	2.053	7.833

Região	Ligações Contratadas até 31/12/09 entre os Agentes Executores e a Eletrobras
Norte	373.467
Nordeste	1.156.698
Centro-Oeste	141.538
Sudeste	376.311
Sul	158.241
Total	2.206.255

Também foram intensificados os estudos, visando ao atendimento de localidades distantes das redes de distribuição, priorizando o uso de fontes renováveis de energia. Neste sentido, foram desenvolvidos estudos com vistas ao atendimento através de sistemas fotovoltaicos individuais na região amazônica, baseados nas experiências advindas do Projeto Piloto de Xapuri, projeto implantado pela Eletroacre, com participação da Eletrobras, que beneficiou 103 famílias com estes sistemas, no âmbito do Programa.

Nesse contexto, também foi desenvolvido, em cooperação com a Celpa, o Projeto Piloto de Araras, visando à implantação de sistemas de geração descentralizada com energia renovável e distribuição por mini-redes nas ilhas de Araras, no município de Curralinho/PA. Este piloto, com recursos aprovados no fim de 2009, utilizará tecnologia fotovoltaica e eólica para fornecer energia elétrica às comunidades das ilhas, beneficiando 76 famílias.

21 – DIMENSÃO SOCIAL

21.1 – Recursos Humanos

Política de Gestão de Pessoas:

A política de gestão de pessoas na Eletrobras se caracterizou, durante o ano de 2009, por consolidar uma cultura de gestão orientada para resultados, alinhada com o planejamento estratégico corporativo, consubstanciada na implementação de novas estratégias sintonizadas com o Plano de Transformação e demais demandas estratégicas da empresa e de todo o Sistema Eletrobras.

Nesse aspecto, com o objetivo de estabelecer uma prática diferenciada que valorize e recompense os empregados com habilidades, competências e resultados conquistados compatíveis com o requerido pelas estratégias corporativas, foram concluídos os estudos de elaboração do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) e do Sistema de Gestão do Desempenho (SGD) para todas as empresas do Sistema Eletrobras.

Os documentos foram apresentados aos colaboradores, sindicatos e diretorias das empresas. As versões finais do PCR e SGD foram aprovadas na Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE), no Conselho de Administração da Eletrobras (CAE) e no Ministério de Minas e Energia (MME). Foi implantado na *holding* um ciclo-piloto do Programa de Avaliação e Melhoria de Resultados, além do módulo do SGD que contempla a elaboração e acompanhamento de metas, desdobradas do Programa de Ações Estratégicas (PAE 2009-2012).

Quanto ao plano de gestão integrada de pessoas do Sistema Eletrobras, podem ser destacados objetivos como: a valorização dos empregados, gestão por competências, foco nos resultados, meritocracia, maior competitividade, sustentabilidade (custos com pessoal), desenvolvimento das pessoas, retenção de talentos, padronização das políticas e práticas de gestão, maior mobilidade das pessoas no âmbito do sistema e melhorias no clima organizacional.

Concurso Público:

Feitas tais considerações sobre a política de gestão de pessoal na Eletrobras, cumpre enfatizar que em 2009 foram realizadas 173 admissões de empregados oriundos de concursos públicos realizados pela Companhia (156 do Concurso Público 2007 e 17 do Concurso Público 2005).

Do total das vagas preenchidas, 69 foram decorrentes de reposição de pessoal e 104 decorrentes do aumento do quadro de pessoal aprovado pela Portaria nº 19, de 14/10/2008.

Programa Jovem Aprendiz:

No que concerne ao Programa Jovem Aprendiz, a Eletrobras mantém desde 1997 um projeto voltado para a melhor qualificação técnico-profissional de jovens estudantes na qualidade de aprendizes. Em 2005, tal programa passou por um processo de atualização das suas diretrizes e planos pedagógicos, com o fito de melhor preparar esses jovens para o mercado de trabalho.

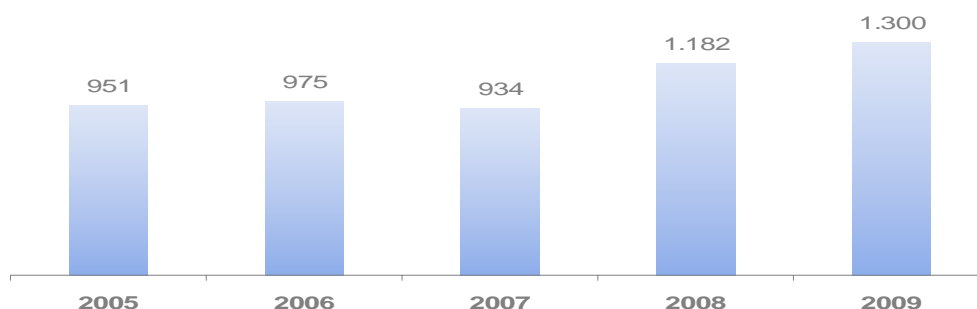
Nessa nova configuração, o Programa Jovem Aprendiz do Sistema Eletrobras passou a prever curso de qualificação oferecido com o apoio técnico do Senai, e, além disso, passou a ser realizado conjuntamente entre três empresas do Sistema Eletrobras (Eletrobras, Eletronuclear e Furnas).

A seleção dos Jovens Aprendizes se dá através de edital (seleção pública), a qual é realizada anualmente, tendo em vista a duração do curso de aprendizagem (média de 11 meses).

Cabe ressaltar que, em dezembro de 2009, a Eletrobras, Eletronuclear e Furnas, em parceria com o Senai-RJ, divulgaram Edital (publicado no D.O.U nº 235, de 9/12/2009), para a seleção de Jovens Aprendizes para o exercício de 2010. Na ocasião, foram disponibilizadas 138 vagas, sendo 51 para a Eletrobras, 15 para Eletronuclear, e 72 para Furnas.

Já no processo seletivo anterior, divulgado em dezembro de 2008, foram disponibilizadas pelas três empresas 149 vagas para o exercício de 2009, o que resultou na contratação de 51 jovens aprendizes no ano de 2009.

Número de Colaboradores



21.2 – Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Em relação às iniciativas tomadas pela Eletrobras para aprimorar a melhoria da saúde, bem-estar e segurança de seus empregados devem ser enfatizados a realização de 1.154 exames médicos ocupacionais, a prestação de 2.790 atendimentos sociais, a realização de 5.306 atendimentos de medicina e enfermagem ocupacional e a campanha de vacinação contra a gripe, na qual foram aplicadas 1.200 doses aos colaboradores da Empresa.

Cumprir, ainda neste campo o Programa Eletrobras Saudável, que envolve ações de promoção de saúde e prevenção de doenças promovidas por meio dos Programas: do Coração, Reeducação Alimentar, Atenção ao Tabagismo, Energia e Movimento, Medicina de Viagem, Saúde da Mulher, Programa Psicopedagógico e Cuidador Social;

Além disso, de maio a dezembro deste ano, a Companhia, com a finalidade de incentivar a prática esportiva e a saúde de seus colaboradores, lhes proporcionou a participação em oito corridas e caminhadas no Rio de Janeiro e Brasília que tiveram como temas o Dia Mundial Sem Tabaco e o Dia Mundial do Coração, entre outros.

Outro programa de destaque foi o denominado "De Olho na Saúde", consubstanciado em eventos, folhetos, orientações pela intranet, rádio e palestras. Nesse Programa foram fornecidas orientações sobre cuidados para um verão saudável, bem como realizados eventos referentes ao dia nacional da nutrição, dia mundial da atividade física, dia mundial da saúde, dia nacional da prevenção e combate à hipertensão, dia mundial sem tabaco, dia mundial do coração, dia mundial do diabetes e dia mundial da luta contra a AIDS.

Ressalte-se, também na esfera do Programa De Olho na Saúde, a disponibilização de informações e recomendações estabelecidas pelo Ministério da Saúde referente à influenza A (H1N1).

21.3 – Treinamento e Desenvolvimento

O objetivo principal do Desenvolvimento Corporativo da Eletrobras é desenvolver a força de trabalho para que sejam alcançadas as diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico através da adoção de modernas práticas de educação corporativa, alinhadas com os conceitos da gestão por competências, em processo de desenvolvimento.

Em 2009, o valor investido em treinamento e desenvolvimento totalizou R\$ 7.690 mil, gerando oportunidades para 9.715 colaboradores, o que se traduziu em 248.428 H/h, conforme abaixo:

Educação Corporativa Eletrobras - 2009					
Ações	Quantidade	Participações	H/h	Investimentos mil	R\$
Longa Duração	43	82	17.480		1.326
Curta Duração	428	7.445	148.900		3.907
TV Corporativa	211	1.130	1.688		498
Idiomas	266	778	74.760		1.464
Seminários e Congressos	99	280	5.600		495
Totais	1047	9.715	248.428		7.690

Com o objetivo de atender aos propósitos de reposicionamento do Sistema Eletrobras no setor elétrico nacional e internacional, foi desenvolvido no âmbito do Plano de Transformação o Projeto IV.6.3 – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Sistema Eletrobras.

No âmbito de tal projeto encabeçado por um grupo de trabalho composto por profissionais de educação corporativa do Sistema Eletrobras, foi realizada a modelagem da nova Universidade do Sistema Eletrobras – UNISE, que tem a atribuição de desenvolver toda a liderança do Sistema Eletrobras, as competências gerais de todos os empregados, as competências específicas críticas para viabilizar as estratégias do Sistema Eletrobras e disseminar princípios e valores.

Além disso, o projeto definiu políticas de educação corporativa a serem adotadas por todas as Empresas para que as ações educacionais possam contribuir para a ampliação da vantagem competitiva do Sistema Eletrobras.

Já com as suas novas atribuições, a Universidade do Sistema Eletrobras desenvolveu os seguintes programas em 2009:

Gestão Estratégica da Educação Corporativa: com a participação de 15 profissionais do Sistema Eletrobras neste curso de Especialização de 240h realizado em Parceria com a Universidade de São Paulo;

Gestão Estratégica da Inovação Tecnológica no Setor de Energia Elétrica: com a participação de 40 empregados do Sistema Eletrobras neste curso de especialização de 360h realizado em parceria com a Universidade de Campinas;

Programa de Integração Energética: com participação de 50 profissionais, sendo 25 do Sistema Eletrobras e 25 profissionais de países latino americanos neste curso de especialização de 360h desenvolvido através de convênio de cooperação técnica financeira com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ainda, no âmbito do projeto, foram definidos 57 programas educacionais a serem desenvolvidos pela UNISE em 2010 e 2011.

21.4 – Relações Trabalhistas e Sindicais

No que diz respeito ao acordo coletivo de trabalho nacional, com o intuito de se adequar as empresas do Sistema Eletrobras ao Plano de Transformação, foram unificados diversos benefícios, tais como: o auxílio educacional, o auxílio creche, o adicional de insalubridade e a tabela salarial uniforme para todo o Sistema.

Também, foram remetidos ao acordo coletivo de trabalho nacional temas como: a garantia de equidade entre gênero e raça/etnia, licença para trabalhadoras vítimas de violência doméstica, comitê de saúde e segurança do trabalho, orientação quanto à coibição de práticas discriminatórias, licença maternidade, proteção a maternidade e a celebração de convênios com o Sesi e Senai.

Além disso, foi concedido o reajuste salarial de 5,53%, equivalente ao IPCA do período e um abono salarial correspondente a 7,5% da remuneração de um empregado acrescido da quantia de R\$2.000,00.

No que concerne ao acordo de trabalho específico, merece ser destacado a criação do Comitê Permanente de Pleitos Trabalhistas, criado com a finalidade de resolver na esfera administrativa os conflitos trabalhistas, com o fito de se evitar a formação de processos na esfera judicial.

21.5 – Ações Administrativas

No que diz respeito a outras ações administrativas de relevo ocorridas durante 2009, com a finalidade de melhorar as condições de trabalho dos empregados, enfatizamos no campo da administração patrimonial a incorporação às instalações da Eletrobras no Rio de Janeiro do prédio localizado no número 107 da Rua do Ouvidor com a área de aproximadamente 5.304,52 metros quadrados e a elaboração de estudos para a instalação de escritórios em Lima e Montevidéu, no âmbito do processo de internacionalização da Companhia.

No que concerne à área de informática, o Departamento de Tecnologia da Informação da Eletrobras promoveu, em novembro de 2009, a contratação de uma solução de “Consolidação e Virtualização de Servidores”, com intuito de prover a Companhia de uma plataforma completa, dimensionada para restabelecer, de imediato, os negócios da Companhia em caso de sinistro, bem como permitir o compartilhamento máximo de recursos por todos os serviços, além de equalizar e simplificar a administração dos servidores e demais equipamentos.

Ademais, em 2009 foi iniciado o “Projeto SAP”, com o objetivo de promover a atualização da versão do sistema de gestão empresarial atualmente instalado. Em decorrência da implantação dessa nova versão, os processos financeiros serão modernizados e outros processos empresariais até então suportados por outras ferramentas tecnológicas passarão a integrar o escopo do suporte a processos da nova versão que irá abranger recursos humanos, planejamento estratégico, econômico e financeiros e informações gerenciais.

Adicionalmente, no ano de 2009 foi iniciado o desenvolvimento do “Projeto de Solução Fiscal”, com a finalidade de implantar um sistema de gestão fiscal e tributária para atendimento à legislação tributária na esfera federal, estadual e municipal, incluindo, dentre outras exigências, o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital e os serviços necessários para sua implantação.

21.6 – Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social na Eletrobras é considerada estratégica para os negócios da empresa e está presente na sua missão, visão e conjunto de valores organizacionais. Além disso, a responsabilidade e a ética social e ambiental são transversais aos programas de energia elétrica desenvolvidos pela Eletrobras nos quais também se inserem os princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Uma das frentes de atuação em Responsabilidade Social é a promoção da cidadania empresarial, que se dá por meio do desenvolvimento de ações e programas que objetivam contribuir com a Cultura de Sustentabilidade presente na Eletrobras. Dentre os diversos temas desenvolvidos pela Eletrobras, destacam-se dois: Diversidade e Coleta Seletiva Solidária.

Diversidade: A busca pela igualdade de oportunidades para todas as pessoas é um compromisso assumido pela Eletrobras, com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação. De acordo com esse compromisso, a Eletrobras aderiu a 3ª edição (2009 / 2010) do Programa Pró-Equidade de Gênero. Apoiou, também, campanhas voltadas ao combate à violência contra as mulheres e ao combate a discriminação de portadores de HIV, campanha esta promovida pelo Ministério da Saúde.

Coleta Seletiva Solidária: Em 2009, a Eletrobras doou mais de 22 toneladas de resíduos para reciclagem, um aumento de 136% no volume de material reciclado em comparação ao ano de 2008 (9,35 toneladas). O programa de Coleta Seletiva Solidária, desenvolvido na Eletrobras, atende ao Decreto Federal nº. 5.940/2006, doando os resíduos recicláveis gerados na empresa para cooperativas ou associações de catadores de recicláveis. O principal objetivo desta ação é a geração de renda e a inclusão social dos catadores de recicláveis, além da redução da destinação destes resíduos para os aterros e lixões, minimizando os impactos ambientais.

A Eletrobras apóia de forma técnica e financeiramente projetos sociais selecionados a partir de critérios alinhados às diretrizes de Responsabilidade Social da empresa. Dentre os trinta projetos sociais apoiados, destacam-se:

Projeto Mão na Massa: o projeto é voltado ao atendimento direto de mulheres, de 18 a 45 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social. Além da qualificação profissional com foco na construção civil, o projeto também promove a qualificação social através de aulas de matemática, português, informática, técnicas de edificações, empreendedorismo e temáticas relacionadas à cidadania, auto-conhecimento, mundo do trabalho, preservação do meio ambiente e segurança do trabalho.

Neaca: projeto voltado para o acompanhamento especializado às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência doméstica e sexual de São Gonçalo – RJ. Através de uma equipe interdisciplinar, o projeto promove a superação dos agravos físicos e psíquicos gerados pela violência infanto-juvenil e o acesso aos direitos sociais.

Energia Olímpica: este projeto atende 180 crianças do Morro dos Cabritos, comunidade situada entre os bairros de Copacabana e Botafogo no Rio de Janeiro. Através da iniciação e aperfeiçoamento de quatro esportes olímpicos (Judô, Taekwondo, Luta Livre e Boxe), o projeto tem como objetivo usar a função social do esporte a serviço da educação, desenvolvendo valores fundamentais de disciplina.

Centros Comunitários de Produção (CCP's): Com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades rurais beneficiadas com o Programa Luz para Todos, estimulou-se também a criação de Centros Comunitários de Produção (CCP's), facilitando a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos locais.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS 2009 – R\$ mil	
Educação	2.540
Saúde e Infra-Estrutura	443

Geração de Renda e Trabalho	1.084
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO 2009	4.067

21.7 – Cultura e Sociedade

Em 2009, a Eletrobras iniciou uma nova etapa em sua atuação de fomento à cultura. Em conformidade com as diretrizes estabelecidas em seu planejamento estratégico e alinhada com as orientações do Governo Federal, no que tange à difusão e à democratização da cultura, a Eletrobras lançou seu primeiro Edital de Seleção Pública de Projetos Culturais.

O Edital de Seleção Pública do Programa Eletrobras de Cultura, destinando R\$ 8,4 milhões para o apoio à produção de espetáculos teatrais para o público adulto, simbolizou o novo momento vivenciado pela empresa. Esse edital, elaborado para o ano de 2010, vem coroar um esforço conjunto para a crescente democratização do acesso aos investimentos em cultura, prestigiando, com transparência, as mais diversas expressões artísticas.

A reestruturação da área de Responsabilidade Social da Eletrobras, ocorrida em março de 2009, permitiu que o Edital/2009, bem como todos os novos projetos culturais apoiados, fossem acompanhados de uma tarefa contínua de inserção de contrapartidas e ações que aperfeiçoam, de forma nítida, a simbiose entre cultura e anseios da sociedade.

No ano de 2009, a Eletrobras atuou com 122 projetos culturais, totalizando um investimento de R\$ 34,4 milhões. Destacam-se, dentre os projetos de grande valor cultural, o apoio a eventos e publicações vinculadas ao Ano da França no Brasil, como por exemplo, a coleção de livros “Os Franceses no Brasil”. A continuidade do patrocínio à reforma do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, os festivais de teatro e mostras de cinema e os filmes “Zico Na Rede” e “Lixo Extraordinário”, são outros exemplos de incentivo à produção de projetos que agregam valor não apenas à marca da empresa, mas também à cultura nacional.

A Eletrobras firmou dez contratos voltados para ações ligadas ao esporte, no decorrer de 2009, sendo que em dois deles a empresa utilizou recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte nº. 11.438, sancionada em 29/12/2006.

Entre os patrocínios, destaca-se o conjunto de projetos com foco no basquetebol, que tem proporcionado um ganho expressivo de espaço na mídia nacional. Além do contrato com a Confederação Brasileira de Basketball (CBB), no qual detém a exclusividade do patrocínio das seleções brasileiras de basquete masculinas e femininas, em suas diversas categorias, até 2012, a Eletrobras também é a patrocinadora oficial da Liga Nacional de Basquete – LNB (entidade promotora do Campeonato Brasileiro de Basquete Masculino Adulto), da Federação Brasileira de Basquetebol Master – FBBM (participação no 10º Campeonato Mundial de Basquete Máster, realizado em Praga/República Tcheca), da Central Única das Favelas – CUFA (IV Edição da Liga Brasileira de Basquete de Rua – LIBBRA), e da Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeiras de Rodas – CBBC (Campeonatos Regionais de Basquetebol em Cadeiras de Rodas). Nos dois últimos projetos (CBBC e CUFA/LIBBRA) a Eletrobras utilizou a Lei de Incentivo ao Esporte.

Também em 2009, a Eletrobras deu mais um passo ousado ao firmar contrato com um clube de futebol: o Clube de Regatas Vasco da Gama. Um acordo inédito, pois além do futebol profissional, onde a empresa tem o maior retorno institucional de sua marca, o contrato abrange também o remo, modalidades olímpicas e não-olímpicas, esportes para-olímpicos e projetos de responsabilidade social voltados para a qualificação profissional e iniciação esportiva de jovens atletas que recebem orientações básicas para a prática esportiva, e outros jovens que contam com o apoio na formação específica em cada modalidade esportiva oferecida pelo clube.

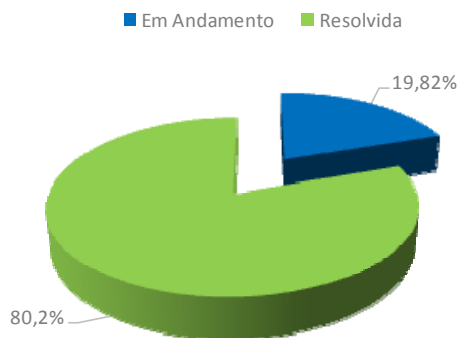
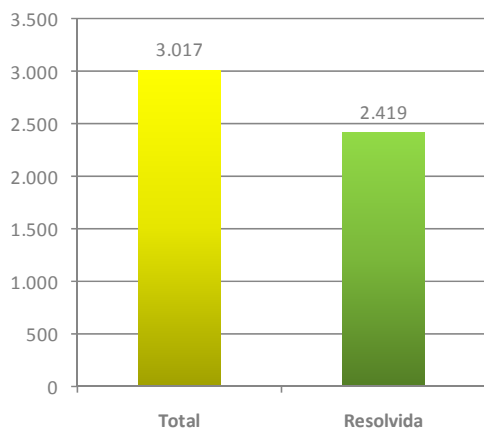
21.8 – Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral tem a finalidade de estabelecer um canal permanente e eficaz de comunicação entre a Alta Administração da Companhia, o corpo funcional, e a sociedade em geral, para o recebimento e processamento de manifestações, reclamações, denúncias, pedido de informações, entre outras. Tais demandas, após análise, são encaminhadas às áreas responsáveis da Companhia na busca de soluções tempestivas e adequadas.

De forma a aumentar o controle do processo interno da Ouvidoria, foi estabelecido o convênio de cooperação ECV 245/2007, entre a Eletrobras e a Eletronorte, com o objetivo de compartilhar o software “Gestão de Ouvidoria”, desenvolvido pela Eletronorte.

Em 2009, como fruto de uma estratégia positiva para a estruturação de Ouvidorias em todas as empresas do Sistema Eletrobras, o Cepel e a Itaipu estruturaram suas Ouvidorias, restando apenas a Eletropar, para que o Sistema Eletrobras obtenha 100% de suas empresas dotadas de Ouvidoria. Esse desdobramento faz parte de um conjunto de ações que buscam ampliar a transparência na gestão das empresas e no atendimento aos critérios de sustentabilidade do ISE Bovespa e da Bolsa de Nova York (Nyse) e da SOX.

Em termos quantitativos, em 2009, a Ouvidoria recebeu 3.017 manifestações. Dessas, 2.419 (80,2 %) foram solucionadas e 598 (19,8 %) encontram-se em andamento.



21.9 – Prêmios e Reconhecimento

Maior empresa de energia elétrica da América Latina e a 11ª do mundo, segundo levantamento da revista norte-americana especializada em energia "Insight", a Eletrobras recebeu, em 2009, prêmios que atestaram seu prestígio no mercado e as melhorias na sua governança e sustentabilidade. Em novembro, a empresa foi eleita a mais admirada no setor de energia, em pesquisa promovida pelo jornal "DCI". A Eletrobras levou o primeiro lugar, também no setor de energia, do prêmio "Época Negócios 100 - As Empresas de Maior Prestígio no Brasil".

Igualmente reconhecida pela sua sustentabilidade, a Eletrobras permaneceu, pelo terceiro ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). As empresas listadas no ISE 2009/2010, válido de 1/12/2009 a 30/11/2010, apresentam, na avaliação da Bovespa, alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Dois exemplos desse empenho foram destacados em 2009: o projeto "Quintais Orgânicos de Frutas", desenvolvido pela Embrapa Clima Temperado em parceria com a Eletrobras e sua empresa controlada CGTEE, venceu o Prêmio Expressão de Ecologia 2008, na categoria Tecnologias Socioambientais - Setor Público; e o Sistema Eletrobras obteve o reconhecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) por suas ações voltadas para gênero e diversidade. A Eletrobras e mais nove empresas do Sistema receberam o troféu e o certificado do Selo Pró-Equidade de Gênero 2009.

Ainda no campo da gestão, a Companhia também foi eleita a maior empresa em capital circulante líquido do país (indicador referente a quanto de dinheiro uma companhia tem disponível para o curto prazo), segundo a Revista Exame. A empresa apareceu, ainda, na edição "1000 melhores e maiores empresas de 2009", como a detentora do terceiro maior patrimônio do Brasil.

Pelo relacionamento cada vez mais transparente com seus públicos, a Eletrobras também foi reconhecida no ano que passou: a intranet da empresa foi considerada a melhor do Brasil e duas campanhas publicitárias promovidas pela Companhia foram premiadas. Após vencer a categoria conteúdo do Prêmio Intranet Portal 2009, a intranet da Eletrobras conquistou o Senac-SP Grand Prix, categoria área pública/terceiro setor. A premiação contempla a melhor entre as melhores intranets, dentre as que participaram do Intranet Portal 2009, em cada categoria. Promovido pelo Instituto Intranet Portal e pelo Senac-SP, o Prêmio é considerado o mais importante da área no mundo corporativo brasileiro.

22 – MEIO AMBIENTE

A Eletrobras desenvolve, junto às empresas do Sistema, atividades na área ambiental que possibilitam uma ação coerente, continuamente aprimorada, ajustada à legislação vigente e às diretrizes estabelecidas de comum acordo. Estas ações visam assegurar o cumprimento dos princípios da Política Ambiental do Sistema Eletrobras e implementar uma agenda de trabalhos envolvendo questões de interesse comum.

A dimensão ambiental está inserida nas atividades exercidas pela empresa como subsídio aos processos decisórios. Sendo assim, a Eletrobras busca a contínua internalização da dimensão ambiental e o seu aprimoramento, tanto na execução de projetos próprios como nas parcerias, assim como na gestão de programas federais, na captação de recursos, na concessão de financiamentos e na gestão da sustentabilidade empresarial.

Em 2009, destacaram-se os seguintes projetos e respectivas atividades:

AHE Belo Monte: supervisão da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental, atuando também na revisão e complementação, com participação em reuniões técnicas em função das demandas do Ibama para emitir a Licença Prévia; elaboração do orçamento ambiental; participação nas reuniões promovidas pelo Ibama, com apoio da Funai, em seis terras indígenas; participação em audiências públicas; participação no Grupo Gestor de Comunicação e Interação Social; participação no Grupo de Estudos Socioambientais do Componente Indígena; participação no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu.

Complexo do Tapajós: coordenação do Comitê de Meio Ambiente; articulações institucionais para a viabilização dos estudos de viabilidade.

Estudos do rio Uruguai (Brasil/Argentina): avaliação e acompanhamento, em conjunto com a *Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anônima - Ebisa*, da Argentina, dos Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia do rio Uruguai, no

trecho da fronteira entre Brasil e Argentina; participação em trabalhos de campo no Brasil e na Argentina; participação nos trabalhos de elaboração dos Termos de Referência e do Edital para contratação dos estudos de viabilidade técnica-econômica-ambiental do AHE Garabi; participação no Grupo de Trabalho de Marco Regulatório Ambiental Binacional.

AHE Tumarín (Nicarágua) e AHE Tornillito (Honduras): avaliação e acompanhamento da parte ambiental dos estudos de pré-viabilidade.

AHE Inambari (Peru): avaliação da parte ambiental dos estudos de viabilidade, como parte integrante da engenharia do proprietário, analisando, em conjunto com Furnas, documentos produzidos por empresa de consultoria e participando em reuniões técnicas e trabalhos de campo no Brasil e no Peru.

AHE Baynes (fronteira entre Angola e Namíbia): participação, em conjunto com Furnas, na elaboração dos relatórios das fases 1 e 2 e do Termo de Referência para a fase 3 do estudo de viabilidade técnico-econômica.

A Eletrobras, como gestora dos contratos de compra e venda de energia, firmados no âmbito do Proinfra, executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos 144 empreendimentos integrantes do Programa, compreendendo a aferição da conformidade dos processos de licenciamento. Em 2009, foram emitidos 58 pareceres técnicos. No âmbito da gestão do Programa Luz para Todos, a Companhia elaborou, em 2009, critérios ambientais para análise de Projetos Especiais dos Estados do Amazonas e do Pará.

Na concessão de financiamentos, assim como nas operações de captação de recursos e contratação de empréstimos e financiamentos, a dimensão ambiental também está inserida com avaliações ambientais prévias dos projetos e acompanhamento de sua execução. Em 2009, merece destaque a avaliação ambiental das seis empresas de distribuição de energia do Sistema Eletrobras, como parte do processo de análise da contratação do financiamento, junto ao Banco Mundial, para a melhoria dos sistemas de gestão dessas empresas.

A Eletrobras coordena ainda o fórum específico das áreas de meio ambiente das empresas do Sistema - o SCMA - que atua como um espaço técnico e institucional que proporciona uma maior interação entre as empresas e viabiliza a definição de diretrizes comuns para o tratamento das questões socioambientais, assim como a realização de procedimentos articulados nos necessários relacionamentos interinstitucionais. Em 2009, este fórum e seus dez grupos de trabalho realizaram 22 reuniões abordando temas como: uso de bordas de reservatórios de usinas hidroelétricas, política, legislação e custos ambientais, gestão e comunicação ambiental, emissões de gases de efeito estufa e recursos aquáticos.

Adicionalmente, a Eletrobras vem acompanhando a tendência internacional de gestão da sustentabilidade empresarial, de modo a considerar, além dos ganhos econômicos, também as melhorias ambientais e sociais, tendo definido estratégias corporativas e metas que apontam nesta direção. São metas do Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobras – PAE 2009-2012, a listagem no índice de sustentabilidade empresarial da Bolsa de Valores de Nova Iorque (DJSI), até 2012, e o aumento da pontuação no índice de sustentabilidade empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo - ISE, a partir de 2009. Visando a consecução destas metas, a Eletrobras vem coordenando ações integradas e sistematizadas por intermédio do seu Comitê de Sustentabilidade. A dimensão ambiental está inserida na agenda estratégica de trabalho do Comitê.

Em 2009, os Presidentes das empresas do Sistema firmaram uma carta compromisso com as ações iniciais, passíveis de implementação por todas as empresas até março de 2010, denominada Pacto de Tucuruí. A dimensão ambiental está contemplada no Pacto com nove ações. Como produtos da atuação ambiental no Pacto de Tucuruí em 2009, vale destacar:

No âmbito do SCMA: elaboração do inventário de gases de efeito estufa de usinas termelétricas do Sistema Eletrobras (SE), referente ao período de 2003 a 2008, e revisão da Política Ambiental do Sistema, em atendimento às diretrizes do Plano de Transformação e Fortalecimento do SE, devendo a nova política substituir todas as políticas individuais previamente vigentes;

No âmbito de projetos de P&D, em parceria com o Cepel: estabelecimento de um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental, como subsídio à avaliação e à comunicação da melhoria do desempenho socioambiental das empresas do Sistema, e testes para implementação de uma ferramenta *web* para o banco de dados com as informações relacionadas aos indicadores.

Ainda no âmbito de projetos de P&D, destaca-se a participação no Comitê Técnico do projeto corporativo do SE “Monitoramento das Emissões de Gases de Efeito Estufa em Reservatórios de Usinas Hidrelétricas” do P&D Estratégico da Aneel, que tem como objetivo formatar um estudo sobre gases de efeito estufa em reservatórios de hidrelétricas com diversas instituições de pesquisa do país.

23 – EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA (EDE)

23.1 – Revisão Tarifária

A metodologia adotada pela Aneel para a regulação das tarifas de distribuição prevê a realização de revisões tarifárias onde se analisa em detalhe o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, considerando como referência o desempenho de uma empresa paradigmática eficiente para o atendimento de cada concessão em exame. Essas revisões ocorrem a cada quatro ou cinco anos, dependendo da companhia.

Em 2009 a atuação integrada para assuntos regulatórios PRETEDE – Projeto de Revisões Tarifárias de Distribuição da Eletrobras, mobilizou mais de uma centena de profissionais nas 6 Empresas de Distribuição e foram elaborados 92 documentos formais protocolados na ANEEL.

Como resultados, foram assegurados cerca de R\$ 442 milhões de receitas anuais adicionais às propostas iniciais da Agência, referentes aos custos operacionais, projeções de mercado, sobras de energia e componentes financeiros.

Como produtos correlatos, houve maior desenvolvimento de conhecimento e formação profissional entre os profissionais envolvidos, além de importantes detecções de controles que precisam ser aprimorados, a exemplo do controle patrimonial, dos componentes financeiros e da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, destinados a registrar as diferenças entre os valores efetivamente ocorridos e os montantes projetados no cálculo da tarifa entre dois reajustes tarifários.

Receitas Adicionais Anuais - R\$ milhões

Empresas	Empresa de Referência	Mercado	Sobras	Componentes Financeiros	Total
Ceal	18,9	16,1	-18,5	27	43,5
Cepisa	20,8	10,7	-15	23	39,5
Amazonas Energia	9,6	27,1	104,2	115,2	256,1
Boa Vista	1,3	1,9	0	0,5	3,7
Ceron	20,2	30,8	1,4	30,6	83
Eletoacre	3,4	4	3,5	5,6	16,5
TOTAL	74,2	90,6	75,6	201,9	442,3

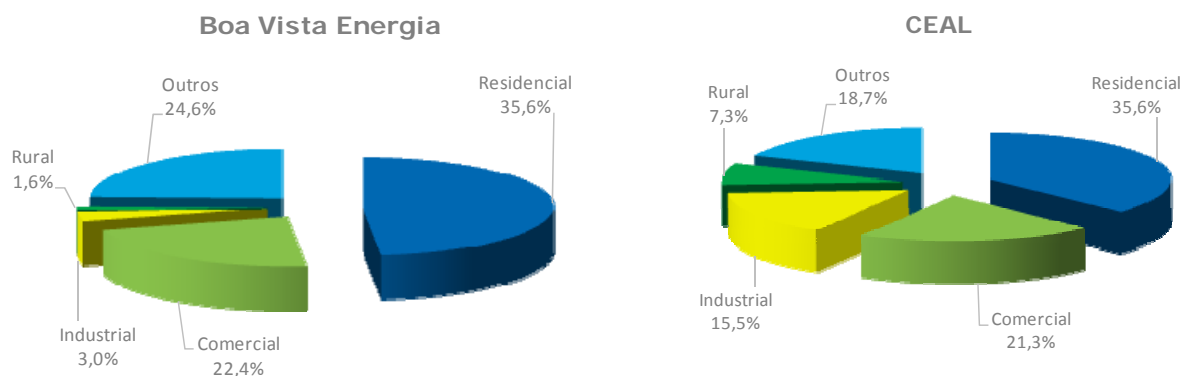
23.2 – Comercialização de Energia Elétrica

De forma geral, a quantidade fornecida de energia elétrica em 2009 aumentou em 2,4% em relação a 2008, sendo o maior aumento na classe residencial (7,4%), que representou 35% do total comercializado em 2009. Já a classe industrial, que representa 21,2% do total, foi observado um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, à redução dos níveis de atividade econômica regional, nacional e internacional sobre os setores produtivos.

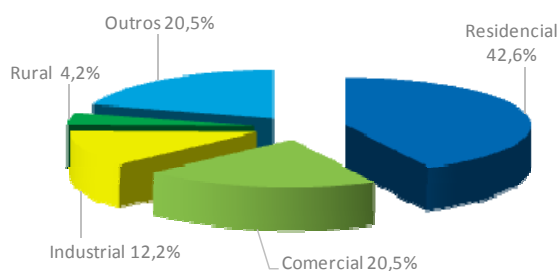
Destacam-se entre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica a Amazonas Energia (37,9%) e a Ceal (19,9%). A primeira, ao contrário das demais, tem uma forte participação do consumo de energia na Classe Industrial, dada a importância do Pólo Industrial de Manaus, com 33,9% do total comercializado por essa distribuidora em 2009. Já na Ceal, a classe residencial respondeu por 37,2% do total fornecido pela distribuidora.

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica - (GWh)					
Classe	2005	2006	2007	2008	2009
Residencial	3.069	3.146	3.331	3.753	4.030
Comercial	1.847	1.895	2.009	2.226	2.378
Industrial	2.358	2.384	2.465	2.628	2.443
Rural	380	414	400	490	508
Outras Classes	1.561	1.718	1.561	2.061	2.067
Total	9.215	9.557	9.766	11.158	11.426

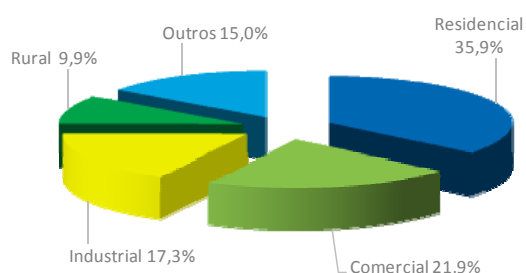
23.3 – Fornecimento por Classe de Consumo



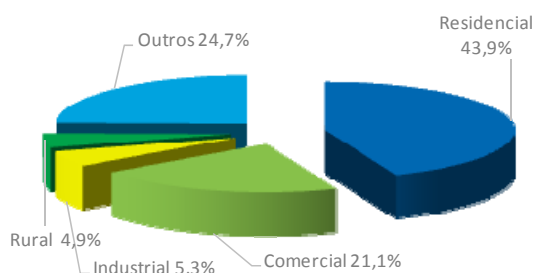
CEPI SA



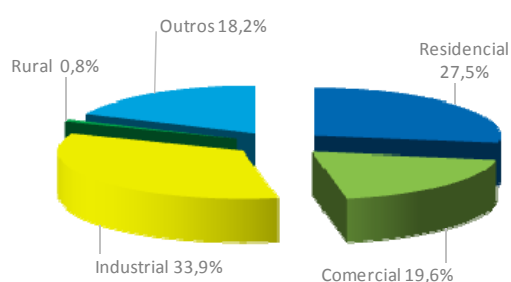
CERON



ELETROACRE



Amazonas Energia



23.4 – Controle de Perdas

A Cepisa e a Ceron apresentaram, em 2009, redução dos seus níveis de perdas de energia elétrica quando comparados aos níveis registrados em 2008. As reduções foram de 0,68 e 1,96 pontos percentuais, respectivamente. Essa queda nos índices foi consequência da retomada das inspeções em unidades consumidoras e, especialmente no caso da Cepisa, da expressiva regularização de consumidores taxados, passando de 103.000 em dez/2008 para 19.000 em dez/2009.

As duas empresas com os menores índices de perdas entre as EDE, Eletroacre e Boa Vista Energia, permaneceram com nível de perdas estável durante o ano de 2009. Ambas, assim como a Ceron, registraram índices de perdas abaixo dos níveis regulatórios ao final do último ciclo de revisão tarifária periódica.

Por sua vez, a Ceal e a Amazonas Energia registraram aumento em seus níveis de perdas. Destaca-se como um dos fatores causadores para esta elevação a realização de um menor volume de inspeções ao longo do ano, motivada pela descontinuidade nos contratos de prestação destes serviços.

Embora ainda não tenha apresentado resultados positivos, a Amazonas Energia implementou, ao longo de 2009, um conjunto de providências visando à implantação de telemedição em todas as suas unidades consumidoras de média tensão, bem como do centro de medição e monitoramento destas unidades. Esta ação, que será concluída em 2010, contempla a aquisição de um sistema de gestão da medição e sua integração com o sistema de faturamento da empresa. Em 2010, está previsto também estender o monitoramento para os clientes da baixa tensão com expressivo consumo de energia, no qual serão utilizados os recursos do financiamento que será celebrado com o Banco Mundial.

Ressalta-se que houve sutis alterações nos índices de perdas totais de 2008 quando comparados com os valores divulgados no Relatório de Administração anterior. Este fato, que afetou somente a Amazonas Energia e a Boa Vista Energia, ocorreu em consequência de ajustes realizados nos balanços energéticos dessas empresas.

	Perdas Técnicas (%)		Perdas Não Técnicas (%)		Perdas Totais (%)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Amazonas Energia	8,50	7,71	29,67	34,97	38,17	42,68
Boa Vista Energia	8,51	7,62	8,08	9,47	16,59	17,09
Ceal	12,75	12,03	17,25	19,31	30,00	31,34
Cepisa	14,17	13,71	21,97	21,75	36,14	35,46
Ceron	10,00	10,00	23,56	21,60	33,56	31,60
Eletroacre	12,71	11,70	13,48	14,50	26,19	26,20

23.5 – DEC/FEC

No ano de 2009, foi verificada queda dos índices globais de DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor na Cepisa, Ceron e Boa Vista Energia quando comparados com os valores de 2008. Já a Ceal, Eletroacre e Amazonas Energia registraram crescimento no mesmo período.

Considerando as metas, por conjuntos de consumidores (mensais, trimestrais e anuais), definidas pela Aneel, somente a Boa Vista Energia não apresentou violações nas suas metas de 2009, mantendo o mesmo resultado já apresentado em 2008 para o DEC e reduzindo o número de conjuntos violados no FEC.

A Eletroacre e a Amazonas Energia apresentaram aumento do número de conjuntos violados no DEC em comparação com o ano anterior, variando de um para dois e de 33 para 39, respectivamente. Em relação ao FEC, o número de conjuntos violados passou de um para dez na Eletroacre e de 17 para 20 na Amazonas Energia, no mesmo período. Ressalta-se ainda que a Amazonas Energia (capital) violou os seus índices de DEC em 100% dos conjuntos.

Ainda em comparação a 2008, a Cepisa e a Ceron apresentaram uma redução do número de conjuntos violados, passando respectivamente de 81 para 73 e de 21 para 11. Em relação ao FEC, o número de conjuntos violados passou de 70 para 63 na Cepisa, e de 22 para 10 na Ceron. A Ceal apresentou uma queda dos conjuntos violados no DEC, de quatro para três, e um aumento nos violados no FEC, de zero para dois.

Para as empresas que apresentaram aumento na violação de conjuntos, observa-se que o fator preponderante que contribuiu para este fato foi a grande quantidade de chuvas ocorrida no início do ano, acima da média histórica. Na Amazonas Energia foi determinante, também, a sobrecarga do sistema de geração e distribuição.

É importante destacar que reduções significativas destes índices requerem grandes investimentos na expansão do sistema elétrico e aquisição de sistemas de gerenciamento de rede, bem como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva. Neste sentido, a aplicação dos projetos que serão financiados pelo Banco Mundial a partir de 2010 e destinados à melhoria de subestações e redes de distribuição, certamente contribuirão para o estabelecimento e manutenção dos níveis de DEC e FEC dentro dos valores estabelecidos pelo agente regulador.

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) – Hora/Ano							
	Boa Vista	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Amazonas Capital	Amazonas Interior
2008	15	20	52	37	15	54	87
2009	9	21	44	34	47	52	104

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) – Nº. Interrupções/Ano							
	Boa Vista	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Amazonas Capital	Amazonas Interior
2008	39	15	36	46	20	29	93
2009	21	16	33	42	42	31	107

23.6 – Inadimplência

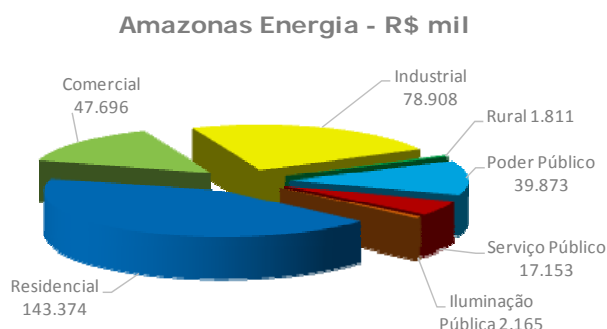
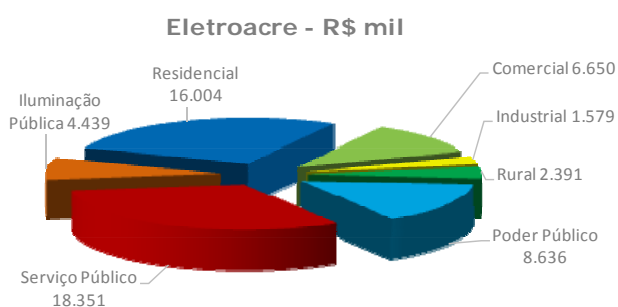
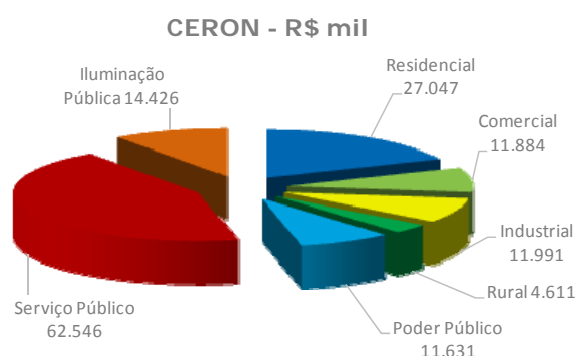
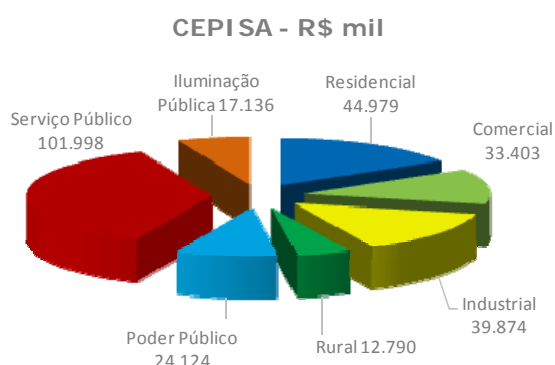
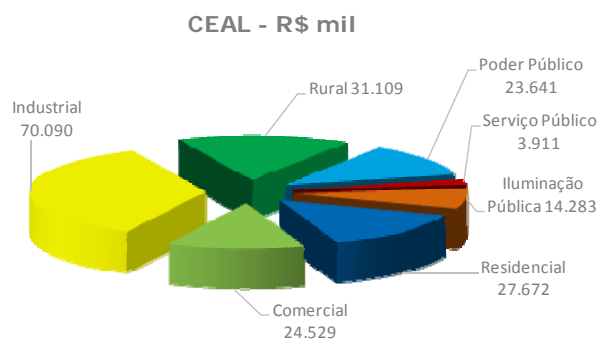
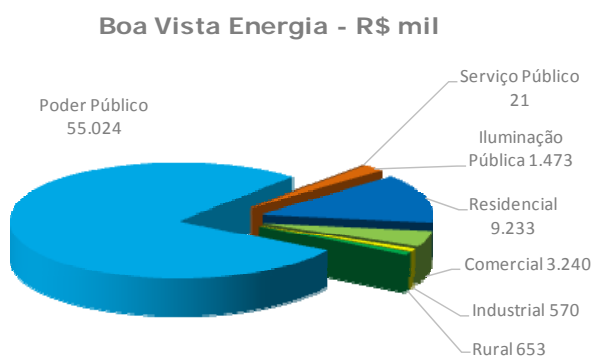
Embora ainda insuficiente, o ano de 2009 apresentou um decréscimo de 2,4% no estoque nominal dos débitos em atraso, passando para R\$ 1,072 bilhão contra R\$ 1,099 bilhão em 2008.

As empresas que mais contribuíram para essa redução foram a Ceal, a Cepisa e a Boa Vista Energia que, isoladamente, representaram uma queda de 18,3% no total dos débitos em atraso. A primeira obteve uma redução no montante de R\$ 63 milhões, representando um decréscimo de 24,4% no total da inadimplência. Na Cepisa, a redução foi de R\$ 6,2%, o que representou R\$ 18 milhões de recuperação no total dos débitos em atraso. Na Boa Vista Energia, verificou-se uma redução de 36,9% na inadimplência como resultado das negociações com a Companhia de Águas e Esgoto de Roraima (Caer) e a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), nos montantes de R\$ 38,8 e R\$ 13,4 milhões, respectivamente.

Todas as Empresas de Distribuição da Eletrobras estão adotando práticas intensivas para reduzir a inadimplência. Neste contexto, estão sendo implementadas uma série de ações, visando à recuperação dos débitos em atraso. Estas ações estão centradas, principalmente: nas campanhas através da imprensa local (jornais, rádios e televisões e internet); na negativação no Cadin, SPC e Serasa; nas cobranças personalizadas para os principais clientes, Poderes Públicos e Serviços Públicos; na terceirização de serviços de corte e religação por produtividade; nas campanhas de parcelamento para contas vencidas; e no incremento das ações judiciais para a recuperação de créditos.

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R\$ mil					
Classe	2005	2006	2007	2008	2009
Residencial	196.969	213.461	264.616	245.998	268.310
Comercial	100.064	101.092	117.130	119.962	127.401
Industrial	93.100	112.289	150.014	171.965	203.013
Rural	33.757	34.107	40.824	46.462	53.365
Poder Público	112.707	123.822	135.479	143.700	162.930
Serviço Público	215.355	291.974	372.062	306.566	203.979
Iluminação Pública	28.682	30.075	35.269	65.199	53.922
Total	780.634	906.820	1.115.394	1.099.852	1.072.920

Por Distribuidora:



23.7 – Atendimento aos Clientes

No ano de 2009, no tocante ao macroprocesso “Atendimento ao Cliente”, as seis empresas de Distribuição de Energia do Sistema Eletrobras alcançaram as seguintes marcas:

Descrição	2009
Total de Consumidores	3.124.017
Total de Municípios Atendidos	464
Quantidade de Agência de Atendimento	210
Quantidade de Postos de Atendimento	138
Total de Atendimentos Realizados (Agência e Postos)	2.388.486
Quantidade de Pontos de Atendimentos - PA (CTA's)*	131
Total de Ligações Atendidas (CTA's)	4.141.506

Em praticamente todas as empresas foram realizadas melhorias no atendimento físico (Lojas e Postos de Atendimento) e remoto (Centrais de Teleatendimento – CTA). Como exemplo, podemos citar:

Acre: Ampliação da CTA em sete Postos de Atendimentos – PA's e criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line;

Alagoas: Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line e ampliação e reforma da CTA, com aumento do número dos atendentes e treinamentos dos mesmos.

Amazonas: Inauguração de postos de atendimento, inclusive um "mini-posto" nas dependências do PROCON – AM, criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line, aumento do número de atendentes a fim de proporcionar maior eficiência no processo de atendimento e o conseqüente aumento na satisfação dos clientes, realização de cursos com foco no aperfeiçoamento contínuo dos atendentes comerciais e implantação de um "chat de comunicação" entre a Amazonas Energia e os clientes portadores de deficiência auditiva ou de fala;

Piauí: Reforma e melhoria na agência principal da Capital, reabertura da agência do "espaço cidadão" com ampla reforma, em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social, disponibilização de uma agência volante, objetivando melhor atender bairros específicos de Teresina, criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line e ampliação e reforma da CTA, com aumento do número dos atendentes e treinamentos dos mesmos.

Rondônia: Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line, implementação do Terminal de Auto Serviço - TAS, que disponibiliza a emissão de 2ª via de conta e foi desenvolvido um módulo de atendimento via "web service", onde é possível a emissão da segunda via de conta e pagamento na agência do Correio.

Roraima: Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços "on-line" como: segunda via, danos elétricos, poda de árvores, religação, entre outros e manutenção da Certificação ISO 9001/2000 nos Processos de Atendimento Comercial e Atendimento Emergencial.

24 – BALANÇO SOCIAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
I – RECURSOS HUMANOS				
1.1 - Remuneração				
Folha de pagamento bruta (FPB)	122.557	99.847	2.941.609	2.577.809
- Empregados	119.730	97.486	2.925.961	2.559.882
- Administradores	2.827	2.361	15.648	17.927
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	14,81	14,03		
- Administradores	1,00	1,00		
1.2 - Benefícios Concedidos				
Encargos Sociais	40.508	32.073	814.828	710.755
Alimentação	8.877	8.124	181.042	171.961
Transporte	478	498	16.674	14.205
Previdência Privada	56.491	17.540	277.236	234.377
Saúde	44.432	10.818	282.745	230.906
Segurança e medicina do trabalho	4.157	3.365	25.817	18.477
Educação Creches ou auxílio Creche	1.215	930	156.230	23.488
Cultura	-	-	2.182	4.100
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.406	3.383	58.256	51.601
Outros	-	-	246.075	182.334
Participações nos lucros ou resultados	27.000	23.000	207.844	275.227
T O T A L	189.564	99.731	2.268.929	1.917.431
1.3 - Composição do corpo funcional				
Nº. de empregados no final do exercício	1.300	1.182	25.809	25.248
Nº. de admissões	227	197	1.181	1.573
Nº. de demissões	189	107	754	559
Nº. de estagiários no final do exercício	197	205	2.383	2.092
Nº. de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	4	3	635	685
Nº. de prestadores de serviços Terceirizados no final do exercício	-	-	7.333	8.981
Nº. de empregados por sexo:				
- Masculino	857	786	21.060	20.609
- Feminino	443	396	4.749	4.639
Nº. de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	2
- De 18 a 35 anos	417	313	5.789	5.247
- De 36 a 60 anos	808	808	18.618	16.878
- Acima de 60 anos	75	61	1.402	1.895
Nº. de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	-	-
- Com ensino fundamental	99	20	3.580	3.211
- Com ensino médio	170	254	5.587	5.487
- Com ensino técnico	-	-	6.194	6.470
- Com ensino superior	569	479	7.719	7.412
- Pós-graduados	462	429	2.729	2.668
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,74	0,74	-	-
- Feminino	0,26	0,26	-	-
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas				
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	30	415	4.466	3.989
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	14	255	17.477	20.725
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	20	31	5.467	6.052
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	18.495	5.299	158.430	47.382

II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

2.1 - Relacionamento com a Comunidade

Totais dos investimentos em:				
- Educação	2.540	1.584	16.341	17.036
- Cultura	34.379	25.525	50.756	40.902
- Saúde e infra-estrutura	443	3.299	45.449	39.872
- Esporte e lazer	19.572	7.443	21.451	8.974
- Alimentação.	-	-	4.471	3.896
- Geração de trabalho e renda	1.084	566	7.845	6.528
- Reassentamento de Famílias	-	-	145.764	134.086
Outros	-	200	17.677	22.384
Total dos investimentos	58.018	38.617	309.754	270.678
Tributos (excluídos encargos sociais)	221.394	1.341.612	2.510.747	4.061.918
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	562.482	479.314
Total - Relacionamento com a comunidade	279.412	1.380.229	3.382.983	4.814.910

2.2 - Interação com os Fornecedores

Crêditos de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores

- -

III - Interação com o Meio Ambiente

Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	-	-	100.751	109.122
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	-	-	45.417	33.189
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	-	-	178	178
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	-	-	5.241	5.081
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	-	-	49.608	56.501
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	-	-	1	7
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	-	-	62	-
Passivos e contingências ambientais.	-	-	-	-
Total da interação com o meio ambiente	-	-	201.258	204.078

IV - Outras Informações

Receita Líquida (RL)	9.439	11.310	19.341.668	19.073.841
Resultado Operacional (RO)	(1.069)	8.481	1.110.387	(24.603)

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás

- 1 Examinamos o balanço patrimonial das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás ("Companhia" ou "Eletrobrás") em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa 13, os exames das demonstrações financeiras de determinadas empresas coligadas são conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas informações contábeis da Eletrobrás, os investimentos destas empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e representam investimentos de R\$ 6.359.637 mil em 31 de dezembro de 2009 e a participação nos resultados monta a R\$ 1.383.048 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras da Itaipu Binacional, com ativos totais de R\$ 9.865.700 mil em 31 de dezembro de 2009, incluídas nas informações contábeis consolidadas, foram também examinadas por outros auditores independentes. Nosso parecer, no que se refere aos valores gerados por estas empresas, está fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Com base em nosso exame e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes conforme mencionado no parágrafo 1, somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Com base nas determinações da Lei nº 12.111/2009, determinadas controladas de distribuição da região norte reconheceram em 31 de dezembro de 2009, o montante R\$ 435.385 mil referente substancialmente ao reembolso dos gastos com a compra de insumos decorrentes da produção de energia incorridos pelas empresas que estão no Sistema Isolado para o período de agosto a dezembro de 2009, conforme mencionado na Nota 13. Adicionalmente, as distribuidoras controladas pela Eletrobrás situadas na região norte possuem impostos a recuperar no montante de R\$ 1.388.160 mil, os quais, nos termos da supracitada Lei, deixarão de sofrer acréscimos e serão realizados nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente quatro anos. A referida Lei ainda se encontra pendente de regulamentação, sendo que os eventuais efeitos decorrentes da determinação das características de regulação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, se houver, serão reconhecidos quando da finalização desse processo, conforme mencionado na Nota 12.
- 5 Em decorrência do reajuste tarifário de 2009 da controlada Amazonas Distribuição de Energia S.A., previsto no contrato de concessão, a ANEEL homologou em caráter provisório, a base de remuneração regulatória. Os possíveis efeitos decorrentes da base de remuneração regulatória definitiva, se houver, serão refletidos na posição financeira da empresa controlada Amazonas Distribuição de Energia S.A. em exercícios subsequentes.
- 6 Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém provisão para perdas em adiantamentos para futuro aumento de capital em determinadas empresas controladas do segmento de distribuição de energia no montante de R\$ 1.858.603 mil, sendo apresentada ainda provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 53.660 mil. As empresas vêm apurando prejuízos repetitivos em suas operações, sendo que as informações financeiras dessas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de operações. Os planos da administração com relação ao equacionamento financeiro das referidas empresas incluem o processo de capitalização de dívidas e de adiantamentos para futuro aumento de capital ainda a ser efetivado, conforme mencionado na nota explicativa 42. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.
- 7 As demonstrações financeiras das empresas coligadas CEEE - D - Companhia de Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e CEEE - GT - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 5 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado ao reconhecimento dos créditos de ajuste na Conta de Resultados a Compensar - CRC referente à complementação e suplementação de aposentadoria de seus funcionários ex-autárquicos conforme decisão judicial favorável. Somente após a homologação dos cálculos do perito judicial será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de realização destes créditos disciplina pela Lei nº 8.631/1993.
- 8 As demonstrações financeiras da empresa coligada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 5 de fevereiro de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado ao reembolso referente aos gastos com o plano de complementação de aposentadoria pela Lei nº 4.819/1958. A administração da empresa coligada,

amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano é de inteira responsabilidade do Governo do Estado e, como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da empresa nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano.

- 9 As demonstrações financeiras da empresa coligada EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 19 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado à continuidade normal dos negócios. A empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados no exercício de 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A administração da empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 599.450 mil em 31 de dezembro de 2009, composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos nem quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.
- 10 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 5 de março de 2008, com ressalva em função da falta de apresentação dos pareceres dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras de determinadas empresas coligadas, cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e que não foi possível através de procedimentos adicionais de auditoria, avaliar a adequação dos valores desses investimentos, bem o resultado de equivalência patrimonial, nos montantes de R\$ 1.526.447 mil e R\$ 34.969 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Adicionalmente, os seguintes parágrafos de ênfase foram incluídos:
- (a) Controvérsia quanto às ações judiciais relacionadas à correção monetária dos empréstimos compulsórios.
 - (b) Incerteza quanto à realização dos créditos de ICMS, junto ao Estado do Mato Grosso, registrados na controlada Furnas - Centrais Elétricas S.A.
 - (c) Incerteza quanto à utilização dos créditos fiscais do PIS/PASEP e COFINS relativos aos períodos de apuração de 2004 a 2008 registrados no ativo não circulante da Manaus Energia S.A. em cumprimento ao Ofício Circular nº 2.775/2008 - SFF/ANEEL.
 - (d) Pressuposto de continuidade operacional da Manaus Energia S.A., da Boa Vista Energia S.A. e Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre em virtude dos prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos e insuficiência de capital de giro, suportados por seu acionista controlador.
 - (e) Ênfase quanto a opinião dos auditores independentes das demonstrações financeiras da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 quanto ao assunto do pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei nº 4.819/1958.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

CONSELHO FISCAL
356ª Reunião

PARECER DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31.12.2009

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus anexos, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras em 31 de dezembro de 2009, o Conselho Fiscal da Eletrobras, entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da Eletrobras relativamente à destinação do resultado do exercício de 2009 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Brasília, 30 de março de 2010.

ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA
Presidente

HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA
Conselheiro

DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO
Conselheiro

ANA LUCIA DE PAIVA LORENA FREITAS
Conselheira

Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras
Balço Patrimonial dos exercícos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(em milhares de Reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	12.495.718	9.370.041	15.398.093	12.832.000
Caixa restrito	1.341.720	734.386	1.341.719	734.386
Consumidores e revendedores	1.611.189	1.709.569	4.260.617	4.341.459
Financiamentos e empréstimos	3.539.436	2.697.114	1.922.866	1.493.271
Conta de Consumo de Combustível - CCC	375.558	573.993	375.558	554.748
Rémuneração dos investimentos	1.483.062	1.212.966	340.607	261.093
Créditos renegociados	51.786	84.371	421.922	619.871
Ativos fiscais diferidos	701.025	1.418.353	1.120.239	2.081.850
Direito de ressarcimento	278.239	516.766	946.212	516.766
Devedores diversos	382.315	171.165	582.749	377.879
Almoxarifado	1.960	1.879	859.285	759.963
Despesas pagas antecipadamente	-	-	88.176	76.874
Outros	141.943	87.306	536.922	947.497
	22.403.951	18.577.909	28.194.965	25.597.657
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	25.177.898	39.537.157	9.836.412	13.467.643
Créditos renegociados	104.337	199.646	1.523.630	2.070.302
Títulos e valores mobiliários	682.624	613.374	687.291	617.889
Estoque de combustível nuclear	-	-	755.434	725.142
Ativos fiscais diferidos	2.493.243	1.348.168	4.581.036	2.786.948
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.074.402	572.279	1.074.402	572.279
Direito de ressarcimento	1.803.348	4.312.809	1.842.309	4.312.809
Outros	141.992	73.547	712.452	1.363.886
	31.477.844	46.656.980	21.012.966	25.916.898
Adiantamentos para participação societária	9.926.015	730.281	4.000	4.027
	41.403.859	47.387.261	21.016.966	25.920.925
INVESTIMENTOS	44.024.992	43.682.716	6.816.146	5.896.865
IMOBILIZADO	30.899	25.494	77.261.818	80.262.674
INTANGÍVEL	51.855	53.706	526.764	375.811
	85.511.605	91.149.179	105.621.694	112.456.275
TOTAL DO ATIVO	107.915.556	109.727.088	133.816.659	138.053.932

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras
Balço Patrimonial dos exercícos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	230.045	192.181	998.626	1.714.611
Empréstimo compulsório	12.941	85.205	12.941	85.205
Fornecedores	1.509.907	1.676.071	3.471.735	2.594.567
Adiantamento de clientes	24.108	15.381	63.400	53.159
Tributos e contribuições sociais	236.560	1.363.854	1.144.100	2.075.726
Conta de Consumo de Combustível - CCC	923.535	649.341	923.535	670.482
Remuneração aos acionistas	3.526.522	1.914.222	3.553.545	1.948.109
Créditos do Tesouro Nacional	76.036	72.236	76.036	72.236
Obrigações estimadas	9.448	67.835	832.535	550.573
Obrigações de ressarcimento	1.264.046	923.344	1.264.046	923.344
Previdência complementar	37.448	-	423.087	502.699
Provisões para contingências	-	-	121.526	1.481.709
Taxas regulamentares	-	-	596.468	708.285
Outros	45.130	78.910	681.843	906.311
	7.895.726	7.038.580	14.163.423	14.287.016
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	4.871.949	3.965.930	16.791.118	18.297.562
Créditos do Tesouro Nacional	1.344.571	2.854.201	1.344.571	2.854.201
Reserva Global de Reversão - RGR	7.656.946	7.193.770	7.656.946	7.193.770
Empréstimo compulsório	127.358	129.866	127.358	129.866
Tributos e contribuições sociais	-	943.882	1.155.410	2.713.664
Remuneração aos Acionistas	7.697.579	-	7.697.579	-
Obrigações para desmobilização de ativos	-	-	215.306	266.168
Adiantamento de clientes	-	-	978.980	1.018.488
Conta de Consumo de Combustível - CCC	908.832	572.279	908.832	1.432.982
Provisões para contingências	827.685	1.009.514	2.302.017	1.695.556
Previdência complementar	101.472	-	2.000.398	1.567.002
Provisão para passivo a descoberto em controladas	53.660	353.921	-	-
Outros	337.993	46.784	2.177.792	746.628
	23.928.045	17.070.147	43.356.307	37.915.887
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	205.144	232.668
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567
Reservas de capital	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de reavaliação	179.427	196.906	179.427	196.906
Reservas de lucros	19.009.667	28.900.908	19.009.667	28.900.908
Ajustes de avaliação patrimonial	(15.043)	28.285	(15.043)	28.285
	71.378.960	81.331.008	71.378.960	81.331.008
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.712.825	4.287.353	4.712.825	4.287.353
	76.091.785	85.618.361	76.091.785	85.618.361
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.915.556	109.727.088	133.816.659	138.053.932

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras
Balço Patrimonial dos exercícos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(em milhares de Reais)

Demonstração dos Resultados

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
RECEITAS OPERACIONAIS				
Operações com energia elétrica	6.710.772	10.927.053	27.099.094	31.450.764
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.292.859)	(1.191.673)
(-) ICMS	-	-	(1.047.356)	(984.608)
Participações societárias	2.727.955	382.799	1.594.739	665.533
Outras receitas	-	-	1.298.895	448.616
	9.438.727	11.309.852	27.652.513	30.388.632
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal, Material e Serviços	434.499	278.453	6.453.314	5.439.642
Energia comprada para revenda	7.298.919	9.572.208	6.122.533	8.832.314
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	742.372	1.158.856
PASEP e COFINS	43.159	160.551	1.504.665	1.464.809
Uso da rede elétrica	-	-	1.270.463	1.101.220
Remuneração e ressarcimento	-	-	1.184.482	1.100.777
Depreciação e amortização	6.075	6.864	2.397.874	2.339.904
Provisões operacionais	1.109.291	303.994	1.516.796	1.544.091
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	669.675	835.885
Doações e contribuições	183.045	153.650	237.872	217.913
Outras	65.342	150.159	904.351	495.320
	9.140.330	10.625.879	23.004.397	24.530.731
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO				
RESULTADO FINANCEIRO	298.397	683.973	4.648.116	5.857.901
RESULTADO FINANCEIRO	(1.367.425)	7.797.423	(5.273.903)	3.383.768
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS	-	-	(97.697)	(32.258)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.069.028)	8.481.396	(723.484)	9.209.411
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA				
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(1.069.028)	8.481.396	(723.484)	9.209.411
Imposto de renda	932.493	(1.700.759)	887.304	(2.019.608)
Contribuição social sobre o lucro líquido	334.061	(621.140)	309.115	(863.656)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	197.526	6.159.497	472.935	6.326.147
Participação nos lucros	(27.000)	(23.000)	(207.482)	(176.817)
Participação minoritária	-	-	(94.927)	(12.833)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	170.526	6.136.497	170.526	6.136.497
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	R\$0,15	R\$5,42	R\$0,15	R\$5,42

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras
Balço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(em milhares de Reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2009	2008 Reclassificado	2009	2008 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.096.029)	8.458.395	(723.484)	9.742.311
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	6.075	6.864	2.397.874	2.334.542
Variações monetárias/cambiais líquidas	4.442.707	(3.963.453)	(2.825.479)	(7.410.438)
Encargos financeiros	(1.927.925)	(3.412.645)	1.372.349	(2.018.629)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.727.955)	(462.789)	(1.596.278)	(314.267)
Provisão para passivo a descoberto	(300.261)	(521.856)	-	(521.856)
Provisão para impostos diferidos	-	-	-	(44.650)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.246.741	(88.369)	2.068.093	338.318
Provisão para contingências	(99.242)	-	(121.923)	309.953
Provisão para previdência complementar	68.623	-	281.955	61.130
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	(673.231)	770.293
Encargos da Reserva Global de Reversão	310.998	287.640	542.516	504.606
Ajuste a valor presente	-	-	68.285	(108.222)
Ativo/Passivo Regulatório	786.624	(1.319.927)	784.895	(1.338.020)
Participação minoritária no resultado	-	-	(94.927)	(12.833)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.422.984	1.511.755	2.495.110	3.011.670
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	669.675	835.885
Perda/Ganho na alienação de ativos	-	-	290.988	86.187
Outras	(90.628)	(79.358)	1.070.367	124.262
	3.138.741	(8.042.138)	6.730.269	(3.392.069)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Caixa restrito	(607.333)	100.348	(607.333)	100.348
Consumidores e revendedores	98.382	(360.309)	80.842	(159.135)
Conta de consumo de combustível - CCC	198.434	(236.717)	179.190	(189.382)
Ativos fiscais diferidos	215.205	(354.862)	832.477	399.149
Direito de ressarcimento	238.528	(337.306)	238.528	(337.306)
Devedores diversos	(211.150)	119.675	(204.870)	54.660
Almoxarifado	-	639	(99.240)	(118.123)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(11.302)	13.893
Outros	(54.718)	(13.281)	410.493	(265.588)
	(122.652)	(1.081.813)	818.784	(501.485)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Empréstimo compulsório	(72.264)	(11.503)	(72.264)	(11.504)
Fornecedores	(166.164)	406.707	918.742	118.123
Adiantamento de clientes	8.728	(186.869)	10.241	(184.282)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(2.489.880)	119.932
Conta de Consumo de Combustível - CCC	274.194	133.923	253.053	151.960
Obrigações estimadas	(58.387)	(10.439)	281.961	82.426
Obrigações de ressarcimento	340.701	479.119	340.702	479.119
Taxas regulamentares	-	-	(111.816)	166.317
Outros	46.847	45.260	(224.468)	(304.353)
	373.653	856.198	(1.093.729)	617.739
Caixa proveniente das atividades operacionais	2.293.713	190.641	5.731.840	6.466.496
Pagamento de Encargos Financeiros	(78.062)	(79.904)	(1.058.099)	(1.586.282)
Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	(741.256)	-	(945.791)	(202.838)
Recebimento de Encargos Financeiros	542.569	-	574.508	69.666
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(450.649)	(147.797)	(907.258)	(710.252)
Depósitos Judiciais	(1.232)	-	(431.924)	(23.453)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.565.082	(37.060)	2.963.275	4.013.337
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	2.241.945	1.403.383	3.114.730	2.999.503
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(221.247)	(259.768)	(797.337)	(1.066.550)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(1.102.644)	(1.045.368)	(1.132.677)	(1.224.532)
Pagamento de refin. de impostos e contrib. - principal	-	-	(97.480)	(96.501)
Reserva Global de Reversão	896.445	(65.256)	825.548	(65.256)
Outros	(231.860)	207.945	1.403.821	(274.425)
Caixa líquido das atividades de financiamento	1.582.639	240.936	3.316.605	272.239
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(2.721.094)	(2.776.170)	(561.732)	(1.062.135)
Recebimento de empréstimos e financios. concedidos	1.846.586	6.381.708	1.256.263	5.902.297
Créditos de energia renegociados recebidos	-	-	562.266	366.426
Aquisição de ativo imobilizado	(83.320)	(1.406)	(4.998.588)	(4.107.586)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(176.532)	(15.091)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(523.681)	(168.050)	(1.161.036)	(740.928)
Receb. de remuneração de investos. em part. societárias	1.459.495	789.113	1.359.579	744.213
Outros	(29)	(22.006)	5.994	(93.827)
Caixa líquido das atividades de investimento	(22.044)	4.203.189	(3.713.786)	993.369

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.125.678	4.407.065	2.566.093	5.278.946
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.370.041	4.962.976	12.832.000	7.553.055
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.495.719	9.370.041	15.398.093	12.832.000
	3.125.678	4.407.065	2.566.093	5.278.945

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS				
Em 31 de dezembro de 2007	24.235.829	25.907.304	208.109	1.731.038	15.699.751	8.300.832	68.748			3.811.625	79.963.236
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007											-
Controladora								(767.186)			(767.186)
Empresas avaliadas pelo MEP								258.654			258.654
Incorporação de reservas de lucros	1.859.401				(1.790.653)		(68.748)				-
Conversão de Empréstimo Compulsório	61.337	141.038									202.375
Ajustes acumulados de conversão								28.285			28.285
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						1.036.026				475.728	1.511.754
Realização de reservas de reavaliação			(11.203)					11.203			-
Lucro líquido do exercício								6.136.497			6.136.497
Destinação do resultado:											-
Constituição de reservas				306.824	3.129.614		487.476	(3.923.914)			-
Remuneração aos acionistas								(1.715.254)			(1.715.254)
Em 31 de dezembro de 2008	26.156.567	26.048.342	196.906	2.037.862	17.038.712	9.336.858	487.476	28.285	-	4.287.353	85.618.361
Ações em tesouraria					(879)						(879)
Ajustes acumulados de conversão - Itaipu								(29.790)			(29.790)
Ajustes de avaliação patrimonial - Hedge investidas								(13.538)			(13.538)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						926.581				425.472	1.352.053
Reversão para pagamento						(10.263.439)					(10.263.439)
Realização de reservas de reavaliação			(17.479)					17.479			-
Reversão de reservas					(161.523)		(487.476)	648.999			-
Lucro líquido do exercício								170.526			170.526
Destinação do resultado:											-
Constituição de reservas				8.527	86.968			(95.495)			-
Remuneração aos acionistas								(741.509)			(741.509)
Em 31 de dezembro de 2009	26.156.567	26.048.342	179.427	2.046.389	16.963.278	-	-	(15.043)	-	4.712.825	76.091.785

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	6.710.772	10.927.054	27.350.633	30.914.772
Não operacionais	-	-	(97.697)	(32.258)
	<u>6.710.772</u>	<u>10.927.054</u>	<u>27.252.936</u>	<u>30.882.514</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(162.935)	(207.671)	(5.975.082)	(5.302.410)
Encargos setoriais	-	-	(1.292.859)	(1.191.673)
Energia comprada para revenda	(7.298.919)	(9.572.208)	(6.122.533)	(8.832.314)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(742.372)	(1.158.856)
	<u>(7.461.854)</u>	<u>(9.779.879)</u>	<u>(14.132.846)</u>	<u>(16.485.253)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(751.082)</u>	<u>1.147.175</u>	<u>13.120.090</u>	<u>14.397.261</u>
4 - RETENÇÕES				
Provisões operacionais	(1.109.291)	(303.994)	(1.516.796)	(1.544.091)
Depreciação, amortização e exaustão	(6.074)	(6.864)	(2.397.874)	(2.339.904)
	<u>(1.115.365)</u>	<u>(310.858)</u>	<u>(3.914.670)</u>	<u>(3.883.995)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(1.866.447)</u>	<u>836.317</u>	<u>9.205.420</u>	<u>10.513.266</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	2.727.955	382.799	1.594.739	665.533
Receitas financeiras	5.210.957	5.526.192	2.988.986	2.864.773
	<u>7.938.912</u>	<u>5.908.991</u>	<u>4.583.725</u>	<u>3.530.306</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>6.072.465</u>	<u>6.745.308</u>	<u>13.789.145</u>	<u>14.043.572</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	277.482	200.973	4.197.665	3.532.370
. Participação de empregados nos lucros	27.000	23.000	207.482	176.817
. Plano de aposentadoria e pensão	59.425	19.968	309.539	138.064
	<u>363.907</u>	<u>243.941</u>	<u>4.714.686</u>	<u>3.847.251</u>
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	(1.223.395)	2.482.450	308.246	4.348.073
TERCEIROS				
. Encargos financeiros e aluguéis	6.578.383	(2.271.230)	8.262.888	(518.995)
. Doações e contribuições	183.044	153.650	237.872	217.913
	<u>6.761.427</u>	<u>(2.117.580)</u>	<u>8.500.760</u>	<u>(301.082)</u>
ACIONISTAS				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	741.509	1.715.254	741.509	1.715.254
. Participação de acionistas não controladores	-	-	94.927	12.833
. Lucros retidos	(570.983)	4.421.243	(570.983)	4.421.243
	<u>170.526</u>	<u>6.136.497</u>	<u>265.453</u>	<u>6.149.330</u>
	<u>6.072.465</u>	<u>6.745.308</u>	<u>13.789.145</u>	<u>14.043.572</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Eletrobras

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) (Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

I – Informações Gerais

A Eletrobras é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

II – Participação Societária

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Amazonas Energia - AME, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Centrais Elétricas S.A - Eletrosul, Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Roraima.

III – Negócios no exterior

Em 7 de abril de 2008 foi publicada a Lei 11.651 que autoriza a Eletrobras, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

IV - Gestão de Recursos Setoriais

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir (vide Nota 17 e Anexo IV e IVa):

I - Geração de Energia Elétrica

	<u>RIO</u>	<u>CAPACIDADE (em</u>	<u>VENCIMENTO</u>
EM OPERAÇÃO			
UHE Furnas	Grande	1.216	07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	618	05/2011
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	10/2015
UHE Xingó	São Francisco	3.162	10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	02/2022
UHE Tucuruí	Tocantins	8.370	07/2024
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.880	10/2015
UTE Santa Cruz	-	932	07/2015
Outras concessões de geração	-	5.166	Até 2035
EM CONSTRUÇÃO			
UHE Simplício	Paraíba do Sul	334	08/2041
UHE Baguari	Doce	140	08/2041
UHE Batalha	São Marcos	53	08/2041
		<u>30.972</u>	

(*) Não auditado

A capacidade total instalada das usinas do Sistema Eletrobras, considerando Itaipu Binacional e Eletronuclear, é de cerca de 39.453 MW. A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e
- disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

II - Transmissão de Energia Elétrica

A capacidade de transmissão do Sistema Eletrobras está demonstrada a seguir:

	<u>LINHAS (em Km) (*)</u>	<u>SUBESTAÇÕES (*)</u>	<u>VENCIMENTO</u>
Furnas	19.348	47	07/2015
Eletronorte	10.374	59	07/2015
Chesf	18.939	83	06/2037
Eletrosul	10.369	36	07/2015
Amazonas Energia	860	22	07/2015
	<u>59.890</u>	<u>247</u>	

(*) Não auditado

III – Distribuição de Energia Elétrica

<u>Companhia</u>	<u>Região Geográfica</u>	<u>Municípios Atendidos (*)</u>	<u>Prazo Concessão</u>
Eletroacre	Estado do Acre	25	2015
Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado de Manaus	62	2015
Boa Vista	Estado de Roraima	1	2015

(*) Não auditado

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, controladora e consolidado, são de responsabilidade da administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/1976 e alterações posteriores, observados os Pronunciamentos emanados pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis – CPC válidos para a presente data-base e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Conforme determinado pela Deliberação CVM 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia passou a adotar a Lei 11.638/2007 e Medida provisória 11.651/2009, convertida na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. A Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2008.

Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática da referida instrução técnica, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas Demonstrações Contábeis.

O comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência às normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

a) Pronunciamentos

- . CPC 15 - Combinação de negócios
- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 17 - Contratos de construção
- . CPC 18 - Investimentos em coligadas
- . CPC 19 - Participação em empreendimento controlado em conjunto
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 21 - Demonstração intermediária
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 35 - Demonstrações separadas
- . CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação

(b) Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
- . ICPC 07 - Distribuição de dividendos *in natura*
- . ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

A interpretação técnica ICPC-01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo ao direito sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível, para os segmentos de Transmissão e de Distribuição.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas Demonstrações Contábeis, ao tempo em que acompanha as discussões e debates sobre o tema, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida instrução técnica.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25 de março de 2010 e encaminhadas ao Conselho de Administração.

A Medida Provisória nº 11.651/2009 instituiu, também, o Regime Tributário de Transição – RTT estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os efeitos decorrentes da introdução da nova legislação contábil brasileira.

A companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

I - GERAIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

(O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 44).

c) Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

São reconhecidas pelo custo de aquisição e deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos riscos de realização, em níveis considerados suficientes pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas (Vide Anexo I). O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a companhia.

e) Financiamentos e Empréstimos Concedidos

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

f) Investimentos em Participações Societárias

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligada são alteradas para garantir a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 30).

g) Transações em moeda estrangeira

Os saldos dos itens monetários em moedas estrangeiras são apresentados pela taxa de câmbio na data do Balanço.

Para os itens não monetários avaliados pelo custo toma-se por base a taxa de câmbio vigente à data da transação e para os itens não monetários avaliados pelo valor justo, toma-se por base a taxa de câmbio da data da determinação do valor.

Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais, de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício.

h) Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

i) Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional quando incorridos até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia e de suas controladas avalia anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Caso seja identificadas evidências de não recuperabilidade a administração da Companhia e de suas controladas estima o valor recuperável destes ativos. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A perda correspondente, à não recuperabilidade da unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

Quando não for possível, ou quando impraticável, estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos relacionados ao ativo.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos reconhecida no passado é revertida, total ou em parte, com efeito no resultado do exercício em que a recuperação for verificada, ajustando a valor contábil do ativo ao seu novo e provável valor de recuperação, limitado ao seu valor contábil original.

O montante recuperável, identificado pela administração da Companhia e de suas controladas corresponde ao valor justo da unidade geradora de caixa.

k) Empréstimos e Financiamentos Obtidos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço, vide Anexo V.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias nas bases de cálculo do imposto e da contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

m) Receitas e Despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

n) Benefícios pós emprego

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Para outras obrigações pós-aposentadoria, os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia e suas controladas reconhecem os benefícios de demissão quando estão demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência por parte da companhia com a concessão de benefícios de demissão voluntária.

o) Provisões para Contingências

As provisões são reconhecidas quando um evento passado pode gerar uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das Demonstrações Contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas.

p) Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas a administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

q) Juros sobre o Capital Próprio - JCP

Para fins societários e contábeis estão apresentados como destinação do resultado do exercício diretamente no Patrimônio Líquido, observada a legislação tributária específica que determina que o JCP transite por contas de resultado.

O JCP imputado aos dividendos do exercício, é calculado tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

r) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Contábeis são considerados como não circulantes.

s) Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

Os incentivos fiscais de imposto de renda das controladas são registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de lucros denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

t) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

u) **Ajustes de avaliação patrimonial** – A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta rubrica os ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referente ao efeito do *hedge* de investimento líquido (nota explicativa Nº 11).

II – PRÁTICAS DO SETOR ELÉTRICO

a) Depreciação do Imobilizado em Serviço

As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999. A depreciação é calculada pelo método linear. (vide nota 17 e anexos IV e IV.a.).

b) Imobilizado em Curso

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros, relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora (vide nota 17 e anexos IV e IVa);

c) Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável.

Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 17. Terrenos não são depreciados.

Para os bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica a companhia seguirá a estimativa de vida útil econômica estipulada pela ANEEL.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício.

d) Obrigações Vinculadas a Concessão

São registradas obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no término da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público são firmados pela ANEEL (vide nota 17 e anexos IV e IVa);

e) Almoxarifado

Os materiais de almoxarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante - imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

f) Valores Decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado na rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (vide nota 13);

g) Obrigações para Desmobilização de Ativos

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termoeletricas, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte americano (vide nota 31);

h) Estoque de Combustível Nuclear

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados – PCU, são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (vide nota 14).

i) Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são apropriados ao resultado.

j) Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores

registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários.

k) Reserva Global de Reversão - RGR

Os saques efetuados pela Eletrobras junto à RGR, destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano.

l) Empréstimo Compulsório

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (vide nota 22).

III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a Controlada em Conjunto, sendo as principais disposições descritas abaixo:

a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional;

b) os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferidos para o ativo imobilizado; e

c) a remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentada como despesa operacional no resultado.

NOTA 5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

I) As Demonstrações Contábeis Consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e das operações dos exercícios findos nestas datas, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As Demonstrações Contábeis elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações contábeis e incluem as seguintes empresas, além da Eletrobras:

	Participação da Eletrobras	
	2009	
	Direta	Indireta
Furnas	99,54%	-
Chesf	99,45%	-
Eletrosul	99,71%	-
Eletronorte	99,03%	-
Eletronuclear	99,81%	-
Itaipu Binacional (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
Eletropar	81,61%	-
Ceron	99,96%	-
Ceal	75,16%	-
Cepisa	98,56%	-
Eletroacre	93,29%	-
Amazonas Energia (**)	100,00%	-
Boa Vista Energia (***)	-	100,00%
SC Energia(****)	-	100,00%
RS Energia(****)	-	100,00%
Consórcio Cruzeiro do Sul Energética(*****)	-	49,00%
FIDC Furnas I (*****)	-	100,00%
FIDC Furnas II (*****)	-	100,00%

(*) - Controlada em conjunto com a ANDE (Paraguai).

(**) - Antiga Manaus Energia

(***) - Participação indireta por meio da Eletronorte.

(****) - Participação indireta por meio da Eletrosul

(*****) - Participação indireta por meio da Eletrosul e Eletronorte

(*****) - Participação indireta por meio de Furnas.

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no anexo VI.

III) Principais práticas de consolidação:

- a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
- d) Destaque da participação dos demais acionistas minoritários no passivo não circulante e no resultado das empresas investidas consolidadas; e
- e) Face à inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

IV) Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto Itaipu Binacional

- a) As Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2009 - US\$ 1.00 - R\$ 1,7412, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2008 - US\$ 1.00 - R\$ 2,3370), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;
- b) O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado no ativo imobilizado consolidado;
- c) A remuneração sobre o capital paga por Itaipu Binacional, registrada como receita na controladora é eliminada no consolidado; e
- d) Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício, excluídos os efeitos da consolidação proporcional da Itaipu Binacional. A informação visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional nas Demonstrações Contábeis do Sistema Eletrobras, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Sistema Eletrobras.

Balanço Patrimonial Consolidado
(de Caráter Meramente Informativo)
(em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2009	
CIRCULANTE	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Consumidores e revendedores	4.208.567	4.260.617
Financiamentos e empréstimos	2.494.386	1.922.866
Outros	<u>21.556.787</u>	<u>22.011.483</u>
	<u>28.259.740</u>	<u>28.194.966</u>
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos e empréstimos	15.749.878	9.836.412
Outros	<u>11.018.789</u>	<u>11.180.554</u>
	26.768.667	21.016.966
INVESTIMENTOS	6.903.206	6.816.146
IMOBILIZADO, INTANGÍVEL	<u>61.904.763</u>	<u>77.788.582</u>
	<u>68.807.969</u>	<u>84.604.728</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>123.836.376</u></u>	<u><u>133.816.660</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2009	
CIRCULANTE	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Financiamentos e empréstimos	488.887	835.560
Fornecedores	4.024.572	3.471.735
Outros	<u>9.305.719</u>	<u>9.856.129</u>
	<u>13.819.178</u>	<u>14.163.424</u>
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos e empréstimos	8.049.302	16.791.118
Outros	<u>25.670.967</u>	<u>26.565.190</u>
	<u>33.720.269</u>	<u>43.356.308</u>
Participações de Acionistas Não Controladores	205.144	205.144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>76.091.785</u>	<u>76.091.785</u>
	<u>76.296.929</u>	<u>76.296.929</u>

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>123.836.376</u>	<u>133.816.660</u>
--	--------------------	--------------------

Demonstração do Resultado do Exercício
(de Caráter Meramente Informativo)
(em milhares de Reais)

	31/12/2009	
	<u>SEM ITAIPU</u>	<u>COM ITAIPU</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Operações com energia elétrica	26.896.988	27.099.094
Deduções	(2.340.215)	(2.340.215)
Outros	1.298.895	1.298.895
	<u>25.855.668</u>	<u>26.057.774</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Energia comprada para revenda	(9.299.967)	(6.122.533)
Depreciação e amortização	(2.397.874)	(2.397.874)
Resultado a compensar de Itaipu	-	(669.675)
Outras	(12.169.350)	(13.814.315)
	<u>(23.867.191)</u>	<u>(23.004.398)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>1.988.477</u>	<u>3.053.377</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(4.206.183)</u>	<u>(5.273.903)</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	<u>1.594.739</u>	<u>1.594.739</u>
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	<u>(100.517)</u>	<u>(97.697)</u>
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	<u>(723.484)</u>	<u>(723.484)</u>
CSLL e IRPJ	1.196.419	1.196.419
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	<u>472.935</u>	<u>472.935</u>
Participação no lucro	(207.482)	(207.482)
Participação minoritária	(94.927)	(94.927)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>170.526</u>	<u>170.526</u>
Lucro líquido por ação	<u>R\$ 0,15</u>	<u>R\$ 0,15</u>

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
I - Caixa e Equivalente de Caixa				
Caixa e Bancos	27.119	8.548	275.695	169.244
Aplicações Financeiras	12.468.600	9.361.493	15.122.398	12.662.756
	<u>12.495.719</u>	<u>9.370.041</u>	<u>15.398.093</u>	<u>12.832.000</u>
II - Caixa Restrito				
CCC	475.565	156.354	475.565	156.354
Comercialização de EE de ITAIPU	145.497	151.135	145.497	151.135
PROINFA	720.657	426.897	720.657	426.897
	<u>1.341.719</u>	<u>734.386</u>	<u>1.341.719</u>	<u>734.386</u>
	<u>13.837.438</u>	<u>10.104.427</u>	<u>16.739.812</u>	<u>13.566.386</u>

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Eletrobras e suas controladas classificam os títulos CFT-E1 e NTN-P como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado.

Em relação as partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor justo.

Adicionalmente, os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, apresentados na linha de outros, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
NÃO CIRCULANTE				
CFT-E1	225.176	208.761	225.176	208.761
NTN-P	145.353	136.160	149.035	140.675
Rendimentos de Parcerias	149.818	165.442	149.818	165.442
Partes Beneficiárias	157.685	90.697	157.685	90.697
Outros	4.593	12.314	5.578	12.314
	<u>682.625</u>	<u>613.374</u>	<u>687.292</u>	<u>617.889</u>

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 84.728 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 105.465), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (vide Nota 16), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
EATE	41.327	49.353
Tanjará	73.320	64.620
Elejor	-	16.226
Outras	35.171	35.242
	<u>149.818</u>	<u>165.441</u>

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Eletrobras na INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Lajeado Energia	266.798	266.798
EDP Lajeado	189.577	184.577
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor justo	(494.890)	(561.878)
Valor justo	<u>157.685</u>	<u>90.697</u>

De acordo com a Lei 11.638/07, conforme descrito na nota explicativa 2, tais títulos passaram a ser avaliados a seu valor justo, em atendimento à deliberação CVM 564/2008, que aprovou o pronunciamento CPC-14.

e) OUTROS - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR/FINAM destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 291.412 (31 de dezembro de 2008- R\$ 283.690),e apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 8 - CONSUMIDORES E REVENDADORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica, estão apresentados por seus valores prováveis de realização, e encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas e incluem o Ativo Regulatório descrito na Nota 10.

II - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Eletrobras a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2009 o equivalente a 83.848 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu, de US\$ 22,60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 25,03/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação (vide Nota 10):

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

No exercício de 2009, a atividade foi superavitária em R\$ 40.418, sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica "Direito de Ressarcimento".

III - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido positivo no exercício de 2009 de R\$ 377.133 (31 de Dezembro de 2008 - R\$ 35.643), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Eletrobras, sendo este valor incluído na rubrica "Obrigações de Ressarcimento".

IV - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2009 geraram, para a Eletrobras e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 51.056

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Controladas constituem e mantêm provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pelas administrações das Controladas como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.896.774 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.546.967), sendo composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
RTE (Energia Livre - Perda de Receita e Parcela A)	37.016	66.998
Consumidores e Revendedores		
Companhia Energética do Amapá	727.425	566.283
Outras	320.564	98.461
	1.047.989	664.744
Consumidores das Distribuidoras	518.209	521.665
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	1.896.774	1.546.967

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Em consonância ao CPC 14 - Instrumentos Financeiros, os financiamentos e empréstimos concedidos estão classificados como ativos financeiros, mantidos até o vencimento. Esses financiamentos e empréstimos (vide Anexo II) e seus respectivos encargos estão apropriados até a data do Balanço e são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Eletrobras, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,91% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 52% do total da carteira. Já os que prevêem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 19% do saldo da carteira.

I - Créditos junto à AES-Eletropaulo - Ação Judicial

Em 1989, a Eletrobras ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avançados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito, foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmado o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Conseqüentemente, foi proposta a execução por título judicial pela Eletrobras perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Eletrobras discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante deste cenário, a Administração da Eletrobras dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 394.326 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 385.171), consideradas as condições originais dos contratos com a Eletropaulo, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.183.515 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.061.329). A administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 192.232 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 117.675) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplência. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

NOTA 10 - CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Ceb	-	8.450	-	40.807
Celg	43.448	63.617	64.139	88.076
AES-Sul	8.326	12.288	8.326	12.288

Cemat	-	-	-	16.524
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	150.286	141.130
Tesouro Nacional	-	-	130.186	113.236
Casal	-	-	60.584	39.545
PCLD	-	-	(23.576)	(12.354)
Outros	12	16	31.977	180.619
	<u>51.786</u>	<u>84.371</u>	<u>421.922</u>	<u>619.871</u>
NÃO CIRCULANTE				
Celg	97.106	181.307	319.650	467.404
AES-Sul	7.220	17.852	7.220	17.852
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	490.718	586.157
Tesouro Nacional	-	-	406.684	458.379
Casal	-	-	99.974	97.542
Outros	10	487	199.383	442.968
	<u>104.337</u>	<u>199.646</u>	<u>1.523.629</u>	<u>2.070.302</u>
	<u>156.123</u>	<u>284.017</u>	<u>1.945.551</u>	<u>2.690.173</u>

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, prevêm juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à Celg

A Eletrobras renegociou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à Celg, sub-rogados por Furnas à Eletrobras, no montante de R\$ 392.021. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2009 corresponde a R\$ 140.554 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 244.924), sendo R\$ 97.106 registrada no ativo não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 181.307).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegociou, em dezembro de 2003, o montante de R\$ 378.938, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da Celg e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2009, correspondente a R\$ 243.235 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 310.557), sendo R\$ 222.554 registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 286.097). Parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000, está cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (Vide Nota 23).

b) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da Celg existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R\$ 641.004 em 31 de dezembro de 2009, (31 de dezembro de 2008 - R\$ 727.184).

A controlada Eletrosul, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 641.004, em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 676.230), sendo R\$ 490.718 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 547.831), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos. Esta hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, e decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Furnas	-	251.607	-	-
Chesf	588.428	541.878	-	-
Eletrosul	194.064	135.713	-	-
Eletronuclear	109.632	28.749	-	-
Eletronorte	285.943	-	-	-
Eletropar	552	8.268	-	-
Itaipu	435	14.022	-	-
CEMAR	20.815	48.340	20.815	48.340
CTEEP	195.885	102.156	195.885	102.156

Outros	87.309	82.233	123.908	110.597
	<u>1.483.063</u>	<u>1.212.966</u>	<u>340.608</u>	<u>261.093</u>

NOTA 12 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E IMPOSTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	231.073	749.478	450.655	818.616
Antecipações de IRPJ e CSLL	448.162	663.844	484.327	776.102
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	28.880
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	58.184	293.631
PASEP/COFINS compensáveis	21.790	5.031	89.024	74.308
ICMS a recuperar	-	-	11.616	72.169
Outros	-	-	26.433	18.144
	<u>701.025</u>	<u>1.418.353</u>	<u>1.120.239</u>	<u>2.081.850</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	601.235	-	601.235	-
ICMS a recuperar	-	-	862.253	781.341
PIS/COFINS a recuperar	-	102.077	477.596	564.384
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	242.234	173.062
Provisão para Contingências	552.915	481.718	715.568	481.718
PCLD	-	48.874	190.397	40.874
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	127.888	132.312	127.888	132.312
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT	294.495	-	294.051	-
Outros	916.711	583.187	1.069.814	613.257
	<u>2.493.244</u>	<u>1.348.168</u>	<u>4.581.036</u>	<u>2.786.948</u>

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos decorrentes das chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, tem seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de os montantes reconhecidos no Ativo não Circulante serão realizados ao longo de sete exercícios (2011 a 2017), quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

II – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Objetivando ressarcir as empresas concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica que possuem geração térmica e que atue no Sistema Isolado, a Lei 10.833/2003, que altera a Lei 8.631/1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL regula entre outras questões inerentes ao encerramento das Demonstrações Contábeis de 2008 das concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC, dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008.

A administração da controlada Amazonas Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou, em 2008, o crédito tributário das aquisições de óleo efetuadas pela empresa no período determinado pela ANEEL, apurando um crédito tributário de R\$ 498.171, reconhecendo-o no Ativo não Circulante.

Para evitar eventuais riscos da prescrição de tais créditos reconhecidos sob a égide da Lei 10.637/2002 e 10.833/2003, a administração da controlada, orientada por seus consultores jurídicos, ingressou no judiciário com ação de Protesto Interruptivo de Prescrição junto à União Federal.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos é condicionada a operações futuras que originem débitos fato este que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada de Manaus no Sistema Interligado Nacional – SIN. A Lei

12.111/09 estabelece mecanismos que vão possibilitar que a conta de impostos a recuperar decorrente de compra de combustível deixe de sofrer acréscimo e passe a ser realizado nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente 4 anos. A referida Lei se encontra pendente de regulamentação, sendo que os eventuais efeitos decorrentes da determinação das características de regulação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, se houver, serão reconhecidos quando da finalização desse processo.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS: O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Contábeis, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 13 – DIREITO DE RESSARCIMENTO – ATIVO REGULATÓRIO

I – Valores Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo Governo Federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento de energia elétrica, que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002 concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a ANEEL a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas às empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Neste cenário, as empresas geradoras de energia elétrica reconheceram créditos relativos à energia livre, perda de receita e parcela A, realizáveis nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela ANEEL, prazo esse variável para cada distribuidora.

Foram reconhecidas, no exercício de 2009, perdas decorrentes de energia livre não faturadas pelas distribuidoras, no valor de R\$ 48.195 apresentadas na rubrica Perdas na realização de ativos, do grupo Despesas Operacionais.

Os valores residuais líquidos registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	<u>CONSOLIDADO</u>
RTE - Parcela A, Energia Livre e Ressarcimento Gerador	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	97.877
(-) Perdas	(48.195)
(-) Realizado	(9.913)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2009	<u>39.769</u>
PCLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(66.998)
(+) Reversão	52.693
(-) Constituição	(22.711)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2009	<u>(37.016)</u>
	<u>2.753</u>

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 387/2009, 15 de dezembro de 2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

Tais cálculos foram apresentados pelas distribuidoras à ANEEL em 28 de fevereiro de 2010, que homologará através de Despacho, no prazo de até 90 dias, definindo os valores que deverão ser pagos às geradoras em até 30 dias.

A Administração da Companhia espera que a homologação pela ANEEL resulte em valores a receber mas, contudo, não possui informações suficientes para mensurar e/ou estimar tais valores com razoabilidade, motivo pelo qual não registrou nenhum direito decorrente da edição da citada Resolução, o qual será reconhecido quando da homologação do valor final, pela ANEEL.

II - Valores Decorrente da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Eletrobras a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um Ativo Regulatório referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2009, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989 mil, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo do Ativo Regulatório decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 1.803.348, equivalentes a US\$ 1,035,693 mil (31 de dezembro de 2008 – R\$ 4.312.809, equivalentes a US\$ 1,845,447 mil).

A metodologia de apuração do Ativo Regulatório foi regulamentada pela Portaria Interministerial MME/MF 313/2007, de 11 de dezembro de 2007.

III - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 foi alterada a sistemática de subvenção dos sistemas isolados. A subvenção CCC que outrora subsidiava somente os custos com combustíveis agora passará a reembolsar o montante igual a diferença entre o custo total de energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos a:

I - à contratação de energia e de potência associada;

II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;

III - aos encargos e impostos; e

IV - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Os valores calculados e contabilizados pela Companhia, no exercício de 2009, totalizaram o montante de R\$ 435.385, registrados no Ativo Circulante, tendo como contrapartidas o valor de R\$ 225.611 no Passivo não Circulante e o restante no resultado do exercício.

NOTA 14 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas termonucleares Angra I e Angra II são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica "Estoque de Combustível Nuclear". Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante, na rubrica "Almoxarifado". Em 31 de dezembro de 2009, o montante das contas de material de almoxarifado no ativo circulante e não circulante e não circulante totaliza R\$ 307.882 mil (R\$ 295.374 mil – 31 de dezembro de 2008)

O recolhimento mensal na despesa operacional é feito de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível, e periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2009, do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
NÃO CIRCULANTE		
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	111.199	104.442
Elementos prontos	239.771	146.736
Material de almoxarifado	267.303	259.213
Em curso - combustível nuclear	137.161	214.751
	<u>755.434</u>	<u>725.142</u>

NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

l) O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, em outubro de 2009, a capitalização de empresas controladas, no montante de R\$ 11.770.400, correspondente aos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), então existentes, no montante de R\$ 2.945.835 e de parte dos financiamentos concedidos às empresas controladas, no montante de R\$ 9.043.089.

Tanto a capitalização dos créditos da Eletrobras decorrentes do saldo devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários, como a integralização dos AFACs, está condicionada ao parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, assim como à celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE a ser firmado pelas empresas, com a Eletrobras, e alteração dos estatutos sociais das empresas controladas.

Após a deliberação acima descrita, a companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas, os quais serão capitalizados em 2010:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Controladas				
Furnas	31.154	31.154	-	-
Chesf	3.018.051	294.397	-	-
Eletrosul	430.144	94.576	-	-
Eletronorte	4.023.201	-	-	-
Eletropar	62.285	62.285	-	-
CGTEE	38.850	-	-	-
Ceal	525.485	235.833	-	-
Cepisa	779.224	494.369	-	-
Ceron	1.117.860	718.688	-	-
Eletoacre	180.567	143.320	-	-
Amazonas	1.573.797	-	-	-
	<u>11.780.618</u>	<u>2.074.623</u>	-	-
Provisão para perdas	<u>(1.858.603)</u>	<u>(1.348.368)</u>	-	-
	<u>9.922.015</u>	<u>726.254</u>	-	-
Outros investimentos	<u>4.000</u>	<u>4.027</u>	<u>4.000</u>	<u>4.027</u>
	<u>9.926.015</u>	<u>730.281</u>	<u>4.000</u>	<u>4.027</u>

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Equivalência Patrimonial				
a) Controladas (Anexo III)	<u>39.838.297</u>	<u>39.935.810</u>	-	-
b) Coligadas				
Celipa (b)	396.393	366.953	396.393	366.953
CEEE-GT (b)	494.046	127.368	494.046	127.368
Cemat (b)	512.872	456.883	512.872	456.883
Emae (b)	316.815	267.765	316.815	267.765
CTEEP (b)	1.478.447	1.447.818	1.478.447	1.447.818
Cemar (b)	250.798	197.943	250.798	197.943
Rede Lajeado (b) (d)	380.189	219.806	380.189	219.806
Ceb Lajeado (b)	63.291	78.173	63.291	78.173
EDP Lajeado (b) (d)	-	103.771	-	103.771
Paulista Lajeado (b)	23.381	23.380	23.381	23.380
CEEE-D (b)	408.338	9.499	408.338	9.499
Inambari (c)	6.789	-	13.792	-
Baguari(c)	-	-	79.225	61.925
Enerpeixe (b)	-	-	460.072	420.960
STN - Sistema de Transmissão Nordeste (b)	-	-	111.389	112.780
Transleste(c)	-	-	14.539	13.420
Transirapé(c)	-	-	7.262	6.029
Serra do Facão (a)	-	-	137.485	273.713
Retiro Baixo(b)	-	-	99.920	67.188
Transudeste	-	-	9.986	8.500
Centroeste de Minas(b)	-	-	16.060	6.514
Chapecoense (b)	-	-	259.545	270.855
Etau(b)	-	-	12.485	12.487
Artemis(b)	-	-	72.226	68.142
Uirapuru(b)	-	-	22.522	20.212
Energia Sustentável (b)	-	-	202.389	100.004
Estação Transmissora de Energia(a)	-	-	-	-

			208.786	-
Intesa (a)	-	-	96.331	91.566
Energetica Águas da Pedra(b)	-	-	123.421	123.970
AETE(b)	-	-	28.143	25.200
Brasnor(b)	-	-	89.009	39.600
Amapari (c)	-	-	39.558	41.423
Outros	-	-	342.246	178.716
	<u>4.331.358</u>	<u>3.299.359</u>	<u>6.770.960</u>	<u>5.242.563</u>
c) Custo de aquisição				
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
EATE	12.509	16.960	12.509	16.960
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
Elejor	-	9.829	-	9.829
CDSA	11.802	11.801	11.802	11.801
Celesc	28.242	28.241	28.242	28.241
Cesp	269.680	268.679	269.680	268.679
Coelce	15.329	15.328	15.329	15.328
Saelpa	11.272	11.272	11.272	11.272
AES Tietê	23.046	23.046	23.046	23.046
Eletropaulo	-	-	31.728	31.728
Energias do Brasil	-	-	7.850	7.850
CPFL Energia	-	-	3.364	3.364
Outros	- 34.956	- 37.355	181.862	201.166
	<u>431.874</u>	<u>447.549</u>	<u>621.722</u>	<u>654.302</u>
	<u>44.601.529</u>	<u>43.682.718</u>	<u>7.392.683</u>	<u>5.896.865</u>
Provisão para perdas em investimentos				
	(576.536)	-	(576.536)	-
TOTAL	<u>44.024.993</u>	<u>43.682.718</u>	<u>6.816.146</u>	<u>5.896.865</u>

- (a) Demonstrações Contábeis auditadas pelos mesmos auditores independentes.
(b) Demonstrações Contábeis auditadas por outros auditores
(c) Parecer dos auditores independentes relativos às Demonstrações Contábeis não disponíveis até a data de encerramento (substancialmente empresas que se encontram pré-operacionais).
(d) Rede Lajeado incorporou a EDP Lajeado

A Eletrobras tem diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (vide Nota 27), nas quais foram oferecidos em garantia, para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,73 % do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Investimentos	Valor do Investimento	Percentual de Bloqueio	Investimento Bloqueado
CTEEP	1.478.447	88,93%	1.314.783
EMAE	316.815	100,00%	316.815
Cesp	269.680	95,82%	258.407
AES Tiete	23.046	89,22%	20.562
Coelce	15.328	100,00%	15.328
Duke	3.344	62,48%	2.089
Cemat	512.872	86,64%	444.352
Ceb	3.528	50,00%	1.764
Celpa	396.393	5,31%	21.048
Celpe	4.689	70,32%	3.297
Celesc	28.241	15,24%	4.304
CEEE-GT	494.046	87,39%	431.747
Totais	<u>3.546.428</u>		<u>2.834.496</u>
Outros Investimentos	<u>40.478.564</u>		<u>-</u>
	<u>44.024.992</u>	6,73%	<u>2.834.496</u>

I – CEEE - CRC

A investida CEEE (atualmente denominada CEEE-D e CEEE-GT) ingressou em março de 1993 com Ação Ordinária contra a União Federal, pleiteando o reconhecimento na Conta de Resultados a Compensar – CRC, de determinados gastos decorrentes do custo do serviço de 1981 a 1993, cuja decisão favorável transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em 31 de março de 2009.

Na referida decisão foi reconhecido o direito da Concessionária registrar custos do serviço para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

Conforme decisão judicial datada de Novembro de 2009, a apuração dos valores foi determinada na forma prevista na Lei 8.631/1993, com as alterações da Lei nº 8.724/1993. Com base na decisão transitada em julgado e, amparada em parecer jurídico independente e com valores quantificados através de cálculo pericial, a investida reconheceu contabilmente o ativo

correspondente, a valor de face, em contrapartida ao resultado do exercício de 2009 tendo sua realização avaliada ao amparo do parágrafo nono, do artigo sétimo, da Lei 8.631/1993.

A administração da Eletrobras entende, contudo, que o citado crédito de CRC deveria ter sido reconhecido pelo seu valor presente, considerando para tal o prazo de vencimento das concessões da CEEE-D e CEEE-GT, ambas encerrando em 2015. Dessa forma, na determinação da avaliação pela equivalência patrimonial dessas investidas, na data-base de 31 de dezembro de 2009, a administração da Eletrobras ajustou o patrimônio líquido das investidas, no montante de R\$ 222.996 e R\$ 149.168, respectivamente, mediante adoção de ajuste a valor presente.

As informações referentes aos investimentos em parcerias estão descritas abaixo:

2009	ATIVO			PASSIVO				Resultado do período
	Imobilizado	Outros	Total	(Empréstimos e Financiamentos)	Outros	Patrimônio Líquido	Total	
Energética Águas da Pedra S.A.	625.233	94.598	719.831	459.362	9.711	250.758	719.831	(2.242)
Amapari Energia S.A.	73.216	49.649	122.865	41.435	(539)	81.430	122.326	(3.106)
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. - AETE ARTEMIS	93.742	18.927	112.669	55.235	(1)	57.435	112.669	16.320
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	251.299	50.197	301.496	121.972	32.126	147.398	301.496	18.609
ENERPEIXE	625.233	94.598	719.831	218.314	250.759	250.758	719.831	2.242
ESBR	1.750.295	148.591	1.898.886	695.691	53.014	1.150.181	1.898.886	121.026
PARTICIPAÇÕES	2.181.955	743.098	2.925.053	1.805.651	107.459	1.011.943	2.925.053	(10.169)
ETAU	239.959	19.958	259.917	-	1.494	258.423	259.917	(981)
Integração Transmissora de Energia S.A.	106.176	13.965	120.141	54.443	20.280	45.418	120.141	16.929
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	543.778	25.492	569.270	347.706	27.025	194.539	569.270	11.090
Manaus Construtora Ltda.	91.522	13.059	104.581	13	1.369	103.199	104.581	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	15.864	15.864	-	5.926	9.938	15.864	9.938
NORTE BRASIL	229.165	399.430	628.595	457.309	170.402	884	628.595	883
PORTO VELHO	4.420	58.535	62.955	-	2.458	60.497	62.955	(1.502)
STN-Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	61.196	3.951	65.147	-	767	64.380	65.147	(193)
TRANSIRAPE	475.500	41.698	517.198	252.979	36.893	227.326	517.198	50.253
TRANSLESTE	66.404	5.907	72.311	36.869	5.801	29.641	72.311	6.597
TRANSUDESTE	112.560	12.236	124.796	57.800	6.417	60.579	124.796	12.899
UIRAPURU	78.628	6.285	84.913	39.932	5.035	39.946	84.913	7.800
	92.442	15.518	107.960	50.640	11.356	45.964	107.960	7.799

2008	ATIVO			PASSIVO				Resultado do período
	Imobilizado	Outros	Total	(Empréstimos e Financiamentos)	Outros	Patrimônio Líquido	Total	
Energética Águas da Pedra S.A.	446.480	108.360	554.840	286.806	15.034	253.000	554.840	
ARTEMIS	268.836	44.093	312.929	142.959	23.429	146.541	312.929	11.059
ENERPEIXE	1.777.059	151.981	1.929.040	809.079	67.561	1.052.400	1.929.040	130.668
ESBR	160.017	98.879	258.896	-	8.886	250.010	258.896	
PARTICIPAÇÕES	109.214	10.407	119.621	64.083	10.966	44.572	119.621	5.264
ETAU	558.275	20.832	579.107	362.982	30.521	185.604	579.107	2.016
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	537.258	537.258	405.397	109.326	22.535	537.258	
Manaus Transmissora de Energia S.A.	485.874	47.270	533.144	266.275	36.704	230.165	533.144	44.918
STN-Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	67.026	5.536	72.562	43.051	4.900	24.611	72.562	1.087
TRANSIRAPE	115.263	10.565	125.828	64.483	5.429	55.916	125.828	7.643
TRANSLESTE	79.619	6.934	86.553	46.703	5.882	33.998	86.583	2.165
TRANSUDESTE	94.961	15.315	110.276	59.614	9.413	41.249	110.276	1.975
UIRAPURU								

Ao longo dos últimos anos, a Eletrobras firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo - Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, em consonância com a intenção do Governo Federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei 10.438/2002, as empresas controladas pela Eletrobras participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de

energia elétrica, classificados em Ativo - Investimentos, avaliados pelo Custo de Aquisição ou Equivalência Patrimonial, quando aplicável.

I. STN – Refere-se à Sociedade de Propósito Específico criada pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE). O capital da empresa Sistema de Transmissão Nordeste é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e Chesf 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006.

II. Manaus Construtora Ltda. – Sociedade de Propósito Específico, criada em 06 de abril de 2009, da qual a Companhia é sócia com 195 quotas, em conjunto com a Abengoa Holding, com 505 quotas, e a Eletronorte, com 300 quotas. Esta empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri, subestação Itacoatiara 500/138 kV e SE 500/230 kV, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

III. Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia – Sociedade de Propósito Específico, através do Consórcio Nordeste, que obteve a concessão do Lote C do Leilão nº 005/2009 ANEEL, para construção, montagem, operação e manutenção das instalações de transmissão, por um prazo de 30 anos, da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão; da subestação Pecém II, em 500 kV, localizada no estado do Ceará; e da subestação Aquiraz II, em 230 kV, localizada no estado do Ceará. Na composição acionária do consórcio a Chesf possui 49% e a ATP Engenharia Ltda 51%.

IV. Central Geradora Eólica Areia Branca – Sociedade de Propósito Específico que obteve a concessão de geração no leilão 03/2009, ANEEL, na modalidade de Energia de Reserva (LER) – Fonte Eólica, em consórcio formado pela Chesf, com 49%, e Martifer Renováveis Geração de Energia e Participações, com 51%, para a implantação da Central Geradora Eólica Areia Branca, tendo sido negociados 11 MW médios, com potência instalada de 27,3 MW, situada no Município de Areia Branca(RN). Contratos de compra e venda com vigência de 20 anos e com início de suprimento a partir de 1º de julho de 2012.

V. Central Geradora Eólica Mar e Terra - Sociedade de Propósito Específico, para a exploração de concessão no leilão 03/2009, ANEEL, na modalidade de Energia de Reserva (LER) – Fonte Eólica, em consórcio formado pela Chesf, com 49%, e Martifer Renováveis Geração de Energia e Participações, com 51%, para a implantação da Central Geradora Eólica Mar e Terra, tendo sido negociados 8 MW médios, com potência instalada de 23,1 MW, situada no Município de Areia Branca(RN). Contratos de compra e venda com vigência de 20 anos e com início de suprimento a partir de 1º de julho de 2012.

VI. Artemis Transmissora de Energia - Sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago - Ivaiporã e Ivaiporã - Cascavel D'Oeste, onde a controlada Eletrosul participa com 49% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.

VII. Uirapuru Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico, constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção de 120 Km de linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 49% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51%. A linha de transmissão entrou em operação em 2006.

VIII. ETAU - Empresa Transmissora do Alto Uruguai - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 187 Km de linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 27,4% das ações do capital social da ETAU, ficando as empresas Terna Participações S.A. com 52,6%, DME Energética Ltda com 10% e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com 10%. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

IX. Energia Sustentável do Brasil - Sociedade de Propósito Específico que tem por objetivo a exploração da concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, (RO), com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013. O Sistema Eletrobras possui participação de 40% do capital da empresa (Chesf - 20% e Eletrosul 20%) juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%) e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (9,9%). O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos.

X. Norte Brasil Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a construção, implantação e operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara, trecho 02, em Corrente Contínua, em cerca de 600 KV, com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui participação de 49% das ações do capital social (Eletrosul possui 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

XI. Estação Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Estação Refritadora nº 1 corrente alternada/corrente contínua, e Estação Inversora nº1 corrente contínua/corrente alternada, 600/500 KV – 2950 MW com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Eletrosul 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações com 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

XII. Porto Velho Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO), Subestação Coletora Porto Velho (RO), em 500/230 KV, e duas estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back, em 400 MW, bem como demais instalações, com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Eletrosul 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações com 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

XIII. Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) - Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) - Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em agosto de 2005. A Eletronorte participa com 49% do capital social da AETE.

XIV. Intesa - Integração Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da Intesa distribui-se em: o Sistema Eletrobras com 49% (Chesf - 12% e Eletronorte - 37%) e Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia - FIP, com 51%. O início da operação comercial da Intesa teve início em 2008.

XV. Energética Águas da Pedra - Sociedade de Propósito Específico que tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos. O Sistema Eletrobras participa com 49% (Chesf – 24,50% e Eletronorte – 24,50%) juntamente com a Neoenergia S.A. que detem 51%. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, com prazo de concessão de 35 anos.

XVI. Amapari Energia – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 em parceria entre a MPX Energia S.A. e Eletronorte, que tem por objeto estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23,33 MW. Trata-se de uma usina termelétrica (UTE) a óleo diesel, no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá. A participação da Eletronorte é de 49% e da MPX Energia é de 51%.

XVII. Brasnorte Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico criada em 2007, com o objetivo de explorar a concessão de Linha de Transmissão Juba – Jauru, 230 kV, com 129 Km de extensão; Linha de Transmissão Maggi – Nova Mutum, 230 kV, com 273 Km de extensão; Subestação Juba, 230/138 kV e Subestação Maggi, 230/138 kV. A participação da Eletronorte no capital social da referida Sociedade é de 49,71%, Terna Participações S/A 38,70% e Bimetal Ind. E Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA é de 11,62%.

XVIII. Manaus Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, criada em 2008 pelo Consórcio Amazônia, com participação de 30% da Eletronorte, Abengoa Concessões Brasil Holding com 50,50% e a Chesf com 19,50%, com a finalidade de construção, operação e manutenção das instalações das Linhas de Transmissão Oriximiná (PA)/Itacoatiara(AM), circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara(AM)/Cariri(AM), circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA.

XIX. Enerpeixe - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, sendo a participação de Furnas de 40% do capital social da referida sociedade, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

XX. Transleste – Sociedade de Propósito Específico criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) - Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada Furnas na sociedade corresponde a 24% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

XXI. Transudeste - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 25% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.

XXII. Transirapé - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) - Araçuaí (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 24,5% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em maio de 2007.

XXIII. Chapecoense - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Chapecoense Geração S.A., que tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de Furnas é de 49,9% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 855 MW, que será operada pelo consórcio Chapecoense composto pela CPFL (51%), Chapecoense, (40%), e CEEE-GT (9%), cabendo à Furnas o desempenho das atividades de engenharia do proprietário, na forma de serviço. A entrada em operação da primeira máquina está prevista para agosto de 2010.

XXIV. Serra do Facão – Sociedade de Propósito Específico constituída com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, no Estado de Goiás. A participação acionária de Furnas no consórcio, é de 100%. A entrada em operação comercial da primeira máquina está prevista para maio de 2010.

XXV. Retiro Baixo – Sociedade de Propósito Específico, denominada Retiro Baixo Energética S.A., criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no Rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu. A participação de FURNAS corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007, com entrada em operação comercial da primeira máquina em 2009.

XXVI. Baguari Energia – É uma Sociedade de Propósito Específico, constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para 2009. A participação de Furnas corresponde a 30,61% do capital social e o saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 está integralmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

XXVII. Centroeste de Minas - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Furnas (MG) - Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 49% do capital social.

XXVIII. Consórcio MESA – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 com o objetivo de construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, (RO). O capital social do Consórcio MESA tem participação de Furnas (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%).

XXIX. IE Madeira – Sociedade de Propósito Específico criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional, LT Coletora Porto Velho – Araraquara, trecho 01, em CC, 600 KV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 KV/+ 600 KV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA, 600 KV/5020KV – 2.950. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Furnas 24,5% e Chesf 24,5%) e a CTEEP 31%.

XXX. IGESA – Sociedade de Propósito Específico criada em 2008, que tem por objetivo os estudos de viabilidade técnico-econômica, ambiental e jurídico, implantação e exploração do aproveitamento hidroelétrico Inambari (Peru), no rio Inambari e do sistema de Transmissão de Uso Exclusivo, interligando o Peru ao Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Furnas 19,6% e Eletrobras 29,4%) a empresa encontra-se em fase de pré-operacional.

XXXI. Transenergia – Sociedade de Propósito Específico criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C, do Leilão nº 008/2008-ANEEL. A participação de Furnas na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social.

XXXII. Eletronet – as controladas Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul (empresas cedentes) identificaram a necessidade de associação com a iniciativa privada e, também, com uma empresa do Sistema Eletrobras – Eletropar, que intermediasse e, conseqüentemente, atuasse como preposta, em seus nomes e sob a orientação das mesmas, objetivando seus interesses negociais pelo uso de suas infra-estruturas de transmissão, perante o sócio privado.

A Eletropar participa minoritariamente com 49% do capital social da Eletronet S.A. - Eletronet e atua como preposta dos interesses das empresas cedentes de energia elétrica controladas pela Eletrobras junto à Eletronet, cabendo a ela repassar os rendimentos do negócio às referidas empresas cedentes, sendo remunerada a título de administração e ressarcimento de suas despesas por conta desse empreendimento.

A Eletropar, a partir de 20 de setembro de 2002, assumiu a administração da Eletronet, em razão do inadimplemento do acionista majoritário - AES Bandeirante Empreendimentos Ltda. em aportar à correção monetária da quarta parcela do capital social.

O Conselho de Administração da Eletronet, em 2003, decidiu pela confissão da falência da empresa, em razão de terem sido esgotadas todas as possibilidades de manutenção de sua continuidade, eis que nenhum posicionamento concreto indicava uma solução definitiva.

Na Assembléia Geral Extraordinária da Eletronet, em abril de 2003 foi aprovada a confissão de falência da Companhia com pedido liminar de continuação do negócio e autorizados os administradores a tomarem as medidas judiciais cabíveis.

Em maio de 2003, a Eletronet, requereu ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a declaração de sua falência com pedido liminar de continuação de negócio, tendo a 5ª Vara Empresarial decretado a falência na forma requerida. Nesta condição, a Eletronet continuou com suas operações sob a administração do Poder Judiciário.

Em junho de 2006, a Eletropar e a Massa Falida receberam Notificação Extrajudicial das empresas cedentes, rescindindo unilateralmente o Contrato firmado com a Eletropar em 1999, e seus respectivos Termos Aditivos, que estabeleciam as condições que permitiam a esta transferir à Eletronet o direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura, bem como de ser reembolsada de 50% dos custos incorridos na administração dessa estrutura. Ressalta-se, entretanto, que esta rescisão não compromete o recebimento dos créditos correspondentes aos reembolsos devidos e cobrados até 31 de dezembro de 2006.

As empresas cedentes, baseadas em previsões contratuais, pleitearam, dentre outras: a) a imissão na posse dos bens que compõem a infra-estrutura implantada para prestação de serviços de telecomunicações; b) o exercício do direito a reivindicar os cabos ópticos; e c) a determinação, para fins de manutenção de serviço essencial ao sistema integrado nacional de transmissão de energia elétrica, bem como a não-interrupção nos serviços prestados pelos empregados da Eletronet.

Na mesma data, as empresas cedentes protocolaram, perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, petição requerendo decisão em caráter liminar sobre o assunto, a qual foi concedida, em 14 de janeiro de 2008, em caráter definitivo, pendente apenas, para sua efetivação, a disponibilização, na conta-corrente da Massa Falida, da quantia de R\$ 380.000 mil, apurada pericialmente. Em face desta decisão, ingressaram com recurso de agravo de instrumento as empresas cedentes, a LT Bandeirantes Empreendimentos Ltda. (sucessora da AES Bandeirantes Empreendimentos Ltda. e sócia da Eletropar na Eletronet) e a Massa Falida.

Releva salientar a existência de manifestação da 5ª Promotoria de Massas Falidas, datada de 09 de maio de 2007, a fl. 4.781 dos autos da falência, que declara não haver na falência deferida qualquer indício de crime falimentar, pelo que, além da prescrição da pretensão punitiva, ocorrida em 15 de maio de 2007, tornou-se desnecessária a instauração de inquérito judicial.

II) Avais Concedidos A Partes Relacionadas

O total dos avais concedidos pela Companhia em favor das sociedades controladas e exposto conforme abaixo:

		CONTROLADORA	
		31/12/2009	31/12/2008
Eletrosul/Chesf	UHE Jirau	7.273.395	-
Eletrosul	UHE Mauá	364.834	-
Eletrosul	UHE Passo de São João	183.330	183.330
Furnas/Eletronorte	UHE Santo Antonio	6.638.593	-
Furnas	UHE Simplício	1.034.410	1.034.410
Eletronorte	Subestação Miranda II	47.531	-
CGTEE	Operações CCEE	12.500	-
		15.554.593	1.217.740

III - O Conselho de administração da Eletrobras aprovou em outubro a participação da Companhia na Centrais Hidroelétricas de Centroamérica- CHC, com o objetivo de elaborar e desenvolver os estudos de viabilidade e projeto básico da UHE TUMARIN, na Nicarágua.

Tal operação está condicionada à conclusão de determinação do valor dos direitos e obrigações a serem utilizados pela Construtora Queiroz Galvão para a integralização de suas ações e à aceitação, pela Construtora Queiroz Galvão e pela CHC, do resultado do valor estabelecido. Na hipótese do valor aferido ser inferior àquele informado pela Construtora Queiroz Galvão, a diferença a ser aportada para integralização das ações por esta última deverá ser realizado em dinheiro.

A Eletrobras terá a participação de 50% no capital da CHC.

NOTA 17 – IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV e IV-A, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculado ao final da respectiva concessão, e são constituídos dos seguintes elementos:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Participação da União	933.628	744.613
Amortização	375.395	82.416
Contribuições de consumidores	65.607	62.672
Doações e subvenções - investimentos	213.519	291.079
Outras	180.562	168.469
	<u>1.768.711</u>	<u>1.349.249</u>

a) Participação da União - Refere-se aos recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - Provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Contribuições de consumidores - Referem-se aos recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

d) Doações e subvenções - Doações, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador, e subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

I) Prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica de Samuel – UHE Samuel

O Decreto nº 83.975, de 14 de setembro de 1979, outorgou a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte a concessão para aproveitamento da energia elétrica hidráulica de um trecho do Rio Jamari, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com prazo de 30 anos, cujo término ocorreu em setembro de 2009.

Em 18 de julho de 2006, a Eletronorte encaminhou à ANEEL pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Samuel e da seqüente assinatura do contrato de concessão.

Em 11 de março de 2010 a concessão da UHE Samuel foi prorrogada por mais vinte anos. Tal prorrogação ainda depende de assinatura do contrato de concessão entre a Eletronorte e a ANEEL.

II) Valor recuperável de ativos de Longa Duração

A administração da Companhia e de suas controladas, avaliou em 31 de dezembro de 2009, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena, em consonância ao Pronunciamento CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos tomando por base os segmentos de negócio de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

No exercício de 2008 a companhia registrou montante de R\$ 770.231 como provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Este montante é representado, substancialmente, pela provisão realizada na UHE Samuel em virtude da mesma estar com o prazo de concessão vencido. Conforme detalhado acima, a ANEEL prorrogou por mais 20 anos a concessão da UHE Samuel. A renovação criou condição para que a controlada Eletronorte revertesse em 2009 a provisão constituída no exercício anterior.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

Estão registrados os gastos específicos com a formação ou aquisição de direitos, inclusive sobre softwares, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando cabível e amortizados pelo método linear.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Em serviço	61.114	61.114	518.137	357.822
(-) Reintegração	(9.260)	(7.408)	(132.830)	(78.388)
Em curso	-	-	141.457	96.377
	<u>51.854</u>	<u>53.706</u>	<u>526.764</u>	<u>375.811</u>

NOTA 19 - FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de Itaipu Binacional (vide Nota 8, item II), e tem a seguinte composição:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	100.544	206.241	1.672.582	1.170.045
Energia Comprada para Revenda	1.409.363	1.445.709	1.778.466	1.379.546
CCEE - Energia de curto prazo	-	24.121	20.686	44.976
	<u>1.509.907</u>	<u>1.676.071</u>	<u>3.471.734</u>	<u>2.594.567</u>

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	39.292	37.778
PROINFA	24.108	15.381	24.108	15.381
	<u>24.108</u>	<u>15.381</u>	<u>63.400</u>	<u>53.159</u>
NÃO CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	978.980	1.018.488
	<u>24.108</u>	<u>15.381</u>	<u>1.042.380</u>	<u>1.071.647</u>

I - ALBRÁS

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra.

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Adiantamentos Recebidos		
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000
Amortizações	(181.728)	(143.734)
Total do passivo	<u>1.018.272</u>	<u>1.056.266</u>

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Eletrobras a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Eletrobras o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobras, está apresentado no Anexo V (vide Nota 43).

I – Fundo de investimentos em direitos Creditórios – FIDC:

As Demonstrações Contábeis, nos termos da Instrução CVM 408/2004, dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos a pagar de curto e longo prazo, cujo saldo total em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 71.671 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 311.907), vide Anexo V.

II - Contratos obtidos pela Eletrobras:

A Eletrobras possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, KFW e EXIMBANK, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo;

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Eletrobras possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos;

A Eletrobras concluiu em 2009 uma operação de emissão de bônus, no valor de US\$ 1,000,000 no mercado internacional de capitais.

Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento em 30 de julho de 2019, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 6,875% a.a., possibilitando um "yield", para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento, de 7,0% a.a. O preço de emissão foi de 99,112% do valor de face, cujo 60% das ofertas foram originadas dos Estados Unidos, 30% na Europa e 10% na Ásia.

Os recursos obtidos nesta operação junto ao mercado internacional compõem o fundo de financiamento às controladas, visando assegurar o cumprimento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

Não há no passivo da Eletrobras contratos com cláusulas de índices financeiros.

Estão sendo desenvolvidas negociações com outras entidades multi-laterais, tais como Banco Europeu de Investimentos e Agência Francesa de Desenvolvimento, com vistas à obtenção de novas linhas de financiamento.

NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2009, a R\$ 140.299 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 215.071), dos quais R\$ 127.358 no não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 129.866).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962. A esses títulos, portanto, não se aplicam os dispositivos da Lei 6.404/1976 nem da Lei 6.385/1976.

A Comissão de Valores Mobiliários, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (vide Nota 27) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	12.941	85.205
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	127.358	129.866
	<u>140.299</u>	<u>215.071</u>

NOTA 23 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

Fundo criado pelo Governo Federal para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (vide Nota 4, item I.k).

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

Contudo, a Eletrobras toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V - iluminação pública eficiente;

VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R\$ 7.656.946 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 7.193.770).

NOTA 24 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada de uso restrito, e às quotas não quitadas pelos concessionários.

NOTA 25 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Imposto de Renda				
Passivo circulante	160.845	928.955	343.945	1.041.225
Passivo não circulante	-	694.031	128.830	1.187.824
Contribuição Social	-	-	-	-
Passivo circulante	59.748	343.291	119.216	417.942
Passivo não circulante	-	249.851	46.379	428.870
PASEP e COFINS	-	-	-	-
Passivo circulante	801	69.366	104.957	186.139
Passivo não circulante	-	-	29.995	38.639
ICMS	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	83.570	93.940
Passivo não circulante	-	-	21.053	45.764
PAES	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	133.405	129.140
Passivo não circulante	-	-	883.458	958.697
OUTROS				
Passivo circulante	15.166	22.242	340.558	207.340
Passivo não circulante	-	-	45.695	53.870
Total	<u>236.560</u>	<u>2.307.736</u>	<u>2.281.062</u>	<u>4.789.390</u>
Passivo circulante	<u>236.560</u>	<u>1.363.854</u>	<u>1.125.652</u>	<u>2.075.726</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>943.882</u>	<u>1.155.410</u>	<u>2.713.664</u>

a) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infra-estrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, os incentivos fiscais acima mencionados totalizaram R\$ 163.153 (R\$ 343.251, em 31 de dezembro de 2008), com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL apresentados nos exercício de 2009, e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	31/12/2009		31/12/2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	<u>(1.069.028)</u>	<u>(1.069.028)</u>	<u>8.481.396</u>	<u>8.481.396</u>

Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(267.257)	(96.213)	2.120.349	763.326
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(25.967)	(9.348)	(22.161)	(7.978)
Equivalência patrimonial	(551.488)	(218.229)	(57.028)	(20.530)
Provisão de JCP	(185.377)	(66.736)	(428.814)	(154.373)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	264.162	95.098	71.985	25.915
Demais adições (exclusões)	(166.566)	(38.633)	16.428	14.780
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(932.493)</u>	<u>(334.061)</u>	<u>1.700.759</u>	<u>621.140</u>

Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Ceal optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES, em 31 de dezembro de 2009, está assim discriminado:

	CONSOLIDADO
Saldo PAES em 31 de dezembro de 2008	<u>1.087.837</u>
Atualização monetária	123.315
Redução de acréscimos moratórios-Lei 11.941/2009	(9.713)
Crédito Tributário-Utilização de prejuízo fiscal-Lei 11.941/2009	(10.003)
Pagamentos efetuados	<u>(174.573)</u>
Saldo PAES em 31 de março de 2009	<u>1.016.863</u>

NOTA 26 – TAXAS REGULAMENTARES

	CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR	138.102	99.039
CCC/CDE	21.384	33.112
Compensação financeira - recursos hídricos	405.436	536.133
Taxa de fiscalização ANEEL	7.010	11.965
PROINFA	16.941	27.427
Outros	<u>7.595</u>	<u>609</u>
	<u>596.468</u>	<u>708.285</u>

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

I - O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

	CONTROLADORA	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	170.526	6.136.497
Reserva legal	(8.526)	(306.825)
Lucro líquido ajustado	<u>161.990</u>	<u>5.829.672</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>40.500</u>	<u>1.457.418</u>
Remuneração proposta aos acionistas na forma de JCP		
Ações ordinárias	370.755	1.343.855
Ações preferenciais da classe A	319	319
Ações preferenciais da classe B	<u>370.435</u>	<u>371.080</u>
	<u>741.509</u>	<u>1.715.254</u>

Em 2009 a Eletrobras registrou como remuneração integral aos acionistas, juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R\$ 741.509, imputados aos dividendos daquele exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação foi a que segue:

Remuneração por ação - expressa em Reais			
		31/12/2009	31/12/2008
Ações ordinárias	1,7735% do capital (2008 -6,4283%)	0,41	1,48
Ações preferenciais "A"	9,4118% do capital (2008 - 9,4118%)	2,17	2,17
Ações preferenciais "B"	7,0588% do capital (2008 - 7,0588%)	1,63	1,63

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2009 correspondente a 457,72% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/1976 (2008 – 29,41%) será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

A atualização incide a partir de 1º de janeiro de 2010 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária, que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incide IRRF, nos termos da legislação vigente.

Em atendimento a Deliberação CVM 207/1996, a Eletrobras, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, entretanto, na Demonstração do Resultado do Exercício, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido, mas, tão somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas "Contribuição Social sobre o Lucro Líquido" e "Imposto de Renda".

Em cumprimento ao deliberado na 49ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2009, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2008, na forma de JCP, teve início em 20 de maio de 2009, sendo efetuado conforme abaixo:

Tipo/Classe	Em Reais / por ações	
	Valor bruto (Em 31/12/2008)	Valor bruto atualizado (Em 20/05/2009)
Ações Ordinárias	1,484883734	1,548692924
Ações Preferenciais A	2,174044375	2,267468532
Ações Preferenciais B	1,633372107	1,703562217

II - O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010.

Com base nessa decisão e na posição de caixa apresentada em 2009, o montante de R\$ 10.263.438 relativo a dividendos não distribuídos nos exercícios de 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1989, 1996 e 1998 até então mantidos em patrimônio líquido, foi reclassificado para o exigível circulante, no montante de R\$2.565.859, para pagamento em 2010, e para o exigível não circulante, no montante de R\$ 7.697.579, relativo às parcelas a serem pagas de 2011 a 2013.

Farão jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integrarem o quadro de Acionistas da Eletrobras no dia 29 de janeiro de 2010.

Ainda, segundo o Estatuto da Eletrobras, os referidos créditos continuarão a ser remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre esta remuneração, retenção de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação vigente.

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 219.153 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 154.401) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2006, 2007 e 2008. A remuneração relativa ao exercício de 2005, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 28 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	68.720	62.231	287.646	362.601
Obrigação de Ressarcimento	-	-	1.033.265	2.450.772
Outros	7.316	10.005	23.660	40.828
	<u>76.036</u>	<u>72.236</u>	<u>1.344.571</u>	<u>2.854.201</u>

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

1. Da Controladora

1.1 - Programa Previdenciário

A Companhia possui programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia entre outras, nos termos da legislação brasileira.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM 371/2000, procedendo à avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente seguem os padrões recomendados pela CVM e pelo IBRACON e podem diferir daquelas adotadas pela administração do programa, as quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

As contribuições anuais e regulares são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, R\$ 59.425 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 19.968).

Em 31 de dezembro de 2009, o valor presente das obrigações da Companhia, segundo a Deliberação CVM 371/2000, para com o programa previdenciário era de R\$ 2.250.502. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da Eletros, na mesma data, montavam R\$ 2.181.879, revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 68.623.

A Deliberação CVM 371/2000 permite à Companhia o reconhecimento apenas da parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda a 10% do total da Obrigação Atuarial ou do total dos Ativos Garantidores (deles o maior). O excesso deve ser reconhecido em prazo dado pelo tempo médio de serviço que ainda resta a ser prestado à Companhia pelos beneficiários, até a aposentadoria, que em 31 de dezembro de 2008 é de 8,6 anos.

A companhia, no entanto, optou por não adotar o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuarias e, pelo método do corredor, por consequência, tem registrado como provisão para aposentadoria o montante de R\$ 68.623.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes ao programa previdenciário da Companhia, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM 371/2000, na data-base de 31 de dezembro de 2009:

DADOS DA POPULAÇÃO		31/12/2009		
DADOS CADASTRAIS	Plano BD	Plano CD	Total	
Participantes ativos				
Ativos quantidade	448	1.310	1.758	
Idade Média	50,8	43,6	45,4	
Serviço Creditado (total)	20,5	13,9	15,6	
Tempo para Aposentadoria (anos)	7,7	15,9	13,8	
Salário Médio - em R\$	7.043,08	8.772,21	8.331,57	
Participantes aposentados				
Participantes quantidade	1.307	89	1.396	
Idade Média	66,6	58,3	66,1	
Benefício Médio - em R\$	6.869,82	4.978,52	6.749,24	
Participantes pensionistas				
Pensionistas quantidade	317	5	322	
Idade Média	64,4	31,2	63,9	
Benefício Médio - em R\$	3.853,46	1.606,22	3.818,56	
População Total - quantidade	2.072	1.404	3.476	

DADOS DA POPULAÇÃO		31/12/2008		
DADOS CADASTRAIS	Plano BD	Plano CD	Total	
Participantes ativos				
Ativos quantidade	551	1.007	1.558	
Idade Média	49,0	43,3	45,3	
Serviço Creditado (total)	20,2	-	20,2	
Tempo para Aposentadoria (anos)	8,6	14,0	12,1	
Salário Médio - em R\$	6.963,54	8.092,15	7.693,01	
Participantes aposentados				
Participantes quantidade	1.315	44	1.359	
Idade Média	65,9	57,0	65,6	
Benefício Médio - em R\$	6.082,20	4.241,75	6.022,61	
Pensionistas				
Pensionistas quantidade	304	0	304	
Idade Média	63,0	-	-	

Benefício Médio - em R\$	3.319,13	-	
População Total quantidade	2.170	1.051	3.221

ESTADO DE EQUILÍBRIO POR PLANOS			
Exercício de 2009			
	Plano BD	Plano CD (*)	Total
OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS			
No início do exercício	1.431.297	496.435	1.927.732
Custo de Serviço	7.104	18.452	25.556
Custo dos Juros	143.550	58.539	202.089
Benefícios Pagos	(206.205)	(8.444)	(214.649)
(Ganhos) e Perdas:	165.502	144.273	309.774
No fim do exercício	1.541.247	709.255	2.250.502
ATIVOS GARANTIDORES			
No início do exercício	1.549.387	496.435	2.045.822
Retorno esperado dos ativos	136.492	58.539	195.031
Contribuições e aportes	25.133	18.452	43.585
Benefícios Pagos	(206.205)	(8.444)	(214.649)
Ganhos e (Perdas)	30.366	81.724	112.090
No fim do exercício	1.535.172	646.707	2.181.879
ESTADO DE COBERTURA - No fim do Exercício	(6.074)	(62.548)	(68.623)

(*) Inclui direitos de benefícios saldados transferidos nas migrações do Plano BD, assim como o custo do tempo do serviço anterior creditado e ainda não amortizado.

ESTADO DE EQUILÍBRIO POR PLANOS-			
(Exercício de 2008)			
	Plano BD	Plano CD	Total
OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS			
No início do exercício	1.401.106	92.267	1.493.373
Custo de Serviço	5.647		5.647
Custo dos Juros	122.600		122.600
Benefícios Pagos	(119.817)	(4.392)	(124.209)
(Ganhos) e Perdas:	21.760		21.760
Acréscimo/Transferência de quotas		408.560	408.560
No fim do exercício	1.431.297	496.435	1.927.732
ATIVOS GARANTIDORES			
No início do exercício	1.496.027	94.509	1.590.536
Retorno esperado dos ativos	160.972		160.972
Contribuições e aportes	8.487	13.322	21.809
Benefícios Pagos	(119.817)	(4.392)	(124.209)
Ganhos e (Perdas)	3.718		3.718.097
Acréscimo/Transferência de quotas		392.996	392.996
No fim do exercício	1.549.387	496.435	2.045.822
ESTADO DE COBERTURA - No fim do Exercício	118.090	-	118.090

CUSTO PERIÓDICO DO PLANO			
(projecção para o exercício de 2010)			
	Plano BD	Plano CD	Total
Custo do Serviço	7.252	11.727	18.979
Custo dos Juros	144.544	47.291	191.836
Retorno esperado nos ativos	(119.775)	(68.512)	(188.287)
Contribuições de Participantes	(9.573)	(370)	(9.943)
Amortizações	26.646	-	26.646
Total do Custo de Curto Prazo	49.094	(9.863)	39.231

1.2 - Outros Programas de Benefícios

Seguro de Vida em Grupo

A Companhia subsidia 80% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado, para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência inter geracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 a obrigação está avaliada em R\$ 26.712 .

2 – CONSOLIDADO

2.1 – Programa Previdenciário

As empresas do Sistema Eletrobras são patrocinadoras de outras entidades específicas de previdência privada que tem, de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

Patrocinadora	Patrocinada
Furnas	Real Grandeza
Chesf	Fachesf
Eletrosul	Elos
Eletronorte, Amazonas Energia e Boa Vista	Previnorte
Eletronuclear	Nucleas E Real Grandeza
Itaipu	Fibra (Brasil) e Cajubi (Paraguai)
CGTEE	Eletroceee
Ceal	Faceal
Cepisa	Facepi

Foram utilizadas premissas atuariais mínimas observadas nas avaliações das empresas controladas. Aquelas controladas que já adotaram premissas mais avançadas não as alteraram, vide quadro abaixo:

	TÁBUAS BIOMÉTRICAS				TAXA DE TURN OVER	TAXA DE JUROS ATUARIAL	TAXA DE DESCONTO	EVOLUÇÃO SALARIAL	FATOR DE CAPACIDADE
	TIPOS DE PLANOS	MORTALIDADE GERAL	ENTRADA EM INVALIDEZ	MORTALIDADE INVÁLIDOS					
Eletrobras	BD e CD	AT 2000	Light Fraca	AT 83	nula	5,5%aa	10,25%	2,0% aa	98,00%
Amazonas Energia	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Boa Vista Energia	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Ceal	BD	AT 2000	Light Fraca	AT 83	nula	5%aa	9,73%	2,0% aa	98,00%
Cepisa	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
CGTEE	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Chesf	BD e CD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Eletronorte	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Eletronuclear	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Eletrosul	BD	AT 2000	Light Fraca	AT 83	nula	5%aa	9,73%	2,0% aa	98,00%
Furnas	BD e CD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6%aa	10,77%	2,0% aa	98,00%

DADOS POPULACIONAIS

	QUANT ATIVOS	QUANT INATIVOS	IDADE MÉDIA ATIVOS	IDADE MÉDIA INATIVOS	TEMPO MÉDIO P/ APOSENT	SALÁRIO MÉDIO (R\$)	BENEFÍCIO MÉDIO - APOS (R\$)	BENEFÍCIO MÉDIO - PENS (R\$)
Eletrobras	1.758	1.718	45,4	66,1	13,8	8.331,57	6.749,24	3.818,56
Amazonas Energia	41	19	51,1	53,2	7,3	6.182,14	1.650,13	740,46
Boa Vista Energia	13	4	46,2	58,0	12,8	6.304,63	1.412,01	-
Ceal	41	499	47,8	65,5	14,4	2.670,34	1.230,14	475,26
Cepisa	941	599	53,8	65,8	5,0	3.081,04	1.284,01	528,61
CGTEE	326	168	50,2	59,5	10,2	6.086,65	2.216,35	1.182,95
Chesf	8.027	7.302	50,2	66,2	8,6	6.327,82	2.591,97	1.028,14
Eletronorte	83	702	54,5	67,8	4,8	14.101,51	2.809,02	1.316,74
Eletronuclear	2.136	539	46,2	60,7	12,9	6.978,59	4.058,86	2.060,57
Eletrosul	1.430	502	43,5	57,8	17,2	7.230,98	4.334,96	1.923,34
Furnas	4.727	6.376	47,8	64,0	11,6	8.297,24	4.535,14	1.288,14

As contribuições anuais e regulares são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, R\$ 250.114 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 299.448).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Contábeis, e atinge o montante de R\$ 2.423.485, estando apresentadas no passivo circulante a parcela de R\$ 423.087 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 502.699) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 2.000.398 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.567.002), sob o título Previdência Complementar.

A companhia e suas controladas, determinam o passivo ou o ativo atuarial a ser contabilizado conforme demonstrado a seguir:

- Obter o valor justo dos ativos do plano na data do balanço;
- Deduzir o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço;
- Deduzir os ganhos ou adicionar as perdas atuariais ainda não contabilizados, conforme as regras previstas neste pronunciamento; e
- Adicionar a parcela do custo do serviço passado ainda não contabilizada, conforme as regras previstas neste pronunciamento.

Nos termos do parágrafo 49, caso o valor obtido seja um passivo, seu resultado deverá ser registrado integralmente. Contudo, Caso o valor resultante do cálculo previsto acima for um ativo, este somente será contabilizado na patrocinadora se for claramente evidenciado que aquele ativo poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Em 31 de dezembro de 2008, as controladas Furnas e Eletronuclear mantinham registrado o montante de R\$ 1.057.754, apresentado no ativo. Durante o exercício de 2009, foram efetuadas alterações na administração da Fundação Real Grandeza, conforme previsto em seu regulamento, visando estabelecer as ações necessárias para viabilizar uma nova gestão entre as patrocinadoras e o Fundo, pelo que foi estabelecido o Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza.

As ações seguem ao estabelecido pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 26/2008, no que se refere às formas de revisão dos planos de benefícios.

Adicionalmente consta, também, a dotação de recursos para o plano de saúde dos funcionários das patrocinadoras, visando manter o seu equilíbrio econômico-financeiro-atuarial.

Diante da incerteza sobre o resultado que possa advir das mudanças de cenário inseridas pelo "Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza", As controladas Furnas e Eletronuclear decidiram reverter o montante provisionado à título de "Ativo Atuarial" até que os efeitos das futuras avaliações econômico-atuariais possam ser mensuráveis em suas demonstrações contábeis, o que ocorrerá quando encerrados todos os estudos previstos e alocados pelas administrações das patrocinadoras e da Real Grandeza.

A controlada Chesf possui passivo atuarial registrado nos termos da Deliberação CVM 371/2000, o qual encontra-se a menor em comparação ao contrato de confissão de dívida assinado com a Fachesf, em R\$ 174.887 (R\$ 428.000, em 31 de dezembro de 2008).

O contrato assinado entre as partes prevê cláusula de ajuste anual relacionada ao valor da dívida em consonância com os valores determinados por meio de cálculos atuariais, mediante aditamentos contratuais de modo a refletir a compatibilidade com os dados atuariais, pelo que a diferença apresentada entre o passivo atuarial e a confissão de dívida será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano, por intermédio de ajustes contratuais previstos, especificando o montante variável a ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fachesf.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita à alterações, quando da revisão atuarial realizada anualmente.

2.2 – Outros Programas de Benefícios - Seguro de Vida em Grupo

As controladas Chesf, Eletronorte, Eletronuclear e Furnas subsidiam parte dos prêmios decorrentes de apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela empresa. Esse montante é avaliado atuarialmente e por conseqüência, a companhia mantém registrado o montante de R\$ 316.124.

NOTA 30 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

De acordo com a Instrução CVM 247/1996, o reconhecimento de perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, que apresentem sinais de necessidade de apoio financeiro da investidora, ou possibilidade de paralisação de seus negócios, devem ser limitadas até o valor do investimento registrado na empresa controladora e, caso exista, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) absorvidos e reconhecidos pela investidora e registrados em conta específica de passivo em contrapartida da despesa do exercício.

A controlada Cepisa apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 65.829, e sinais de necessidade de apoio financeiro da Eletrobras, havendo intenção da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida, pelo que, a controladora mantém provisão para cobertura desse passivo a descoberto no valor de R\$ 53.660 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 353.921).

NOTA 31 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	115.271	505.743
Tributárias	-	-	27.178	169.853
Cíveis	-	-	36.227	978.706
(-) Depósitos judiciais	-	-	(57.150)	(172.593)
	-	-	121.526	1.481.709

NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	6.130	88.574	852.867	461.831
Tributárias	-	-	122.880	60.147
Cíveis	1.311.445	1.328.244	2.622.737	1.899.297
(-) Depósitos judiciais	(489.890)	(407.304)	(1.296.468)	(725.719)
	<u>827.685</u>	<u>1.009.514</u>	<u>2.302.016</u>	<u>1.695.556</u>

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A administração da Companhia, de acordo com a Deliberação CVM 489/2005, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2007	1.037.192	2.977.143
Constituição de provisões	71.502	682.870
Reversão de provisões	-	(311.265)
Pagamentos	-	(42.240)
Atualização monetária	-	24.592
Depósitos judiciais	(99.180)	(168.997)
Levantamento de depósitos judiciais	-	15.162
Saldo em 31.12.2008	<u>1.009.514</u>	<u>3.177.265</u>
Constituição de provisões	(82.444)	447.563
Reversão de provisões	(16.799)	(474.149)
Pagamentos	-	(240.189)
Atualização monetária	-	(55.023)
Depósitos judiciais	(82.586)	(531.418)
Levantamento de depósitos judiciais	-	99.494
Saldo em 31.12.2009	<u>827.685</u>	<u>2.423.543</u>

1 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas que se encontram registradas:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.311.445 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.328.244), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na Legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnaram a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente cerca de 4.000 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1ª e 2ª conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão foram revistas levando-se em consideração os impactos dos aspectos jurídicos e metodológicos, decorrentes da decisão judicial. Dessa forma a administração da companhia reconhece uma provisão no montante de R\$ 1.311.445, correspondente a 100% do montante das perdas esperadas.

1.1.2 - Em empresas controladas

Na controlada Chesf:

a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 , em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31 de março de 2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30 de junho de 2005 os referidos recursos se encontravam *sub judice* nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31 de março de 2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro de 1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245.000, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24 de junho de 2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as rés apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30 de setembro de 2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 387.901 , para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31 de março de 2009, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30 de setembro de 2008, encontrava-se *sub judice* no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se o julgamento do referido agravo o que, posteriormente, foi julgado para fixar a competência da justiça estadual para apreciar o feito. Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença fixando o valor da condenação em R\$ 842.469 havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo. Em 30 de setembro de 2009, esses embargos aguardavam julgamento.

Em 17 de dezembro de 2009 a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu início ao julgamento dos Recursos Especiais interpostos pelas partes e pela União; iniciado o julgamento do primeiro RESP de iniciativa da União, considerado prejudicial com relação aos demais, o Ministro Hermann Benjamim pediu vista dos autos para melhor análise da matéria. Assim, em 31 de dezembro de 2009 o julgamento dos RESP pertinentes ao litígio “Fator K” se encontrava suspenso.

Na esfera estadual, o processo de liquidação da sentença foi julgado extinto pelo juiz titular da 12ª Vara da Comarca do Recife, por considerar que a matéria ainda se encontrava *sub judice* no TJJ; contra essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco; no TJJ instalou-se um conflito negativo de competência entre dois desembargadores, cabendo agora ao colegiado dirimir a questão.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

b) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31 de março de 2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal por incompetência absoluta do Juiz. Significa dizer que todos os atos decisórios estão nulos, devendo ser iniciado novo processo, desta feita na Justiça Federal. Em 30 de setembro de 2009 a Chesf não tinha sido notificada sob redistribuição dos autos. Em 31 de dezembro de 2009, aguardava-se julgamento da Apelação

1.1.2.2 - Na Controlada CGTEE:

a) Contingências cíveis referentes principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores cuja perda é provável estimada pela assessoria jurídica da Companhia para a qual é provisão de R\$ 3.692, em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 270).

b) A controlada foi acionada pela CEEE-D para cobrança de valores decorrentes a transferência da CGTEE para Eletrobras, efetuada em decorrência da cisão da CEEE. Este processo tem um valor de R\$ 3.650 e segundo análise da Assessoria Jurídica a probabilidade de perda pela Companhia foi considerada como provável a partir do terceiro trimestre de 2009, devido a mudanças no andamento do referido processo.

1.1.2.3 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R\$ 518.511.

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Na Controladora:

A companhia mantém provisão no valor de R\$ 6.130 para fazer face a eventuais perdas em diversos processos trabalhistas, cuja probabilidade de risco é provável, na avaliação dos consultores jurídicos.

1.2.2 - Em empresas controladas

1.2.2.1 - Na controlada Furnas:

a) Data-base dos engenheiros

Ações trabalhistas movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação, cujo valor estimado e contabilizado é de R\$ 82.301 .

b) Periculosidade

Diversas ações judiciais, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividades sujeitas ao risco elétrico. O montante estimado para cobertura de eventuais perdas julgadas prováveis pelo consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 82.110 .

c) Complemento de aposentadoria

Montante de R\$ 61.905 referente à complementação de aposentadoria decorrentes de processos de paridade com os empregados ativos.

d) Diversas ações

Diversas ações trabalhistas, movidas contra a Empresa, para as quais são mantidas, em 31 de dezembro de 2009, provisões no montante de R\$ 162.759 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 149.776) relativa aos processos em andamento, julgados como de perda provável.

1.2.2.2 - Na controlada Chesf:

a) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso, de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7.500. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução, tendo sido pagos R\$ 3.700 a uma significativa parte dos empregados, restando uma expectativa de pagamento de R\$ 3.800. Em 31 de março de 2009 foi iniciada a execução, cujo crédito foi parcialmente embargado. Em 30 de setembro de 2009, o processo estava com o calculista da Vara para posterior julgamento dos embargos à execução visando ao ajuste do débito. Em 31 de dezembro de 2009 os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, tendo a Chesf interposto Agravo de Petição ao TRT da 5ª Região

b) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza – CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – Sindeletró, que pretende o ressarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte, decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6.000. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23 de agosto de 2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.300. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE, tendo a sentença transitado em julgado. Após a realização do depósito do valor principal, em 31 de dezembro de 2009 estavam sendo liberados para os Reclamantes os valores e recolhimento dos encargos legais.

c) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife – PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4.000. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia concluída, tendo sido apurado o valor de R\$ 3.300. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2.900, cuja diferença foi objeto de impugnação em embargos de execução. Em 31 de dezembro de 2009, aguardava-se julgamento dos Embargos à Execução opostos pela Chesf, visando ao ajuste do débito.

1.2.2.3 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas a adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R\$ 154.601.

1.2.2.4 - Na controlada CGTEE:

Os depósitos judiciais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamationários ajuizadas por empregados da antiga Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 11.479 em 31 de dezembro de 2009 (em 31 de dezembro de 2008 – R\$ 11.491) para cobrir as perdas prováveis nas quais a Companhia poderá ter participação financeira, para os quais a Companhia realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2009 (em 31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.778).

Eventuais passivos decorrentes de reclamationários trabalhistas ajuizadas por empregados da CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE-D ou CEEE-GT.

Além disso, a Companhia ofereceu para garantia em processos de execução de reclamationária trabalhistas, 18 veículos de sua frota, representando o valor contábil de R\$ 318.

1.3 - Ações judiciais tributárias

1.3.1 - Em empresas controladas

1.3.1.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

a) Em 03 de maio de 2001, a Empresa recebeu autos de infração relativos ao Finsocial, Cofins e PASEP, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 (R\$ 791.796 históricos), em decorrência de exclusões nas relativas bases de cálculo, de receitas relativas ao repasse e transporte de energia de ITAIPU, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 01 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para 5 (cinco) anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 para R\$ 241.441 não provisionados face a avaliação do risco ser possível.

b) A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 89.318, relativas ao PASEP/Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 195.187 referente a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para Furnas, segundo o entendimento de sua área jurídica.

1.3.1.2 - Na controlada Eletronorte:

a) A controlada possui algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e mantém provisão no valor de R\$ 17.811 para cobrir eventuais perdas nesses processos, julgadas como prováveis.

1.3.1.3 - Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/PASEP - COFINS) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R\$ 10.279 (em 31 de dezembro de 2008 - R\$ 8.770).

2 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível:

2.1 - Ações judiciais cíveis

2.1.1 - Em empresas controladas

2.1.1.1 - Na controlada Chesf:

a) 2 ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08 de junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31 de maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17 de outubro de 2005. Atualmente, os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolação da sentença. Em 31 de dezembro de 2009, os autos do processo permanecem conclusos para decisão.

b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100.000, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27 de junho de 2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31 de agosto de 2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30 de setembro de 2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31 de dezembro de 2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA e ADEMA-SE) já haviam sido citados. Em 12 de setembro de 2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: "Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar". Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31 de março de 2008.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, havia também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100.000 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro de 2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31 de março de 2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30 de junho de 2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo IBAMA. Em 19 de fevereiro de 2009 essa ação, que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, foi considerada processualmente conexa com outra ação de caráter semelhante que ali já era apreciada – transcrita no início -, passando ambas a tramitar conjuntamente a partir daquela data.

Em 13 de junho de 2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19 de fevereiro de 2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19 de fevereiro de 2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo. Nessa audiência, o juiz tomou conhecimento da existência de ação judicial com objetivo semelhante, que corria perante a Vara Cível da Comarca de Brejo Grande/SE e que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, sendo distribuída para sua jurisdição. Em vista disso, o juiz decidiu reconhecer a conexão processual entre as duas demandas, passando ambas, a partir daquela data, a tramitar conjuntamente. Foi, então, fixada a data de 14 de maio de 2009 para realização de nova audiência com a finalidade de se decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia. Nesta audiência, o juiz estabeleceu o prazo de 3 meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Foi fixada a data de 15/09/2009 para a realização de audiência para delimitação do objeto da perícia, devendo a Chesf apresentar, com essa finalidade, minuta de Termo de Referência. Esse documento vem sendo elaborado por técnicos da Companhia, em conjunto com seus advogados terceirizados. Em 30 de setembro de 2009 o juiz que preside o feito havia adiado a audiência prevista para o dia 15 setembro de 2009 para o dia 22 de outubro de 2009.

Nessa audiência, o juiz fixou uma nova para o dia 02 de março de 2010, com a finalidade de nomeação do perito do juízo e determinação do prazo para a realização da perícia.

Supportada por avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

2.1.1.2 - Na controlada Ceal:

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado “Plano Bresser”.

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, transitando em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

A avaliação de risco de perda é possível, dado o julgamento da limitação à data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução, uma vez que, conforme a OJ/TST (SDI I) nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

A União ingressou com objeção de pré-executividade nos autos da execução requerendo o reconhecimento da nulidade da sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió, o que faz com que seja reconhecida como inválida a sentença proferida desfavoravelmente à Ceal.

3 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda remota:

3.1 - Ações judiciais cíveis

3.1.1 - Na Controladora:

a) A Eletrobras figura como ré em uma ação movida pela Associação Brasileira dos Consumidores de Água e Energia Elétrica - ASSOBRÁEE, que tramita na 17ª Vara da Justiça Federal - DF, cujo objeto é a busca da utilização do valor de mercado da ação da Eletrobras como preço de emissão das ações emitidas para pagamento dos créditos do Empréstimo Compulsório, as quais são realizadas utilizando-se o valor patrimonial da ação. A tal causa foi atribuído, pelo autor, o valor de R\$ 2.397.003, sendo que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dessa demanda é remoto.

b) A Eletrobras também é parte em diversas outras ações judiciais cujo objeto é o resgate de Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia em decorrência do empréstimo compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 a 1976. Ditas Obrigações são inexigíveis, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932.

A administração da Companhia, então, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, conclui que a possibilidade de perda da Eletrobras nas ações que têm esse objeto é remota, pois a jurisprudência tem confirmado a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório e a consequente inexigibilidade desses títulos (vide Nota 22).

3.1.2 - Em empresas controladas

3.1.2.1 - Na controlada Chesf:

Apesar de ser considerada pelos administradores, suportados pelos consultores jurídicos da Companhia, como de *risco de perda remoto*, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo – seria de aproximadamente R\$ 7.000.000, valor não atualizado desde agosto de 1996.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “*não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica*”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 8 de março de 2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo Perito Oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente. Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A Chesf e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela Chesf, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer *jus* a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. Em 31 de dezembro de 2008, a União Federal, a Chesf e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença. O Ministério Público emitiu parecer favorável ao acolhimento da apelação da Chesf.

As apelações foram colocadas em pauta para julgamento, no dia 07 de maio de 2009, pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal, mas por falta do *quorum* necessário, esse julgamento foi adiado para o dia 14 de maio de 2009. Havendo o Desembargador Revisor pedido vista dos autos, o processo foi retirado de pauta, situação em que se encontrava em 31 de dezembro de 2009.

Em 25 de fevereiro de 2010 a 1ª Turma do TRF 5ª Região deu provimento às apelações da Chesf, da União e do Ministério Público, e negou provimento ao apelo da Mendes Júnior, havendo o correspondente acórdão sido publicado em 8 de março de 2010.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela Chesf, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são *remotos*.

NOTA 32 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 215.306 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 266.168).

NOTA 33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 26.156.567 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 26.156.567) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.132.357.090 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA						
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	470.656.241	52,00	-	712	0,00	470.656.953	41,56
BNDESPAR(*)	190.757.950	21,08	-	18.691.102	8,23	209.449.052	18,50
FND	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,03
FGHAB(**)	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI(***)	-	-	-	8.750.000	3,85	8.750.000	0,77

FGO(****)	-	-	-	5.849.700	2,57	5.849.700	0,52
Ações em	-	-	-	36.023	0,02	36.023	0,00
OUTROS	196.987.747	21,77	146.920	193.859.106	85,35	390.993.773	34,53
	<u>905.023.527</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>227.186.643</u>	<u>100,00</u>	<u>1.132.357.090</u>	<u>100,00</u>

(*) Transferência de 17.691.002 ações PNB da União para o BNDESPAR.

(**) Transferência de 1.000.000 ações ordinárias da União para o Fundo Garantidor de Habitação – FG HAB.

(***) Transferência de 8.750.000 ações PNB da União para o Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.

(****) Transferência de 8.750.000 ações PNB da União para o Fundo Garantidor para Operações – FGO.

Do total das 390.993.773 ações em poder dos minoritários, 242.707.277 ações, ou seja, 62,06% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 134.007.983 ações ordinárias, 27 ações preferenciais da classe “A” e 108.699.267 ações preferenciais da classe “B”.

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 66.350.114 ações ordinárias e 32.665.745 ações preferenciais da classe “B” estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* - ADR's. Em 31 de dezembro de 2009, o valor patrimonial da ação é de R\$ 67,20 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 75,61).

I - Ações em Tesouraria

Tendo em vista o modelo de restituição dos créditos do Empréstimo Compulsório adotado, ou seja, pagamento em ações da Eletrobras, algumas empresas Controladas passaram a deter ações da Controladora. O Artº 244, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, veda a participação recíproca entre a Companhia, e suas Controladas, pelo que procedeu-se a aquisição dessas ações, no total de 36.023 ações preferenciais B mantidas em tesouraria para posterior alienação, conforme preconiza o Art. 13 do Capítulo III e no inciso X do Art. 25 do Capítulo V, do Estatuto Social da Eletrobras.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, respectivamente:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Legal (art.193 - Lei 6.404/1976)	2.046.389	2.037.863
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976):		
Estudos e projetos	63.070	61.365
Investimentos	16.900.208	16.977.346
Retenção de lucros (art. 196 - Lei 6.404/1976)	-	487.476
Especial (art. 202 - Lei 6.404/1976):	-	-
Dividendos não Distribuídos	-	9.336.858
	<u>19.009.667</u>	<u>28.900.908</u>

IV - Reservas de Reavaliação

Refere-se à reserva reflexa, decorrente da reavaliação do ativo imobilizado, das coligadas Celpa e Cemat, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

V - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São atualizados pela taxa SELIC, de acordo com o decreto 2.673/98:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Aquisição de participação acionária na CEEE	2.154.197	1.959.715

Aquisição da participação acionária na CGTEE	2.069.716	1.882.864
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	71.305	64.868
Usina Hidrelétrica de Xingó	200.344	182.257
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	31.361	28.530
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	185.902	169.119
	<u>4.712.825</u>	<u>4.287.353</u>

VI – Ajustes de avaliação Patrimonial:

Contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado, classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência (§ 5o do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3o do art. 226 da Lei 6.404/76).

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes acumulados de converção - Itaipu	(1.505)	28.285
Ajuste de avaliação Patrimonial – Hedge em investidas	(13.538)	-
	<u>(15.043)</u>	<u>28.285</u>

NOTA 34 - OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento	-	-	5.872.478	5.695.688
Suprimento	-	-	9.347.866	9.372.059
Transmissão	-	-	4.784.697	4.334.236
Comercialização CCEE	1.847.673	1.482.052	2.240.087	2.603.780
Repasse de Energia de ITAIPU	6.446.513	5.777.524	6.446.513	5.777.524
Ativo Regulatório – Comercialização da energia de ITAIPU	(1.586.388)	3.666.637	(1.586.388)	3.666.637
Outros	2.974	840	(6.160)	840
	<u>6.710.772</u>	<u>10.927.053</u>	<u>27.099.094</u>	<u>31.450.764</u>

NOTA 35 - DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Reserva Global de Reversão - RGR	519.672	536.711
Conta de Consumo de Combustível - CCC	277.793	332.979
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	62.165	66.304
Pesquis e Desenvolvimento	236.715	165.883
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - PROINFA	129.941	73.936
OUTROS	67.043	15.860
	<u>1.293.379</u>	<u>1.191.673</u>
ICMS	1.047.356	984.608
	<u>2.340.215</u>	<u>2.176.281</u>

NOTA 36 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.171.256	(236.157)	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	47.838	36.157	47.838	36.157
	<u>1.219.094</u>	<u>(200.000)</u>	<u>47.838</u>	<u>36.157</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	1.253.512	464.267	1.253.512	464.267
Juros sobre o capital próprio	124.282	96.341	124.282	96.341
	<u>1.377.794</u>	<u>560.608</u>	<u>1.377.794</u>	<u>560.608</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	13.592	14.171	13.592	14.171
Dividendos	103.868	88.643	103.868	88.643

Remuneração dos investimentos em parcerias	13.607	(80.623)	51.647	(34.046)
	<u>131.067</u>	<u>22.191</u>	<u>169.107</u>	<u>68.768</u>
	<u>2.727.955</u>	<u>382.799</u>	<u>1.594.740</u>	<u>665.533</u>

NOTA 37 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Pessoal	336.907	220.941	4.507.203	3.670.434
Material	4.376	2.899	277.874	260.854
Serviços	93.216	54.613	1.668.237	1.508.354
	<u>434.499</u>	<u>278.453</u>	<u>6.453.314</u>	<u>5.439.642</u>

NOTA 38 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento	-	-	1.247.686	1.259.493
Suprimento	7.475.215	6.499.620	465.383	4.277.369
Uso da Rede	-	-	1.270.463	1.101.220
Comercialização CCEE - energia de curto prazo	693.250	961.571	731.809	1.212.066
Repasse de Energia de ITAIPU	(912.937)	2.047.016	3.553.634	2.047.016
Outros	43.391	64.001	124.022	36.370
	<u>7.298.919</u>	<u>9.572.208</u>	<u>7.392.996</u>	<u>9.933.534</u>

NOTA 39 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Contingências	(99.242)	71.501	121.936	345.273
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	355.707	40.345
PCLD - RTE	-	-	(39.294)	(242.734)
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	74.556	37.045	74.556	37.045
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	177.320	468.405
PCLD - Títulos e Valores Mobiliários	(13.015)	12.981	(13.015)	12.981
Ajuste a Valor Presente - Desmobilização de Ativos	-	-	36.475	33.599
Provisão para valor recuperável de ativos - Impairment	-	-	(673.232)	770.231
Perdas na realização de AFAC's	510.235	(7.535)	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	(300.261)	135.652	-	-
Perdas em participações societárias	842.830	81.565	842.830	81.565
Outras	94.188	(27.215)	633.514	(2.619)
	<u>1.109.291</u>	<u>303.994</u>	<u>1.516.797</u>	<u>1.544.091</u>

Objetivando ressarcir as empresas concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica que possuem geração térmica e que atue no Sistema Isolado, a Lei 10.833/2003, que altera a Lei 8.631/1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

A ANEEL através do Despacho 4.722/2009 SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item 29, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2007.

A administração da controlada Amazonas Energia, amparada por seus consultores jurídicos requereu judicialmente a suspensão dos efeitos da referida resolução do órgão regulador, valendo dizer as Resoluções ANEEL 432/2007 e ANEEL 303/2008 e o Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL, que se encontra com seus efeitos suspensos.

Por força da sentença exarada pela 17ª vara de Brasília, na qual informa que a Amazonas Energia está desobrigada de lançar em seu passivo o débito correspondente ao valor do ICMS, no montante de R\$ 576.537, que lhe fora reembolsado pela CCC ISOL nos anos de 2004 a 2008, a controlada reverteu do seu Passivo esta obrigação, tendo como contrapartida receita operacional.

Entretanto, face ao estágio da ação judicial, em que pese a admissibilidade do mérito correspondente, há incerteza sobre o desfecho da ação, pelo que, a controladora reconhece provisão para a cobertura de eventuais perdas relacionadas aos

supostos débitos com a CCC relativos ao ICMS, no montante correspondente ao passivo baixado ao amparo da decisão judicial (vide nota 12, II).

NOTA 40 - RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita de juros, comissão e taxas	3.884.310	3.568.780	1.037.626	1.199.439
Encargos de dívidas	(643.592)	(479.655)	(1.686.761)	(1.442.159)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.422.982)	(1.576.023)	(1.467.632)	(1.599.504)
Receita de aplicações financeiras	1.147.357	959.344	1.416.513	1.160.571
Outras receitas (despesas)	110.189	30.068	(929.009)	113.007
	<u>3.075.282</u>	<u>2.502.514</u>	<u>(1.629.263)</u>	<u>(568.646)</u>
Atualizações Monetárias e Cambiais				
Atualizações monetárias líquidas	175.509	997.786	334.699	320.223
Atualizações cambiais líquidas	(4.618.216)	4.297.123	(3.979.338)	3.632.191
	<u>(4.442.707)</u>	<u>5.294.909</u>	<u>(3.644.639)</u>	<u>3.952.414</u>
	<u>(1.367.425)</u>	<u>7.797.423</u>	<u>(5.273.903)</u>	<u>3.383.768</u>

NOTA 41 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA

A Eletrobras e suas controladas adotam um programa de participação dos empregados nos lucros e resultados da Companhia, que tem como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da empresa, aplicáveis a todos os empregados.

A participação dos empregados nos lucros e resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal em vigor, através da pactuação de metas e compromissos.

Dessa forma, no exercício de 2009, a Eletrobras provisionou o montante de R\$ 27.000 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 23.000) sendo, no consolidado, R\$ 201.777 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 176.817), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros e resultados - PLR, observada a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis.

NOTA 42 - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

I – Controladora

A Eletrobras implantou em 2007 um programa de desligamento voluntário de empregados, destinado ao redimensionamento do seu quadro de empregados e aberto a todos aqueles que estiverem enquadrados nas seguintes condições:

- Participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros - estejam aposentados pelo INSS e em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à Eletros, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão;
- Participantes do Plano de Contribuição Definida da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros - estejam em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à Eletros, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão; e
- Não Participantes da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros - estejam aposentados pelo INSS, ou em condições de se aposentar, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão, ainda que de forma proporcional, pelo Regime Geral da Previdência Social.

Após o término da relação de emprego com a Eletrobras, a Companhia não será responsável por qualquer contribuição à Previdência Pública ou Privada.

O incentivo ao empregado no âmbito do programa se deu pelo pagamento de uma indenização complementar, por ano trabalhado, acrescidas das verbas rescisórias devidas em uma dispensa imotivada, de acordo com os seguintes critérios:

- Cinquenta por cento de uma remuneração mensal por ano completo trabalhado, limitado a vinte e quatro anos e ao correspondente a doze vezes o maior salário da Companhia;
- Assistência à saúde por doze meses a partir da data de desligamento.

O Programa de Demissão Voluntária se encerrou em 31 de dezembro de 2009.

II – Chesf

A Chesf aprovou um programa de desligamento voluntário de empregados que se encontram em condições de aposentadoria, com prazo de desligamento até 28 de fevereiro de 2011, verificando 1.806 adesões, com 70 desligamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As despesas com o programa incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio e a manutenção do Plano de Assistência Patronal – PAP, pelo período máximo de 12 meses, a partir da data de seu desligamento, entre outros.

Para fazer face a tais gastos a Companhia reconheceu neste exercício provisão de R\$ 274.118, julgadas suficientes para cobertura dos gastos previstos.

III – Eletrosul

A Eletrosul implantou em 2006, um programa de desligamento voluntário de empregados. A fim de manter a expertise necessária à gestão dos negócios, o empregado que aderiu ao plano, terá de repassá-la àquele que o substituirá nas suas atividades. A cronologia dos desligamentos, definida pela Eletrosul é conjugada com um Programa de Repasse de Conhecimentos – PRC e permitirá, após cumprido pelo empregado que pretende se desligar, que este faça jus a dois outros programas: o Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA e o Programa de Bônus por Cumprimento de Metas – PCM, que o habilitará para o seu desligamento voluntário. O empregado fará jus ao incentivo definido no programa de bônus para o desligamento voluntário por cumprimento de metas, se cumprido os compromissos/metras e o período (de 90 dias a 5 anos), previamente acordados. Por essa razão, o valor do bônus a que fará jus depois de cumprido o período pré estabelecido e que será pago em 18 parcelas mensais após o desligamento do empregado, será reconhecido contabilmente como provisão durante o período de cumprimento do prazo, ou seja, se acordado que o empregado se desligará da Companhia em 2 anos, o valor de seu bônus será reconhecido mensalmente, a partir da assinatura do termo de adesão, a razão de 1/24 avos ao mês.

Considerando que a adesão foi de 398 empregados e, ainda, o critério de contabilização acima definido, foi reconhecido contabilmente, no exercício de 2006, o valor de R\$ 23.600, no exercício de 2007 o valor de R\$ 22.668, no exercício de 2008 o valor de R\$ 23.532 e no ano de 2009 R\$ 16.345. Nos demais exercícios estão previstos os seguintes valores: 2010 - R\$ 6.260; 2011 - R\$ 1.739, que segundo cálculo da Eletrosul, pela economia propiciada, serão recuperados, em média, em 18 meses contados da demissão do empregado.

NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

I - Gestão de Recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da Eletrobras destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, detalhados nas Notas 9 e 16 e nos anexos II e III.

II - Instrumentos Financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009, de 19 de novembro de 2009, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

1- Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2009, não havia instrumentos financeiros derivativos em carteira. De igual maneira, não houve operações com derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2009.

2 – Instrumentos Financeiros Derivativos embutidos

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
			De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa. Outras informações a respeito desta operação estão apresentadas na Nota 19.

3 – Instrumentos Financeiros Não-Derivativos

- a) Caixa e equivalentes de caixa: os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- b) Títulos e valores mobiliários: classificados como mantidos até o vencimento e registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.
- c) Consumidores e revendedores: os valores a receber de consumidores e revendedores são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.
- d) Créditos renegociados: são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.
- e) Financiamentos e empréstimos concedidos: os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de financiamento do setor elétrico nacional, sendo remunerados em média a 6,91% a.a. (31 de dezembro de 2008 - 9,73% a.a.).

Os financiamentos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 809 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 28.717.335 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 42.234.271), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$	%	R\$
Dólar Norte-Americano	8.224.463	49,87	14.320.436
IGP-M	3.087.772	18,72	5.376.429
Real	4.862.394	29,48	8.466.400
Yen	233.048	1,41	405.783
EURO	85.163	0,52	148.285
Total	16.492.840	100,00	28.717.333

f) Empréstimos e financiamentos obtidos:

No Passivo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos Fundos Setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão - RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto às agências multilaterais internacionais - BID, BIRD, CAF, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Eletrobras finalizou o exercício de 2009 com 12 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 5.101.994 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 4.158.111), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ (equivalentes)	%	R\$
Dólar Norte-Americano	2.641.947	90,16%	4.600.158
EURO	85.713	2,93%	149.243
Yen	202.500	6,91%	352.593
Total	2.930.160	100,00	5.101.994

g) O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a ELETROBRAS gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Os valores de mercado desses empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

III - Riscos

1 - Risco Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, detém concessões de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica cujos vencimentos, nos termos da legislação vigente. Caso aquelas concessões não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

2 - Risco Cambial

A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com a controlada Itaipu Binacional, o que provoca exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros *Libor*, relativas a contratos de captação externa. Além dos riscos já mencionados, existem outros de menor relevância provenientes de contratos concedidos e obtidos.

3 - Risco de Crédito

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica, amparada em contratos firmados em ambiente regulado. Nos contratos bilaterais firmados com distribuidoras de energia elétrica, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes. Nas transações com clientes industriais denominados consumidores livres, o risco de crédito é minimizado através de análises prévias das condições do negócio.

4 - Risco de Preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

5 - Risco de Mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pelas empresas controladas pela Eletrobras é comercializada por meio de contratos de comercialização de energia, em ambiente regulado - CCEARs, celebrados em decorrência da participação de suas empresas controladas em leilão de energia existente, promovido pela ANEEL.

IV - Política de Hedge Financeiro:

Em 2009, foi revista a Política de Hedge Cambial aprovada em 2007, a qual teve seu escopo ampliado, abrangendo, além dos descasamentos de moeda, quaisquer riscos financeiros que fossem identificados.

Neste contexto foi aprovada a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas demonstrações contábeis. Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de Hedge Financeiro, no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de hedge a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o hedge dos descasamentos apresentados pela empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades, privilegiando soluções estruturais. As operações com derivativos financeiros apenas serão realizadas de forma complementar e com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Não houve operação de hedge no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

1 - Objetivos e Estratégias:

Em 2008, no âmbito da antiga Política de Hedge Cambial, foram realizadas operações com derivativos com o intuito de se mitigar uma pequena parte dos descasamentos ativos em moeda estrangeira. A Companhia utilizou vendas a termo de dólares norte-americanos (*Non-Deliverable Forwards* - NDFs), no valor de US\$ 280,000, casando os vencimentos dos contratos com as datas de recebimento do serviço da dívida da controlada em conjunto Itaipu Binacional.

Já no âmbito da atual política, a empresa vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de swap de taxa de juros, com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à *Libor*. A previsão é que estas operações sejam realizadas ao longo do ano de 2010.

Além da operação de swap de *Libor*, estratégias de hedge cambial foram analisadas em 2009 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro. Dessa forma, foram captados em 2009 US\$ 1,000,000, por meio da emissão de bônus no mercado internacional, e estão sendo analisadas oportunidades de novas captações externas como importante instrumento de mitigação das exposições ativas em moeda estrangeira. Dentro dessa estratégia, está se levando em conta na estruturação das novas captações não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço como o de fluxo.

2 - Riscos da Operações de Hedge Financeiro:

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte, que se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar este risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras.

Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas, que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A companhia envida esforços para que todas as operações com derivativos a serem realizadas pela companhia serão enquadradas no conceito de *hedge accounting*, ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida, contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

Em 2009 começou a ser discutido, e será implementado ao longo de 2010, critérios de margens de garantia, que será condição prévia para realização de qualquer operação desta natureza. Buscando reduzir a exposição ao risco de contraparte nas operações com derivativos.

V – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2010 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	8.224.463	14.320.436	1,8100	1,3575	0,9050	11.164.709	7.443.139
IGP-M	3.087.772	5.376.429	6,38%	4,79%	3,19%	5.633.691	5.547.937
EURO (R\$/€)	85.163	148.285	2,6933	2,0200	1,3466	115.608	77.072
Yen (R\$/¥)	233.048	405.783	0,0197	0,0147	0,0098	316.363	210.908
TOTAL		20.250.933				17.230.371	13.279.057

Apreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	8.224.463	14.320.436	1,8100	2,2625	2,7150	18.607.848	22.329.418
IGP-M	3.087.772	5.376.429	6,38%	7,98%	9,57%	5.805.200	5.890.954
EURO (R\$/€)	85.163	148.285	2,6933	3,3666	4,0399	192.680	231.217
Yen (R\$/¥)	233.048	405.783	0,0197	0,0246	0,0295	527.271	632.725
TOTAL		20.250.933				25.132.999	29.084.314

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	2.641.947	4.600.158	1,8100	1,3575	0,9050	3.586.443	2.390.962
EURO (R\$/€)	85.713	149.243	2,6933	2,0200	1,3466	116.355	77.570
Yen (R\$/¥)	202.000	352.593	0,0197	0,0147	0,0098	274.891	183.262
Total	2.929.660	5.101.994				3.977.689	2.651.794

Apreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	2.641.947	4.600.158	1,8100	2,2625	2,7150	5.977.405	7.172.886
EURO (R\$/€)	85.713	149.243	2,6933	3,3666	4,0399	193.926	232.711
Yen (R\$/¥)	202.499	352.593	0,0197	0,0246	0,0295	458.154	549.784
Total	2.930.159	5.101.994				6.629.485	7.955.382

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo regulatório decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices em Ativo Regulatório

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	1.035.693	1.803.349	1,8100	1,3575	0,9050	1.405.953	937.302

Apreciação de Índices em Ativo Regulatório

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	1.035.693	1.803.349	1,8100	2,2625	2,7150	2.343.255	2.811.906

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

A companhia, conforme apresentado na Nota 3, não pratica remuneração baseada em ações.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Furnas			
Consumidores e revendedores	5.384	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.341.691	-	-
AFAC	31.154	-	-
Obrigações diversas	-	339	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	84.505
	<u>1.378.229</u>	<u>339</u>	<u>84.505</u>
Chesf			
Consumidores e revendedores	3.061	-	-
Financiamentos e empréstimos	253.795	-	-
Remuneração de investimentos	588.428	-	-
AFAC	3.018.051	-	-
Obrigações diversas	-	1.368	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	363.801
	<u>3.863.335</u>	<u>1.368</u>	<u>363.801</u>
Eletronorte			
Consumidores e revendedores	5.778	-	-
Financiamentos e empréstimos	3.223.742	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	172.850	-	-
AFAC	4.023.201	-	-
Obrigações diversas	-	46	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.147.033
	<u>7.425.571</u>	<u>46</u>	<u>1.147.033</u>
Eletrosul			
Créditos Renegociados	12	-	-
Financiamentos e empréstimos	670.090	-	-
Remuneração de investimentos	194.063	-	-
AFAC	430.144	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	52.737
	<u>1.294.309</u>	<u>-</u>	<u>52.737</u>
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	782.191	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	22.551
	<u>782.191</u>	<u>-</u>	<u>22.551</u>
Eletronuclear			
Financiamentos e empréstimos	3.895.896	-	-
Remuneração de investimentos	6.382	-	-
Obrigações diversas	-	1.482	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	368.060
	<u>3.902.278</u>	<u>1.482</u>	<u>368.060</u>
Eletropar			
AFAC	-	-	-
Remuneração de investimentos	-	-	-
Obrigações diversas	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Itaipu			

Financiamentos e empréstimos	6.484.986	-	-
Remuneração de investimentos	435	-	-
Fornecedores	-	597.157	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	3.177.434
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	522.354
	<u>6.485.421</u>	<u>597.157</u>	<u>3.699.788</u>
Ceal			
Financiamento e empréstimos	117.409	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	462	-	-
AFAC	414.276	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	44.201
	<u>532.147</u>	<u>-</u>	<u>44.201</u>
Cepisa			
Financiamento e empréstimos	315.330	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	355	-	-
AFAC	292.792	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	51.547
	<u>608.477</u>	<u>-</u>	<u>51.547</u>
Amazonas Energia			
Financiamentos e empréstimos	365.633	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	714	-	-
AFAC	1.573.797	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	144.464
	<u>1.940.144</u>	<u>-</u>	<u>144.464</u>
Ceron			
Financiamentos e empréstimos	99.611	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	21.125	-	-
AFAC	268.530	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	53.666
	<u>389.266</u>	<u>-</u>	<u>53.666</u>
Eletroacre			
Financiamentos e empréstimos	25.279	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	107	-	-
AFAC	125.033	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	4.477
	<u>150.419</u>	<u>-</u>	<u>4.477</u>
Tesouro Nacional			
Obrigações	-	387.342	-
Dividendos a pagar	-	-	-
	<u>-</u>	<u>387.342</u>	<u>-</u>
Eletros			
Contribuições Previdenciárias	-	-	(56.491)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.491)</u>
CONSOLIDADO			
	<u>ATIVO</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>RESULTADO</u>
Sistema de Transmissão Nordeste			
Partic. societária permanente	111.389	-	-
JCP/Dividendos a receber	9.672	-	-
Fornecedores	-	1.142	-
Receita de prestação serviços	-	-	1.663
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	18.213
Encargo de uso da rede	-	-	(10.225)
	<u>121.061</u>	<u>1.142</u>	<u>9.651</u>
Cepel			
Despesas operacionais	-	-	(9.438)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.438)</u>
Intesa			
Partic. societária permanente	86.245	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.085	-	-
Fornecedores	-	1.396	-
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	5.279
	<u>96.330</u>	<u>1.396</u>	<u>5.279</u>
Águas da Pedra			
Partic. societária permanente	123.421	-	-
Despesas de equiv. patrimonial	-	-	(549)
	<u>123.421</u>	<u>-</u>	<u>(549)</u>
Energia Sustentável			
Partic. societária permanente	202.388	-	-
Despesas de equiv. patrimonial	-	-	(2.034)
	<u>202.388</u>	<u>-</u>	<u>(2.034)</u>
Manaus Transmissão			
Partic. societária permanente	172	-	-
	<u>172</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	172	-	-
Manaus Construção			
Partic. societária permanente	1.938	-	-
	1.938	-	-
Interligação Elétrica do Madeira			
Partic. societária permanente	50.567	-	-
	50.567	-	-
Fachesf			
Fornecedores	-	3.306	-
Contribuição normal	-	10.617	-
Contratos atuarias	-	196.913	(131.151)
Despesas operacionais	-	-	(43.269)
	-	210.836	(174.420)
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Enerpeixe			
Contas a receber	137	-	-
Consumidores e revendedores	517	-	-
JCP/Dividendos a receber	7.310	-	-
Participação societária permanente	460.770	-	-
Receitas uso da rede elétrica	-	-	4.343
Receitas de prestação de serviços	-	-	5.390
Receita financeira	-	-	47.121
	468.734	-	56.854
Translete			
Participação societária permanente	15.096	-	-
Fornecedores	-	121	-
Receita financeira	-	-	2.917
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(1.129)
	15.096	121	1.788
Transudeste			
Contas a receber	21	-	-
Participação societária permanente	10.350	-	-
Fornecedores	-	75	-
Receita financeira	-	-	1.850
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(700)
	10.371	75	1.150
Transirapé			
Participação societária permanente	7.551	51	-
Receita financeira	-	-	1.521
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(482)
	7.551	51	(1.039)
Centroeste			
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.035	-	-
Participação societária permanente	25	-	-
	16.060	-	-
Baguari			
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.225	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	177
	79.225	-	177
Retiro Baixo			
Adiantamento para futuro aumento de capital	99.920	-	-
	99.920	-	-
Serra Facão			
Contas a receber	4	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.899	-	-
Participação societária permanente	75.586	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.729
	137.489	-	2.729
Chapecoense			
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.331	-	-
Participação societária permanente	216.214	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.346
	259.545	-	3.346
Madeira Energia			
Participação societária permanente	39	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	7.328
	39	-	7.328
Inambari			
Participação societária permanente	7.003	-	-
	7.003	-	-
Transenergia			
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.920	-	-
	3.920	-	-
Real Grandeza			
Contratos de dívidas atuarias	-	753.334	-
Contribuição normal mantenedor	-	-	9.935

	-	-	2.528
Contribuição despesa administrativa	-	753.334	12.463
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ETAU			
Contas a receber	7	-	-
Partic. societária permanente	12.485	-	-
JCP/Dividendos a receber	4.409	-	-
Outras receitas	-	-	17
Receita de prestação de serviço	-	-	85
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	4.682
	<u>16.901</u>	-	<u>4.784</u>
Artemis			
Contas a receber	433	-	-
JCP/Dividendo a receber	5.846	-	-
Participação societária permanente	72.226	-	-
Outras Receitas	-	-	50
Receita de prestação de serviços	-	-	5.162
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	9.117
	<u>78.505</u>	-	<u>14.329</u>
Uirapuru			
Contas a receber	4.270	-	-
Partic. societária permanente	22.522	-	-
JCP/Dividendos a receber	2.205	-	-
Receita financeira	-	-	327
Receita de prestação serviços	-	-	2.010
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	3.822
Outras receitas	-	-	12
	<u>28.997</u>	-	<u>6.171</u>
ESBR			
Partic. societária permanente	202.421	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(3.321)
	<u>202.421</u>	-	<u>(3.321)</u>
Fundação Elos			
Contribuição normal	-	-	-
Contratos atuariais	-	35.416	(9.646)
	-	<u>35.416</u>	<u>(9.646)</u>
Norte Brasil			
Partic. societária permanente	30.062	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(318)
	<u>30.062</u>	-	<u>(318)</u>
Estação Transmissora			
Partic. societária permanente	208.786	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(240)
	<u>208.786</u>	-	<u>(240)</u>
Porto Velho			
Partic. societária permanente	18.333	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.063	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(47)
	<u>45.396</u>	-	<u>(47)</u>
Brasnorte			
Partic. societária permanente	89.009	-	-
Fornecedores	-	93	-
	<u>89.009</u>	<u>93</u>	-
Amapari			
Partic. societária permanente	41.533	-	-
Resultado de equiv. patrimonial	(1.974)	-	-
Despesa de Equiv. Patrimonial	-	-	(1.864)
	<u>39.559</u>	-	<u>(1.864)</u>
AETE			
JCP/Dividendos a receber	(14.171)	199	-
Partic. societária permanente	21.300	-	-
Resultado de equiv. patrimonial	21.040	-	-
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	7.149
	<u>28.169</u>	<u>199</u>	<u>7.149</u>
Previnorte			
Contribuições previdenciárias	-	3.902	-
Despesas atuariais	-	-	(27.045)
	-	<u>3.902</u>	<u>(27.045)</u>
Transmissora Matogrossense			
Participação Societária Permanente	735	-	-
	<u>735</u>	-	-
Nucleos			
Contratos atuariais Cons. Divida	-	26.050	-

Provisão atuarial previdência	-	108.862	-
Contribuição normal mantenedor	-	-	6.365
Provisão atuarial pós emprego seguro e saúde	-	-	2.258
	-	134.912	8.623
Itaipu			
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Fibra			
Fornecedores	-	-	-
Contas a Pagar	-	28.854	-
Contribuição normal	-	2.043	-
Despesas atuarias	-	-	(17.465)
Provisão Atuarial	-	186.962	-
Despesa financeira	-	-	(3.023)
	-	217.859	(20.488)
Cajubi			
Contribuição normal	-	4.484	-
Despesas Atuarias	-	155.636	(17.862)
	-	160.120	(17.862)

Remuneração de Pessoal Chave

	Eletrobrás		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.385	2.660	16.435	16.863
Salários e encargos sociais	990	720	4.167	4.479
Outros benefícios	203	416	2.424	3.296
TOTAL	4.578	3.797	23.156	24.509

NOTA 45 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A controlada Furnas foi multada em R\$ 53.700 pela ANEEL por entender que houve falhas no sistema de proteção de duas subestações de Itaberá (SP) e Ivaiporã (PR), o que teria motivado a pane elétrica e interrupção no fornecimento de energia elétrica, em 10 de novembro de 2009. A administração da controlada recorrerá da decisão da Agência Reguladora, por entender que não lhe pode ser atribuída culpa pelo acidente.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Astrogildo Fraguglia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Flávio Decat de Moura
Diretor de Distribuição

Ubirajara Rocha Meira
Diretor de Tecnologia

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	31/12/2009			31/12/2008		31/12/2009			31/12/2008	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
AES ELETROPAULO	159.423	-	-	159.423	198.574	247.914	-	-	247.914	235.100
AES SUL	33.689	-	-	33.689	42.083	54.905	-	-	54.905	61.031
AMPLA	34.299	-	-	34.299	42.836	67.008	-	-	67.008	77.634
ANDE	-	-	-	-	-	58.113	-	-	58.113	55.251
EBE	41.359	-	-	41.359	51.608	56.460	-	-	56.460	69.843
CEA	-	-	-	-	-	12.503	-	670.254	682.757	566.283
CEB	16.735	-	-	16.735	21.149	29.957	-	-	29.957	47.053
CEEE-D	29.331	-	-	29.331	55.052	58.875	864	-	59.739	83.252
CELESC	71.779	-	-	71.779	88.739	111.646	-	-	111.646	102.242
CELG	33.296	49.945	453.147	536.387	452.374	69.783	49.945	453.147	572.874	486.232
CELPA	-	-	-	-	-	41.399	-	-	41.399	43.305
CELPE	-	-	-	-	-	37.338	189	4.552	42.079	47.808
CEMAR	-	-	-	-	-	27.709	-	-	27.709	30.259
CEMIG	135.758	-	-	135.758	168.761	216.824	-	-	216.824	238.590
CESP	-	-	-	-	-	3.098	-	-	3.098	2.500
COELCE	-	-	-	-	-	31.493	143	-	31.636	30.367
COELBA	-	-	-	-	-	64.495	-	-	64.495	64.146
COPEL	80.104	-	-	80.104	100.040	167.829	-	-	167.829	180.742
CPFL	88.340	-	-	88.340	109.835	113.897	-	-	113.897	130.982
ELEKTRO	46.851	-	-	46.851	58.388	89.355	-	-	89.355	105.961
ENERSUL	13.249	-	-	13.249	16.359	27.924	-	-	27.924	29.371
ESCELSA	25.016	-	-	25.016	31.374	44.365	-	-	44.365	47.895
LIGHT	86.249	-	-	86.249	107.251	164.389	-	-	164.389	172.966
PIRATININGA	45.848	-	-	45.848	57.097	53.920	-	-	53.920	58.932
RGE	30.377	-	-	30.377	37.616	36.858	-	-	36.858	43.675
Comercialização CCEE	-	-	-	-	-	162.783	1.328	310.875	474.986	308.646
Ativo Regulatório	-	-	-	-	-	-	-	35.716	35.716	86.891
Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	288.375	1.338	1.834	291.547	364.472
PROINFA	12.317	8.311	64.035	84.663	39.530	12.317	8.311	64.035	84.663	39.530
Consumidores	-	-	-	-	-	374.236	218.243	435.838	1.028.317	1.066.943
Poder público	-	-	-	-	-	61.156	51.475	316.965	429.596	248.909
Outros	51.733	-	-	51.733	30.903	461.199	4.747	276.017	741.963	756.382
(-) PCLD	-	-	-	-	-	-	-	(1.893.319)	(1.893.319)	(1.541.736)
	1.035.751	58.256	517.182	1.611.189	1.709.569	3.248.121	336.583	675.914	4.260.618	4.341.459

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA								CONSOLIDADO							
	31/12/2009				31/12/2008				31/12/2009				31/12/2008			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO																
FURNAS	7,58%	7.246	512.610	821.835	10,00%	8.082	78.073	1.091.846	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	8,75%	-	102.921	150.876	11,47%	31.575	440.873	2.988.359	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETROSUL	7,46%	6.389	97.681	566.020	7,56%	1.168	77.274	513.719	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONORTE	13,07%	10.235	224.254	3.223.741	13,57%	15.500	231.349	7.342.566	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	11,73%	1.682	69.987	3.042.036	12,69%	2.176	64.870	2.835.655	-	-	-	-	-	-	-	-
CGTEE	2,54%	538	62.361	719.292	6,39%	816	-	574.138	-	-	-	-	-	-	-	-
CEAL	6,61%	-	-	117.409	10,49%	-	140.254	589.101	-	-	-	-	-	-	-	-
CERON	8,45%	752	-	98.859	12,57%	3.435	39.874	303.656	-	-	-	-	-	-	-	-
CEPISA	9,39%	561	-	315.330	11,43%	1.472	53.617	396.735	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETROACRE	7,39%	-	2.352	22.366	12,03%	984	84.663	348.331	-	-	-	-	-	-	-	-
AMAZONAS	7,95%	2.296	-	363.337	11,02%	351	9.557	30.161	-	-	-	-	-	-	-	-
ITAIPU	7,08%	-	1.143.039	11.826.932	7,07%	-	60.944	18.355.581	-	-	571.519	5.913.466	-	-	30.472	9.177.791
		29.700	2.215.204	21.268.033		65.559	1.281.348	35.369.848			571.519	5.913.466			30.472	9.177.791
OUTRAS																
CEMIG	6,22%	222	57.735	343.741	6,76%	2.457	63.022	403.565	6,22%	222	57.735	343.741	6,76%	2.457	63.022	403.565
COPEL	8,39%	14	6.126	88.512	10,21%	429	4.548	67.142	8,39%	14	6.126	88.512	8,39%	429	4.548	67.142
CEEE	8,01%	135	1.604	20.033	9,33%	172	66.693	30.085	8,01%	135	1.604	20.033	9,33%	172	66.693	30.085
DUKE	10,00%	2.049	126.593	362.530	10,00%	2.375	168.691	439.233	10,00%	2.049	126.593	362.530	10,00%	2.375	168.691	439.233
AES TIETÊ	10,00%	4.048	250.123	716.276	10,00%	4.819	224.659	982.694	10,00%	4.048	250.123	716.276	10,00%	4.819	224.659	982.694
AES ELETROPAULO	10,48%	286.780	108.062	513	10,01%	274.406	117.931	-	10,48%	286.780	108.062	513	9,30%	274.406	117.931	-
TRACTBEL	12,00%	435	32.711	10.796	12,00%	707	29.611	41.114	12,00%	435	32.711	10.796	12,00%	707	29.611	41.114
CELPE	6,00%	961	16.976	62.286	6,00%	867	17.173	77.957	6,00%	961	16.976	62.286	4,44%	867	17.173	77.957
CEMAR	5,94%	-	30.225	363.860	5,09%	1.154	26.352	317.532	5,94%	-	30.225	363.860	6,07%	1.154	26.352	317.532
CESP	9,36%	1.067	30.778	201.823	9,36%	1.165	28.121	235.273	9,36%	1.067	30.778	201.823	9,33%	1.165	28.121	235.273
OUTRAS	-	112.443	417.678	1.739.495	-	100.658	331.872	1.572.714	-	112.820	474.116	1.752.576	-	101.821	443.301	1.695.257
(-) PCLD	-	(82.257)	(109.975)	-	-	(58.221)	(59.454)	-	-	(82.257)	(109.975)	-	-	(58.221)	(59.454)	-
T O T A L		325.896	968.636	3.909.865		330.988	1.019.219	4.167.309		326.273	1.025.074	3.922.946		332.151	1.130.648	4.289.852
		355.596	3.183.840	25.177.898		396.547	2.300.567	39.537.157		326.273	1.596.593	9.836.412		332.151	1.161.120	13.467.643

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	TOTAL
CONTROLADORA	1.350.632	1.271.209	1.178.595	1.068.298	986.883	19.322.281	25.177.898
CONSOLIDADO	527.660	496.632	460.449	417.359	385.552	7.548.760	9.836.412

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(em milhares de Reais)

	31/12/2009								31/12/2008	
DADOS DAS EMPRESAS	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROPAR	CGTEE	ITAIPU (a)	TOTAL	TOTAL
Capital social	6.000.000	4.539.557	1.245.042	4.177.205	3.296.032	55.769	868.721	-	-	-
AFAC	31.154	3.018.050	430.144	-	-	62.285	-	-	-	-
Patrimônio líquido	13.540.108	15.668.189	2.721.827	10.227.327	4.381.608	118.591	367.937	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(129.154)	764.387	204.872	309.213	55.107	11.352	(20.919)	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS										
Quantidade de ações - lote de mil										
Ordinárias	50.618.949	40.478	42.582.421	81.250	9.612.517	8.480.196	1.126.273	-	-	-
Preferenciais	14.088.233	1.002	-	-	2.687.216	-	-	-	-	-
Participação em %										
Subscrito e integralizado	99,54	99,45	99,71	99,03	99,80	81,61	99,94	50,00	-	-
Votante	99,82	100,00	99,71	99,03	99,92	81,61	99,94	50,00	-	-
MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:										
Saldos no início do período	13.587.598	12.410.121	2.253.020	6.106.975	4.311.530	45.948	349.797	116.850	39.181.839	38.957.640
Equivalência patrimonial - resultado do período	(128.560)	760.183	204.278	322.653	112.371	9.019	(20.907)	-	1.259.036	(435.002)
Ajustes patrimoniais	(12.227)	(1.312)	21.803	-	-	-	-	-	8.264	-
Dividendos	-	(588.430)	(194.064)	(285.943)	(109.621)	(552)	-	-	(1.178.609)	(966.215)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(29.790)	(29.790)	28.285
Ajustes da Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	(8.438)	-	-	(8.438)	263.161
Conversão de AFAC em Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.333.970
Saldos no final do exercício	13.446.811	12.580.562	2.285.037	6.143.685	4.314.279	45.977	328.890	87.060	39.232.302	39.181.839

(a) A participação da ELETROBRAS, de acordo com o Decreto-Lei 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA								CONSOLIDADO							
	31/12/2009				31/12/2008				31/12/2009				31/12/2008			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
MOEDA ESTRANGEIRA																
Instituições Financeiras																
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	5,32%	3.659	32.397	242.977	5,32%	5.489	43.482	369.600	5,32%	3.659	32.397	242.977	5,32%	5.489	43.482	369.600
Corporación Andino de Fomento - CAF	3,97%	22.040	-	1.205.446	4,76%	10.340	-	1.635.900	3,97%	22.040	-	1.205.446	4,76%	10.340	-	1.635.900
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,87%	183	23.811	52.205	5,73%	202	31.349	95.514	3,87%	183	23.811	52.205	5,73%	376	59.698	95.514
Dresdner Bank	6,25%	775	23.810	48.458	6,25%	259	31.349	95.513	6,25%	775	23.810	48.458	6,25%	331	45.110	95.513
Eximbank	2,15%	1.654	41.288	309.651	2,15%	2.544	56.822	482.981	2,15%	1.654	41.288	309.651	2,15%	2.544	56.823	482.981
Outras		15.263	1.759	749.653		2.510	2.487	585.322		15.489	3.942	761.549		3.466	19.374	502.328
		43.575	123.065	2.608.389		21.344	165.489	3.264.830		43.801	125.248	2.620.285		22.546	224.487	3.181.836
Bônus																
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	3.984	-	522.360	7,75%	5.347	-	701.100	7,75%	3.984	-	522.360	7,75%	5.347	-	701.100
Bônus - Credit Suisse	6,87%	59.421	-	1.741.200		-	-	-	6,87%	59.421	-	1.741.200		-	-	-
		63.405	-	2.263.560		5.347	-	701.100		63.405	-	2.263.560		5.347	-	701.100
Outros																
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-		3.342	344.448	8.701.253		5.698	941.908	11.655.965
		-	-	-		-	-	-		3.342	344.448	8.701.253		5.698	941.908	11.655.965
		106.980	123.065	4.871.949		26.691	165.489	3.965.930		110.548	469.696	13.585.098		33.591	1.166.395	15.538.901
MOEDA NACIONAL																
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-		-	-	-		-	71.671	-		-	224.977	86.930
Outros		-	-	-		-	-	-		52.517	294.192	3.206.020		52.114	237.534	2.671.731
		-	-	-		-	-	-		52.517	365.863	3.206.020		52.114	462.511	2.758.661
		106.980	123.065	4.871.949		26.691	165.489	3.965.930		163.065	835.559	16.791.119		85.705	1.628.906	18.297.563

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 5.101.994 mil, equivalente a US\$ 2.930,159 mil e no consolidado a R\$ 14.165.342 mil, equivalente a US\$8,135,390 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
CONTROLADORA	90%	3%	7%
CONSOLIDADO	96%	1%	3%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2009, foi de 5,65% a.a. e 200, foi de 6,40 % a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	TOTAL
CONTROLADORA	121.258	194.368	239.806	239.808	551.471	1.451.330	2.798.041
CONSOLIDADO	650.700	909.986	776.588	724.517	682.425	5.899.202	9.643.418

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRÁS

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL																
2009							2008									
ATIVO				PASSIVO			ATIVO				PASSIVO					
Circulante	Não Circulante		TOTAL	Circulante	Pat. Líquido	TOTAL	Circulante	Não Circulante		TOTAL	Circulante	Pat. Líquido	TOTAL			
	Outros	Imobilizado, Intangível e investimentos						Outros	Imobilizado, Intangível e investimentos							
FURNAS	1.669.770	1.326.920	16.856.276	19.852.966	1.975.590	4.337.268	13.540.108	19.852.966	2.242.891	2.048.138	15.998.268	20.289.297	2.461.587	4.146.167	13.681.543	20.289.297
CHESF	1.806.179	339.213	16.786.960	18.932.352	1.708.819	1.555.344	15.668.189	18.932.352	2.050.322	212.570	16.497.310	18.760.202	1.924.551	4.062.501	12.773.150	18.760.202
ELETROSUL	507.780	581.710	3.591.413	4.680.903	767.891	1.191.185	2.721.827	4.680.903	753.020	958.947	2.334.767	4.046.734	637.861	1.054.724	2.354.149	4.046.734
ELETRONORTE	2.103.984	457.056	15.393.137	17.954.177	1.857.627	5.869.486	10.227.063	17.954.176	2.237.348	570.308	15.071.074	17.878.730	2.103.273	9.586.792	6.188.665	17.878.730
ELETRONUCLEAR	723.686	942.163	6.943.484	8.609.333	638.922	3.647.919	4.322.492	8.609.333	863.099	891.998	6.602.538	8.357.635	429.997	3.607.901	4.319.737	8.357.635
CGTEE	117.942	8.906	1.156.310	1.283.158	194.698	720.523	367.937	1.283.158	111.518	10.876	928.849	1.051.243	123.597	577.640	350.006	1.051.243
ELETROPAR	38.880	-	82.148	121.028	2.405	-	118.623	121.028	107.033	1	93.696	200.730	82.142	1	118.587	200.730
ITAIPU	1.126.287	883.333	15.162.242	17.171.862	1.536.497	15.548.306	87.060	17.171.862	2.226.006	3.843.996	40.811.662	46.881.664	3.474.740	43.173.224	233.700	46.881.664

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO																
2009								2008								
Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	
FURNAS	6.073.939	(5.426.650)	647.289	(48.309)	(1.062.173)	(463.193)	334.039	(129.154)	5.771.647	(4.858.236)	913.411	(9.851)	(318.399)	585.161	(130.643)	454.518
CHESF	4.242.613	(3.064.150)	1.178.463	4.688	(213.904)	897.102	(132.715)	764.387	4.826.300	(2.610.935)	2.215.365	(108.419)	(464.979)	1.641.967	(204.676)	1.437.291
ELETROSUL	723.906	(403.771)	320.135	3.809	(32.171)	291.773	(86.901)	204.872	638.958	(328.689)	310.269	(14.701)	103.626	399.194	(130.874)	268.320
ELETRONORTE	3.433.492	(2.915.087)	518.405	488.159	(715.368)	291.196	12.745	303.941	3.854.497	(3.663.420)	191.077	(1.120.506)	(1.495.129)	(2.424.558)	-	(2.424.558)
ELETRONUCLEAR	1.572.977	1.131.535	441.442	(13.671)	(348.571)	79.200	(24.093)	55.107	1.471.755	(1.085.042)	386.713	(330)	(589.158)	(202.775)	(79.295)	(282.070)
CGTEE	189.602	(283.865)	(94.263)	76.261	(2.917)	(20.919)	-	(20.919)	176.206	(378.454)	(202.248)	(92.190)	2.236	(292.202)	-	(292.202)
ELETROPAR	20.857	11.882	8.975	-	2.212	11.187	(136)	11.051	14.122	(3.818)	10.304	(12)	428	10.720	(56)	10.664
ITAIPU	3.031.663	1.505.946	1.525.718	1.829	(1.008.379)	519.168	-	519.168	8.001.428	(3.077.817)	4.923.610	1.770	(2.864.458)	2.060.922	-	2.060.922

Equivalência = Outros resultados

Participação no s lucros - Outros Resultados